

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Título: Imagens de um processo formativo: a educação da menina no diário

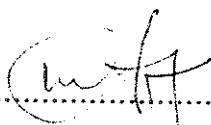
"Minha Vida de Menina" de Helena Morley

Autor: Maria Salete Alves de Aguiar
Orientadora: Maria Cristina Menezes

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Maria Salete Alves de Aguiar e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 20 de dezembro de 2004

Assinatura:.....



Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

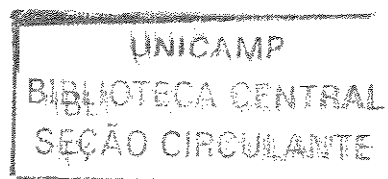
Maria Lúcia Spedo Hilsdorf



Joaquim Brasil Fontes



2004



UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	1/UN CAMP
	Ag. 93 i
V	EX
TOMBO BC/	62838
PROC.	16-86-05
C	☐
D	☒
PREÇO	11.00
DATA	01-4-05
Nº CPD	

lib - id 345294

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Ag93l Aguiar, Maria Salete Alves de .
Imagens de um processo formativo : a educação da menina no diário
"Minha vida de menina", de Helena Morely / Maria Salete Alves de Aguiar. –
Campinas, SP: [s.n.], 2004.

Orientador : Maria Cristina Menezes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Educação.

1. Imagem. 2. Educação. 3. Família. 4. Escolas. 5. Profissões. 6. Infância.
I. Menezes, Maria Cristina. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Educação. III. Título.

04-266

RESUMO

Este trabalho teve início no último ano de graduação quando o apresentei inicialmente como Trabalho de Conclusão de Curso, à Faculdade de Educação da Unicamp.

Muito antes disso, tive o livro sob minha mira, dado o prazer de sua leitura despretenhosa.

Ao tê-lo como objeto de estudo, passei a lê-lo com olhos, se não mais críticos, ao menos mais apurados, em função das leituras paralelas que me serviram de “pano de fundo” para o desenrolar da análise.

Não tem como objetivo a análise rigorosa da Crítica Literária e Histórica, até porque os profissionais da área estariam melhor habilitados para tanto do que eu.

A sedução da captura se deu em função da figura da menina espreitada, dentro de um painel colorido e caricato de relações familiares e vizinhança.

Uma menina cuja família soube aproveitar muito bem dos favores e “benesses” que sua condição de pobre abria, frente aos recursos e dinheiro da avó matriarcal rica.

À margem de uma sobrevivência de poucos recursos, baseada essencialmente nas atividades de coleta, buscava na natureza o que o trabalho alienado ainda não podia oferecer, até porque em Diamantina ainda não havia chegado esse tempo de trabalho.

Vivendo às custas de atividades de mineração, numa região cujos recursos já haviam sido esgotados há muito pela exploração incontida, mal conseguia, o pai, o sustento da família.

O que levava a fantasiosos “regalos” à beira do rio, numa dieta que não passava do tradicional “mexidinho” e bananas.

Os olhos gulosos dirigidos aos quintais alheios de poucas frutas, fazia com que a “novidade” sempre estivesse por conta dos outros.

O “olho comprido” nas goiabeiras, nas uvas, limas e limões, fazia salivar as vontades e a dieta de pouca variedade.

O livro nos mostra um cotidiano através do qual podemos perceber os mecanismos sutis da formação.

A vida “apertada” despertava na menina, um desejo velado de melhoria econômica de uma condição que, no íntimo e na sua lógica, não lhe era pertinente estar, considerando as possibilidades econômicas que adviriam de sua avó rica.

O constante exemplo da mãe sofredora, resgatada por um casamento apaixonado, que lhe serviu de espelho, em termos da dedicação e devoção exacerbada dedicada ao marido.

O dia a dia de professora, emaranhado nos baixos salários e nas intempéries da profissão descarta, logo na primeira oportunidade, qualquer iniciativa de seguir neste caminho.

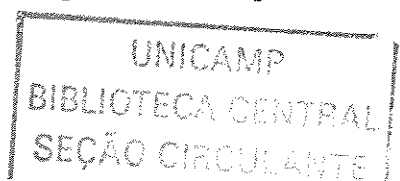
O “estar” solteira, à margem da carreira feminina de então, que representava muito mais um fracasso do que uma opção ou mesmo a decorrência de uma história que, bem ou mal, não tivera o direcionamento esperado.

Os exemplos dos agregados, apenas tolerados junto às famílias de maiores proventos, também serviram para “abrir o olho” da menina e deixá-la vigilante quanto às perspectivas de uma escolha (ou pouco cuidado nela) mal feita na vida.

A escola com seu ensino desvinculado da realidade, e seus professores tolerantes que, muitas vezes, fingiram cobrar resultados, facilitando à menina uma “performance” de “enganação” e pouca eficiência.

A religiosidade exagerada que fazia desconfiar da benevolência divina que os fizera tão pobres também atua sobre a formação da menina, que, todavia, não descarta as rezas e terços como passaportes que assegurassem seu bom êxito, naquilo que ela julgava como verdadeiras provações - seus tempos de escola.

Somando tudo e levando à média dos fatos, a menina vai constituindo seu próprio foro e escolhendo seus caminhos, aguardando em “stand by” outras situações e novas possibilidades, que



afinal aconteceram mais tarde quando a lógica do capital entrou em cena, através do trabalho assalariado do pai e a herança recebida com a morte da avó.

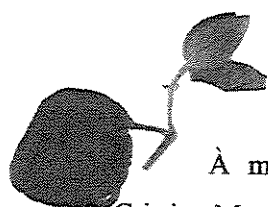
À recompensa dos tantos “sofrimentos” narrados aliou-se um tempo de espera que trouxe em seus ares o que, na época, significava o alívio para as dores femininas...

ABSTRACT

The work understands a study about the girl's formation, using a literary work (in the case, the diary written by Helena Morley in the years from 1893 to 1895); focusing political, social and education aspects that governed the society of her time and that contributed to the girl's formation; in the limits of a little town of the interior of Minas Gerais, Brazil, still caught in the remains of the mining work, the slavery and family ties.



AGRADECIMENTOS



À minha orientadora, Professora Doutora Maria
Cristina Menezes pela oportunidade que me deu.

Ao Professor Joaquim Alves de Aguiar
(Departamento de Teoria Literária da Universidade de São
Paulo) pelas inúmeras sugestões de leituras.

EPÍGRAFE



“O tédio é o pássaro onírico que choca o ovo da experiência”
Walter Benjamin

DEDICATÓRIA



Dedico este trabalho aos meus pais, Antonio e Quitéria, que há muito não andam mais por estes caminhos...

SUMÁRIO

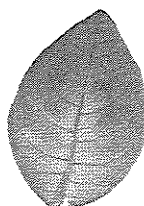
FOTO DE HELENA MORLEY

NOTA DA PRIMEIRA EDIÇÃO

RESUMO

ABSTRACT

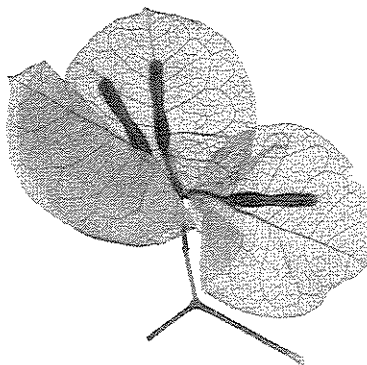
1. INTRODUÇÃO.....	19
2. DIAMANTINA NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	26
3. O DIÁRIO.....	30
3.1. A Diamantina dos Morley.....	34
3.2. O pai inglês protestante.....	37
3.3. As marcas da escolarização.....	41
3.4. O Diário na formação da jovem mulher.....	54
3.5. Casadas e solteiras.....	57
3.6. Casar ou dar escola.....	62
3.7. O léxico de Helena Morley	72
3.8. O “Bildungsroman”.....	79
3.9. O tempo de algumas mulheres em Minas Gerais	88
4. CONCLUSÃO.....	93
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	104
6. ANEXOS.....	108





**REMENDA TEU PANO, QUE DURARÁ UM ANO.
REMENDA OUTRAVEZ, QUE DURARÁ UM MÊS.**

HELENA MORLEY



NOTA À 1ª EDIÇÃO

“Em pequena meu pai me fez tomar o hábito de escrever o que sucedia comigo. Na Escola Normal o Professor de Português exigia das alunas uma composição quase diária, que chamávamos “redação” e que podia ser, à nossa escolha, uma descrição, ou carta ou narração do que se dava com cada uma. Eu achava mais fácil escrever o que se passava em torno de mim e entre a nossa família, muito numerosa. Esses escritos, que enchem muitos cadernos e folhas avulsas, andaram anos e anos guardados, esquecidos. Ultimamente pus-me a revê-los e ordená-los para os meus, principalmente para minhas netas. Nasceu daí a idéia, com que me conformei, de um livro que mostrasse às meninas de hoje a diferença entre a vida atual e a existência simples que levávamos naquela época.

Não sei se poderá interessar ao leitor de hoje a vida corrente de uma cidade do interior, no fim do século passado, através das impressões de uma menina, de uma cidade sem luz elétrica, água canalizada, telefone, nem mesmo padaria, quando se vivia contente com pouco, sem as preocupações de hoje. E como a vida era boa naquele tempo! Quanto desabafo, quantas queixas, quantos casos sobre os tios, as primas, os professores, as colegas e as amigas, coisas de que não poderia mais me lembrar, depois de tantos anos, encontrei agora nos meus cadernos antigos!

Relendo esses escritos, esquecidos por tanto tempo, vieram-me lágrimas de saudades de meus bons pais, minha avó e minha admirável tia Madge, a mulher mais extraordinária que já conheci até hoje e que mais influência exerceu sobre mim, pelos seus conselhos e pelo seu exemplo.

Nesses escritos nenhuma alteração foi feita, além de pequenas correções e substituições de alguns nomes, poucos, por motivos fáceis de compreender.

Agora uma palavra às minhas netas. – Vocês que já nasceram na abundância e ficaram tão comovidas quando leram alguns episódios de minha infância, não precisam Ter pena das meninas pobres, pelo fato de serem pobres. Nós éramos tão felizes! A felicidade não consiste em bens materiais mas na harmonia do lar, na afeição entre a família, na vida simples, sem ambições - coisas que a fortuna não traz, e muitas vezes leva.” (pg.11-12).

Helena Morley, 1942



1. INTRODUÇÃO

A idéia de escrever sobre o Diário de Helena Morley, vinha sendo acalentada desde a primeira vez que o tive sob minhas vistas já na idade adulta.

A começar pela capa primorosa com que a Editora lhe cobriu: brácteas de “primaveras” caindo aleatoriamente... leves, secas, fenecidas pela ação do tempo.

Um livro de memórias – que se presta a contar: a contar um caso, uma história, uma vida de muitos casos e histórias, muita gente emaranhada numa teia de relações e, curiosa que sou com casos da vida, já fui logo “esticando” as orelhas – irremediavelmente conquistada por ele.

Parecia ter ali, ao meu lado, a figura da menina confidenciando, só para mim, as histórias daqueles tempos, naquela Diamantina montanhosa, de rios tortuosos e violados pela antiga saga da mineração.

Aquele feijão com toucinho, arroz, couve picadinha e bananas, preparado na beira do rio, em foguinho lento com gravetos catados ali mesmo no espinheiro dos matos, de fumacinha cheirosa, dilata nossas narinas e faz roncar nossa barriga de fome sertaneja.

Nos faz esquecer a pobreza da dieta, para só pensarmos no almoço familiar campestre, à larga, de prato na mão, na beira do rio bucólico, com suas lavadeiras e cantorias, ao ruído da natureza e aos gritos dos meninos.

Não era tarefa das mais fáceis tentar analisar um processo de formação numa única obra produzida pela autora. Até porque não queria fazer nenhum tipo de dissecação acadêmica, que pudesse macular a graça, o encanto, a delicadeza daquela escritura que tem seduzido e apaixonado diferentes idades no decorrer do tempo.

A memória registrada ali, de menina – da vida, da escola, das companheiras, da família – faz renascer uma tentação incontida de se deixar levar por aquelas lembranças, filtradas por um olhar adolescente de final de século XIX.

Dúvidas sobre a idade da autora ao escrever seu Diário existem no meio literário. Mas como os originais nunca vieram a público, só resta o levantamento de hipóteses e isso, para Alexandre Eulálio, “qualquer leitor tem o direito de fazer, pago o preço de capa”¹



Suspeita-se da atuação de uma mão mais experiente no arranjo do texto que poderia ser, inclusive, as de seu marido escritor Mario Brant entre outros.

E, mais ainda, os originais haviam sido queimados e que “*a obra seria um rearranjo de um anedotário familiar, guardado num baú*”²

Nem a própria Elizabeth Bishop, que o traduziu para o inglês nos anos 50, conseguiu botar os olhos nos originais.

Diante deste mistério, importa muito pouco se o registro dos acontecimentos da “vida de menina” se deu em tempo real ou a posteriori, já na idade adulta, pois, o que vale mesmo é o prazer da leitura daquelas páginas e o recuo no tempo proporcionado ao leitor, principalmente àquele leitor urbano, que acalentou na memória o idílio de uma infância campestre: a volta às origens rurais – o resgate do menino protegido, à revelia das condições econômicas e sociais que sempre rondaram a vida do pobre.

É como se, ao terminarmos a leitura, invejássemos aquela história e nos sentíssemos ressentidos por não tê-la sido nossa. Uma valorização exacerbada do passado em detrimento do presente. Ao nos depararmos com uma formação tão intensa, à luz das experiências vividas pela menina, ficamos irresistivelmente tentados à comparação de épocas e estilos.

Esquecemos, no calor dos acontecimentos, que a “*lente deformadora da nostalgia*” (Hoggart, 1973), tudo faz para apagar os defeitos que possam turvar aquilo que insistimos ser belo.

Assim é que mesmo decorridos os anos, acabei capturada pelos ares e sonhos que não foram os meus. O Diário, escrito por Helena Morley acabou por se tornar meu objeto de pesquisa nos anos de graduação e no Mestrado exemplificando um processo de formação feminino lento, gradual ... mas eficiente.

Abrigado no emaranhado das relações familiares, eficientemente conservadas na tradição patriarcal da família brasileira, o processo veio ganhando fôlego ao longo dos séculos, vindo a constituir a identidade feminina esperada naqueles tempos.

¹ Afirmação de Alexandre Eulálio no prefácio do livro de Helena Morley, *Minha vida de menina*, Companhia das Letras, 1998, p. 8

² Essa questão sobre a idade da autora ao escrever o livro está muito bem colocada no livro de Roberto Scharzw, *Duas Meninas*, Companhia das Letras, 1997, p. 45-50



Usando-o como fonte, procurei fazer uma articulação da Literatura com a História da Educação, que possibilitasse perceber este mesmo processo de formação da menina, marcado nas entrelinhas dos diálogos e situações, onde os papéis sociais e sexuais, estiveram claramente definidos.

Pois, como nos diz HOGGART:

“...o certo é que devemos tentar ver, para além dos hábitos, aquilo que os hábitos representam, ver através das declarações e respostas o que estas realmente, significam...” (1973, p.21)

Aí está a ferramenta para quem, no campo das humanidades, se dispõe a trabalhar.

Além disso, a Literatura, quando aplicada às questões educacionais, pode fornecer o caminho de onde extrair a força das mentalidades, através dos sentimentos, crenças e atitudes que impregnam a existência de um indivíduo dentro das micro e macro relações em que está inserido e que, solertes, conseguem atravessar séculos.

Acredito que a contribuição maior que o trabalho oferece à área da História da Educação é a exemplificação de uma experiência da formação feminina.

O texto fala de uma época. A vida narrada no Diário traça um painel do cotidiano da cidade, dos costumes, das contradições, das relações como mundo do trabalho, da escola, da família e, acredito serem estes elementos importantes na História da Educação pois, alicerçaram as bases da formação da menina.

E, é nesta área de conhecimento, que interrogando as fontes, vou buscar os estudos que deram embasamento à minha hipótese: a de que, apesar da estagnação aparente em que se constituiu, a menina acaba dando um “salto” e se torna, na maturidade, uma referência, ao publicar, no Diário, sua história de vida.

Na História da Educação, busco as explicações para os altos índices de analfabetismo da época, o significado da Escola, a herança de origem patriarcal presente ainda nas relações, as dificuldades com o mundo do trabalho, os valores que se impuseram nas observações da menina.



Fazendo uso do seu talento na evocação “do pequeno mundo antigo, no momento em que a sociedade patriarcal ainda não se desintegrou e parece manter intactas todas as suas coordenadas”³, promove um “desmonte” irônico deste mundo estagnado, com o viço da sua juventude e agudeza do seu olhar.

No curto período de tempo, narrado pelo Diário, consegue construir as bases da sua formação, através da crítica e desconfiança de que outras possibilidades mais amplas e menos “tacanhas” poderiam sacudir a poeira daqueles tempos.

Desde o início quando pensei no livro como uma possibilidade para o Mestrado, já vinha desde a graduação trabalhando nele para o TCC. Trabalhei no Mestrado da mesma maneira que o fiz na Graduação.

Ao lidar com a Bibliografia, não perdia de vista o meu objeto de pesquisa – o livro de Helena Morley.

Fiz uma primeira, segunda e terceira leitura antes do Fichamento. Estabeleci alguns marcos. E fui colhendo no livro os tópicos que me interessavam: a escola, a igreja, a família, o trabalho, a comida, as brincadeiras, o casamento, o marido, os tipos que perambularam pelo diário, a formação, os costumes. Cada registro da menina era direcionado para um desses tópicos.

Assim, ao final dele (o livro) eu tinha no meu caderno de registros, trechos que ilustravam aquela categoria e que iriam servir de panos de fundo para o desenrolar das idéias.

Uma vez realizado este processo, iniciei as leituras que dariam sustentação e fariam o “corpo” do trabalho propriamente dito. E este é um momento difícil – o do inter cruzamento das informações que, em suma, dá a dialética do texto.

Sempre com muito cuidado e atenção, dadas as dificuldades de se trabalhar com uma fonte literária, principalmente para um olhar que não é de especialista da área e tampouco preparado para as armadilhas da Teoria Literária.

Para todas as leituras que fiz, usei do mesmo procedimento. Lendo com muita atenção, grifando, registrando as passagens do meu interesse, ilustrando as categorias e trabalhando sempre rente ao texto fui estruturando as idéias .

³ Observação feita por Alexandre Eulálio no prefácio do *Minha vida de Menina*, Companhia das Letras, 1998, p. 11



Esta foi uma preocupação constante, pois tinha nas mãos um livro delicado, alegre, e bastante crítico também. Não tão ingênuo quanto possa parecer à primeira vista.

Registrando ali um tempo de saudades e “caindo” para o lado da memória de uma menina, aumenta a responsabilidade ao lidar com ele. Por isso, sempre que possível, evitei macular um tempo que, para ela, foi de felicidade.

A minha metodologia, é tal qual a dela: observar e contar.

Não sei se conto “academicamente”, talvez conto mesmo é no “cotidiano”.
Muito provavelmente até.

Mas as histórias de vida se fazem mesmo no cotidiano. É de lá que vem a graça, as tristezas e as teias das relações.

O mais “custoso” mesmo é colocar no papel, pois como dizia o Gondim para Paulo Honório⁴ *“arranjar palavras com tinta é outra coisa”*

O intercurso da escrita é coisa séria, cheio de arapucas para olhares atentos.

E, em se tratando de Literatura cabe, aqui, esclarecer as dificuldades que a questão apresenta.

Não é fácil o trabalho com o texto literário quando se tem um problema a investigar.

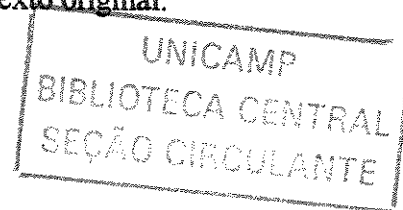
Na busca dos diálogos, passagens, histórias que serviram de “pano de fundo” para a discussão do “problema”, corre-se o risco de promover um “esfriamento” do texto original que, não é o objetivo aqui.

A questão da “fonte” e do “objeto” da pesquisa acaba-se misturando na análise do problema e, muitas vezes, para o leitor que faz questão da objetividade, põe o autor do trabalho frente a uma discussão metodológica que, neste caso, não é das vertentes mais agudas.

Todavia, cabe esclarecer o direcionamento que foi dado ao trabalho neste particular.

No princípio consegui definir objeto e fonte para eu mesma, de uma forma bastante clara. Tratei como objeto de pesquisa o próprio Diário escrito pela menina pois, foi a partir de sua leitura que pensei num problema a investigar: um processo de formação feminina, no final do século XIX (1893-1895), período abrangido pelo texto original.

⁴ Graciliano Ramos. *São Bernardo*, Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 07





O enredo estava circunscrito em um tempo histórico, final do século XIX, em um determinado espaço geográfico (Diamantina - MG), uma menina em particular (Helena) com sua família numerosa.

O problema estava posto. Não pretendia estudar a formação das mulheres, mas um caso específico que, evidentemente, não daria conta de todo o processo de educação feminina no Brasil daqueles tempos.

Quando muito, poderia ilustrar, talvez, algumas vertentes dessa formação, centradas nas relações que, ainda, resguardavam muito da herança patriarcal e escravocrata da família brasileira.

Tentei restringir ao máximo as estratégias e o “estilo” da escrita para evitar o “esfriamento” referido anteriormente. Busquei as fontes não só no espaço geográfico do cotidiano narrado mas, também, na bibliografia de apoio para alicerçar a construção das idéias.

Ora ou outra, as coisas se misturam no desenrolar do texto. O que era fonte, acaba sendo objeto e vice – versa. Porém, não creio que isso possa vir a se tornar um segundo problema a investigar.

Questões do estilo literário (Diário/Romance) também podem dar margem a discussões que, quero deixar claro, não passam pela minha competência e habilidade desenvolvê-las.

No entanto, só para pontuar, não podemos garantir que o registro de um tempo passado não tenha seu lado de ficção (imaginação). Bem ou mal, não se captura dele a exatidão dos fatos.

O Diário está condicionado a um processo de seleção e combinação de dados e, o resultado dele nunca poderá ser tal e qual. O passado e o presente não prescindem do crivo da imaginação. Caso contrário, pensaríamos no retorno do tempo e este, não volta mais.

“Quem conta um conto, aumenta um ponto”, mas eu acrescentaria que pode subtrair também.

Ainda que o recuo do tempo seja de horas, as experiências nunca se darão da mesma forma, quando colocadas no papel.

Afinal, de que lugar Helena escrevera o seu Diário?



Do quarto de dormir à noite sozinha, da sala de sua avó, trepada nos galhos das árvores – uma escritura íntima e solitária.

O passado acaba se “presentificando” no ato da imaginação e, neste sentido, aproximando-se da ficção. A seleção e a combinação também é um processo do escritor, independentemente do estilo literário que esteja abordando.

Segundo Brito Broca⁵ a questão é: *“até onde esses Diários, oferecidos ao público, refletem a verdade sobre o pensamento, a maneira de sentir, os fatos de diversa natureza que se passaram com os respectivos autores...”*

Lemos no Diário de Helena o que nos foi permitido por ela somente. Se ficção, se realidade, a interrogação fica por conta do leitor.

E mais ainda há de se considerar as marcas profundas talhadas em nossa formação pelos tempos de escola, um tempo de provação.

O Diário fornece pistas bastante convincentes do processo de formação, quer na presença do androcentrismo em torno do qual giram as mulheres da família apegadas exageradamente aos seus homens, quer nas falas e atitudes femininas no desvelo dedicado aos filhos, no exercício dos rituais religiosos, nas brincadeiras de rua, no currículo da escola e, sobretudo, na forte representação de classe, ainda impregnada pelos tempos da escravidão.

Uma sociedade de preconceitos acirrados de “negrinhos”, de analfabetos e, principalmente, uma sociedade que salvaguardava a distância entre brancos e pretos, ricos e pobres.

Encontramos no Diário, as peripécias empreendidas pela menina pobre na escola, que tanta graça nos proporciona, e suas grandes dificuldades em “fincar o pé” numa profissão (o magistério) que, na época e ainda muito depois, significava apenas um tempo de espera...

O cotidiano descrito no Diário é a base de sua memória. Vai buscar no espaço da família, da igreja e da escola, as vigas que sustentam sua narrativa, na pequena Diamantina de sua época.

A simbologia que marca nossa história também está presente para “acionar” a memória. Muitos signos fazem parte da nossa história, da nossa vida.

⁵ Brito Broca, *Horas de Leitura*, Campinas, Editora da Unicamp, 1992, p. 80



Helena lembra com saudades, do uniforme escolar, da bandeira, das colchas na janela, das procissões com seus santos e andores enfeitados, das eleições animadas, dos tabuleiros de doces na porta do teatro, das arapucas no mato.

O tempo da memória correndo pela linha da vida. Meio desarticulado, ao sabor dos símbolos que puxam as lembranças... aquelas que inconscientemente jogamos para as regiões mais profundas do nosso ser e que, de uma forma ou de outra, selecionamos para o esquecimento ou para um tempo futuro, quem saberá...

Uma memória como lugar de vivência. Sentimental, do homem comum, ao gosto do século XIX mas que, apesar de tudo, não nega uma geração de conhecimentos adquiridos.

Hoje, em tempos de modernidade, quando a quantidade de informações é tão grande e as competências para manipulá-las são o que conta, não há mais espaço para a cadeira de balanço e o cismar.

O presente rápido e fugaz escoa por entre os vãos de nossa existência, não deixando vozes nem espaço para o outro.

Diluem-se as relações e a solidão aumenta.

Ficamos à procura de um tempo incerto. Um tempo que se foi irremediavelmente, levando consigo experiências que não foram nossas.

Farejamos na natureza sua passagem. Insistimos em puxá-lo de volta, arrastá-lo para o presente, cobrir seus rastros para que tenhamos do que nos lembrar.

Ficamos à procura, sim desse tempo incerto, que nos traga uma mônada como o cheiro da chuva, do pão assando, do passar das nuvens, de um rosto conhecido que traga de volta o objeto desse sujeito que somos e, que possa fazê-lo parar... parar de andar às tontas... “em busca do tempo perdido”... que se foi para sempre.

2. DIAMANTINA NO TEMPO E NO ESPAÇO

“O ouro do Serro frio, descoberto nos fins do século XVII, seduzia, de toda a parte, a ambição de bandeirantes e aventureiros. Um grupo desses, tranqüilizado pela visão



guiadora do pico de Itambé, afoitou-se a explorar regiões mais apartadas, à cata de local onde a mineração fosse abundante e fácil.

Deparou-lhes o destino o sítio a que aspiravam, na confluência de dois córregos riquíssimos, posteriormente chamados Rio Grande e Piruruca. Como de costume, confiaram ao acaso a escolha do melhor curso d'água. Largada aos ventos, a bandeira voltou-se para a esquerda e os sertanistas subiram o Piruruca. Andando um quarto de légua, chegaram quase às cabeceiras e acamparam.

Com o fim de verificar se o terreno era aurífero, do leito do córrego apanharam o saibro grosso e claro, a que os mineiros chamavam piruruca. E, como o resultado das lavagens foi muito animador, trataram de estabelecer-se.

Também as margens eram ricas, de sorte que, correndo a notícia, afluíram de Conceição e circunvizinhanças novos aventureiros. Em um cômodo que dominava a povoação nascente, levantou-se o pelourinho.

Com pouco, seguindo mais ou menos o mesmo roteiro, nova bandeira chegou. Coube-lhe o outro córrego, a que pôs o nome enfático de Rio Grande. Seguindo por ele acima, fraldejando o morro, deteve-se em vasto tremedal, por sobre o qual serpjava outro córrego, que, nascendo no flanco oriental do morro, ia perder-se no Rio Grande. Deram-lhe o nome de Tijuco, vocábulo indígena que quer dizer lama (*ty-yuc*, 'líquido corrupto ou podre, lama, brejo', seg. Teodoro Sampaio, *O Tupi na Geografia Nacional*). Explorado o terreno, encontraram ouro em abundância assombrosa, como nunca aparecera em toda a capitania.

A nova bandeira ocupou a margem direita do Tijuco no lugar denominado *Burgalhau*, como ainda em nossos dias. O cemitério antigo, de que ainda se vêem restos, estava em ruína.

Com a fama das riquezas outros mineiros vieram do sul. Pela vertente do morro derramou-se o casario. Tijuco foi o nome da nascente povoação, que absorveu o núcleo vizinho. Era arraial daí a pouco, com sua capela um colmado maior erguido no Burgalhau e seu cura, vindo da Conceição, que, dizem, se chamava Padre Paiva.

Essa tradição sobre a origem do Tijuco, divulgada por Felício dos Santos, diz ainda que, no princípio, o arraial só ocupava o pequeno circuito que abrange as atuais ruas das Beatas, do Burgalhau e do Espírito Santo, e pouco mais. O Largo do Bonfim era uma



campina, sombreada por copada gameleira, a Rua Direita e a Praça Conselheiro Mata, densa floresta onde fornecia madeira para a construção das cafuas, e o Arraial de Baixo outra floresta. Da grupiara ao Rio Grande estendia-se um tremedal.

Novos descobertos surgiram nos leitos do jequitinhonha, do Ribeirão do Inferno, dos Caldeirões, nos Cristais, nas Datas, no Brumadinho e em outros lugares. Com isso, formaram-se novas povoações em derredor do Tijuco.”⁶

Segundo o mesmo autor, fica a dúvida sobre os nomes dos descobridores e da data exata em que se estabeleceram no Tijuco. Provavelmente, aponta ele, a descoberta deveu-se a membros da expedição do “Serro”, em começo de 1701, chefiada por Antonio Soares Ferreira, que chegaram à região do Serro Frio.

A LENDA DO TIJUCO⁷ (Recolhida por J. Felício dos Santos, no seu romance *Acaiaca*):

“Pertencia a terra aos índios Puris, segundo a melhor tradição. Nas lutas com os guerreiros brancos sabiam-se protegidos pela *Acaiaca*, árvores sagrada da tribo. Enquanto estivesse de pé, os Puris não seriam vencidos.

Os índios andavam longe, festejando o casamento de Cajubi com Iepipo. Reinava completa alegria no festim. Alheio a tudo o cacique, só tinha ouvidos para estranhos ruídos distantes, que lhe entristeciam o coração pressago. Estampido mais intenso acabou de convencê-lo. Era chegado o momento. Conclamou para a luta os seus guerreiros. O inimigo certamente os havia atacado.

Encontraram, no Ibitira, a explicação do estranho ruído: a *Acaiaca* jazia por terra. Tomás Bueno, o mameluco, traiu o sangue dos antepassados, revelando ao branco o segredo da tribo. Sentiam-se perdidos.

Enquanto Cururupeba meditava, Jupiaçara, clamando por vingança, soltou o grito de guerra. Protestou o chefe contra aquela voz que se levantava em vez da sua. Infiltrou-se a revolta. O ódio fraticida aniquilou o valor dos guerreiros que se trucidaram ferozmente.

⁶ Aires da Mata Machado Filho. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*, 3ªed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980, p.9

⁷ id., ibid., p.13-15



Maus agouros levaram ao pagé o aviso da ruína. Quando o velho Piracassu chegou ao Ibitira, no chão junto de cadáveres restavam poucos guerreiros puris. Em tremendas apóstrofes verberou-lhes o procedimento. Depois, voltando-se para o Arraial amaldiçoou os perós:

‘*Tupá* nos abandonou. *Tupá* entregou-nos ao inimigo, despedaçando nossa raça. Aí vem a torrente impetuosa, que tem de arrasar nossos campos: aí vem o furacão do oriente que tem de varrer-nos da *taba* e dispersar-nos no deserto, como folhas secas mirradas ao sol. Ride-vos, ó *perós*! Lá embaixo do Ibitira, através do negrume da tempestade, vejo-vos resfolegando com o nosso extermínio. Ride-vos, enquanto é tempo, enquanto também não chega a hora da desgraça. *Anhangá* foi evocado, e a voz do *maracá* surgiu das entranhas da terra para vingar a raça proscrita. Sua vingança é terrível, desapiedada, como só ele sabe vingar. Quereis riquezas, achareis muitas debaixo da terra que calcamos debaixo dos pés: mas o ouro há de escaldar-vos as mãos, a cobiça há de devorar-vos as entranhas. Tomastes nossas terras, expulsaste-nos da *taba*: mas vossos filhos serão também expatriados, e vê-lo-eis arrastados em correntes para irem perecer em um país, onde o sol cresta e enegrece a pele. Hoje, nossos perseguidores, amanhã sereis perseguidos por outros, que virão disputar-vos as riquezas que descobrires. Fugireis para os bosques, esconder-vos-ei nas brenhas, nos abismos, nos precipícios, no meio dos animais bravios, e aí mesmo sereis caçados à *moçaba*, como nos caçastes a nós. Profanastes nossas *ibicoaras*, onde repousavam as cinzas dos bravos; e vossos corpos jazarão insepultos sobre a terra para serem pastos de corvos, ou serão lançados no Jequitinhonha, e arrojados no mar; vossos ossos branquearão os rochedos, e ninguém se animará a buscá-los para o jazigo sagrado.

‘Maldição sobre vós e vossos filhos! A vingança de *anhangá* será terrível!...

‘vamos, guerreiros! Que das cinzas da *Acaiaca* surjam as desgraças dos *perós*.’
(Joaquim Felício dos Santos, *Acaiaca*, pág. 41).

E com gestos rituais ateou fogo ao cedro sagrado.

Seguiu-se um aguaceiro diluviano. Nos enormes desbarranques levou a cabo numa noite o trabalho de meses. Nos serviços, assim completados, o ouro abundante era fácil de apanhar. Também apareciam pedrinhas rijas, brilhantes, transparentes,



ordinariamente cristalizadas na forma de octaedro. Os mineiros jamais as tinham visto. Era o diamante, carbonização da *Acaiaca*, a árvore sagrada dos puris.”

3. O DIÁRIO

“Um livro que nasceu clássico”

Essa foi a definição que Alexandre Eulálio usou na apresentação do “Minha Vida de Menina”, escrito por Helena Morley, em novembro de 1959.

Acerca das polêmicas geradas em torno da idade da autora ao escrevê-lo, Guimarães Rosa rebate forte, e de uma vez só, que “não conhecia em nenhuma outra literatura mais pujante exemplo de tão literal reconstrução da infância”.

Uma vida...uma obra...um clássico!

Helena Morley, mineira de Diamantina escreveu seu diário no período compreendido entre os anos de 1893-1895, quando tinha entre treze e quinze anos de idade. Toda a trama pitoresca do cotidiano da vida da cidade está descrita ali, principalmente no que se refere às relações familiares, eixo central que faz “girar” a roda do diário. São numerosos os personagens que constituíram sua memória: Os pais, Alexandre e Carolina, tiveram, quatro filhos: Helena, Renato, Luisinha e Nhonhô. Mas o “colorido” vem mesmo dos que estão em volta, no cruzamento das relações familiares.

Da família paterna, cujo avô inglês foi o personagem notório da cidade, surgiram Alexandre, Mortimer, e as filhas Quequeta, Madge, Ifigênia, Cecília e Neném. Da família materna é que vem o “grosso” das relações. Da avó Teodora e do avô Batista, veio, direta ou indiretamente, ao mundo a mistura que tanta graça dá ao diário: Joãozinho, Conrado, Aurélia, Dindinha, Henrique, Julião, Carlota, Agostinha, Geraldo, Iaiá, Antonio, Florinda.

As diferenças entre as famílias são marcantes. A própria Helena, admirada, nos conta:



“Quando comparo as famílias de mamãe e de meu pai, eu fico vendo a diferença que há entre elas. Na família de meu pai é tudo igualzinho. Os irmãos são diferentes só na figura. Nos modos a gente vendo um viu todos... Na de mamãe é uma diferença de um para o outro, que a gente fica admirada.” (p. 254)

Os eixos da narrativa de Helena compreendem as relações estabelecidas entre a família (no campo ou na cidade), a Escola e a Igreja. Aí ocorre um entrelaçamento dos personagens que vão fazendo parte de sua história. Colocando-se no centro da narrativa, vai “descortinando” os acontecimentos que marcaram sua trajetória na cidade e deram o “tom” de sua adolescência.

Muitos foram os lugares que marcaram a memória da menina: a Igreja do Rosário, o Palácio Episcopal, o largo da Cavallhada (o lugar dos folguedos e brincadeiras de rua), O Biribiri, o Jogo da Bola, a Escola Normal, o Rio Grande, a Igreja do Amparo, o Beco do Moinho, o Curralinho, o Burgalhau, a Rua Direita, a Rua do Carmo...

Registrou, no diário, suas emoções, seu dia-a-dia, suas relações, enfim, suas vivências, com tanta verossimilhança que, ao lermos os episódios de sua vida, “saltamos” o tempo e nos sentimos de pés descalços correndo livremente, brincando, conversando, “na flauta”, numa infância bucólica amparada por calorosas relações familiares e, protegidos pelo interior geográfico das serras de Minas Gerais.

A história vivida pela menina se passa no início dos tempos republicanos, numa região cujas tradições do império não estiveram totalmente ausentes.

Um Brasil atrasado, lançando as bases de um desenvolvimento que o resgatasse da condição humilhante de subserviência, miséria e analfabetismo presentes na sociedade da época.

A economia agrária caracteriza o Brasil, em período que ultrapassa o tempo do diário, com um pequeno hiato na fase de mineração, viés ao qual se agarra firmemente a família de Helena Morley e que justifica suas grandes dificuldades na luta pela sobrevivência.

Se passarmos uma “vista d’olhos” pela história, acharemos um recuo no tempo de quase um século, levando-se em conta que a faiscagem, na extração do ouro, acabou por se transformar em atividade de mera subsistência, dado o esgotamento do solo.



Era achar uma ou outra lasca do metal nos muitos desbarranques que, lentamente erodiam as terras ácidas do antigo Arraial do Tijuco.

“...Depois que acabamos de jantar e que meu pai e tio Joãozinho despacham os trabalhadores, a coisa que mais gostamos é ficar descalços, com o pé no molhado, subindo e descendo o desbarranque da lavra, procurando diamantinhos e folhetas de ouro. Diamante é raro achar...” e “...a lavra não tem dado nem um diamantinho olho de mosquito” (p.23) diz a menina desconsolada, já prevendo sérias dificuldades futuras.

Aquelas terras escuras, por onde seu pai minerava, já não mais produziam os diamantes que os olhos cobiçosos do homem queriam ver. Esgotadas e vigiadas que foram, pela exploração incontida, desde os tempos de colônia.

Há de se considerar que, mesmo naqueles tempos (de Colônia) o poder imperial vigiava e disciplinava de perto com “olhos” atentos a riqueza bruta extraída das entranhas da terra. O famoso “livro de capa verde”⁸ criado por D. João V, normalizava e controlava eficientemente o destino dado às pedras e ouro que fizeram a riqueza da endividada corte portuguesa. A exploração das jazidas era dada aos contratadores. Dentre eles despontou o famoso e lendário senhor João Fernandes, contratador português, que passou para a história e para a música⁹, como o amante da ex-escrava Chica da Silva, coberta por ele de luxos e requintes de sinhá.

Mesmo depois, nos tempos de Helena Morley, se não fôra fácil para os mineradores de outrora, como o seria para seu pai, à cata do sustento de sua família?

Helena mesma diz que os homens todos de sua família herdaram o gosto pela mineração. Nenhuma outra tentativa de trabalho era levada a sério pela família. E, quando acontecia, fadada ao fracasso, acabava caindo no desprestígio e num arremedo de atividade de pouca perseverança e empenho.

⁸ O “Livro de Capa Verde” (dado no Palácio da Nossa Senhora da Ajuda em 02 de agosto de 1771) – O Regimento Diamantino, transferia para a Real Fazenda toda a extração e venda dos diamantes do Brasil, sob inspeção do Marques de Pombal, inspetor geral do Erário. Composto de 54 ítems, criava para a Comarca do Serro Frio a Intendência Geral, os Caixas Administradores dos diamantes, o Administrador Geral dos Serviços. Estes, controlariam moradores, escravos e vigiavam “de perto” a extração dos diamantes. Enfim, instituía a “malha fina” de fiscalização e controle de uma região rica da qual a Coroa não podia descuidar. (Segundo Aires da Mata Machado Filho, Arraial do Tijuco – Cidade Diamantina, p. 18-40)



Pois foi o que aconteceu com o seu pai, ao tentar colocar uma venda “para comer mais barato”, ao seguir sugestão de sua esposa Carolina.

Já o objetivo inicial traçado para o negócio, anunciava o fiasco do “projeto”. Por serem os donos, acreditavam poder devorar o estoque. A questão de saciar uma necessidade inexorável punha a família em constante estado de alerta.

O seu estado de penúria econômica fazia do imediato uma possibilidade que descartava cerimônias. Como donos inexperientes nos trâmites do comércio, não tinham olhos vigilantes para questão do controle.

E, ainda mais, o pai desprestigiava a figura do vendeiro por detrás do balcão. Papel que desde o início não quisera desempenhar, acreditando estar aquém de sua origem inglesa e de seu status de minerador.

Tal fato este levou à contratação de um empregado. “Um velho pachorrento, morador no alto da rua da Luz, chamado seu Zeca, que vivia de fazer cigarros de palha para vender” (P. 156) . Um homem doente, cheio de manias e gases, à frente das farinhas, feijões, toucinhos e queijos do armazém e que tantos acessos de riso provocava nas meninas com sua rotunda barriga.

Distribuindo fiado e enrolando os cigarrinhos de palha atrás do balcão, seu Zeca mais parecia um convidado (pontual na mesa dos Morley) do que um empregado à frente do negócio.

A relação patrão-empregado nunca fôra “apertada”. A diluição dela no contexto familiar, acolhia não só a seu Zeca, mas também à sua esposa em tardes de sequilhos e bolachinhas na cozinha dos Morley.

Os Morley “generosos” acabam por transformar a venda em mais uma pilhéria que, anexada ao léxico da família, se transforma em outra decepção com o mundo do trabalho. Armado o estoque matuto, com seu Zeca na gerência e administração, podemos facilmente deduzir o final da tentativa de um negócio para a família.

A lógica da aposta colocava, de um lado, o fracasso pré-destinado e, do outro a possibilidade da recompensa. Em não dando certo, comia-se o que havia na venda e tudo acabava bem, levando cada um a assumir seu papel dentro da rotina fantasiosa dos Morley.

⁹ “Chica da Silva” de Jorge Benjor



Como disse Roberto Schwarz, “um movimento em dois tempos” cerceia a vida do grupo: se a questão do mundo do trabalho não é levada a sério, a questão da recompensa é sempre depositária de expectativas.

Não se cogita esforço para o cultivo e a manutenção de amizades fora da família, mas não há hesitação na cordialidade discreta que faz abrir pomares e dispensas cheias, numa relação de deferência ainda devida à origem inglesa do avô paterno, cidadão respeitável e benemérito da cidade, e da avó materna (Dona Teodora), matriarca rica de influência considerada por todos – riqueza e prestígio que os Morley souberam administrar muito bem.

Assim é que a dinâmica do fluxo familiar, girando às voltas de favores e tentativas infrutíferas de resgate econômico, acaba dando às suas trajetórias um tom jocoso de pouca seriedade, que é em suma a tônica do Diário.

3.1. A Diamantina dos Morley

A família navega na contramão do processo econômico que caracteriza aquele tempo histórico. Na verdade, o período até 1930 é marcado pela formação e desenvolvimento da poderosa burguesia cafeeira que vem em ascensão desde o Império.

Assim sendo, é de se supor um tempo em que a população se concentrava nos campos, na sua maior parte.

Ainda não era chegada a época da efervescência. Por isso a Diamantina de Helena Morley nos aparece ainda tão fervorosa e acanhada em suas poucas ruas e crianças ao largo.

O processo de urbanização viria “a posteriori”, na rabeira das indústrias que alavancariam a população dos campos para as cidades, período este que ultrapassa os limites do diário.

Assim sendo, voltemos à sociedade em que se constitui a menina, dentro da pacata cidade interiorana, que desconhecia totalmente os benefícios e confortos que a ideologia desenvolvimentista iria, posteriormente, trazer.

Tomemos como exemplo as relações de trabalho. Elas permeiam e atormentam a existência dos Morley, em torno da extensa família patriarcal, liderada pela



avó, ao redor de quem, pululam como gafanhotos, parentes, dependentes, agregados, escravos e, ainda, os pedintes que, ora ou outra, beliscavam uns “borrusquês” (espécie de “vale” para o armazém):

“hoje tive o maior espanto de minha vida. Vovó, todos os sábados, manda um de meus irmãos ao Palácio, que é perto da chácara, trocar uma nota por um borrusquês do Bispo. Põe tudo numa caixa de papelão e fica sentada na sala de jantar, à espera dos pobres dela. A cada um dá um borrusquê novo de duzentos réis. São elas Chichi Bombom, Frutuosa Pau-de-Sebo, Teresa Doida, Aninha Tico-Tico, Carlota Pistola, Carlota Bostadanta, Teresa Busca-Pé, Eufrásia Boaventura, Maria Pipoca e Siá Fortunata. Estas são as que entram, sentam com vovó na sala de jantar e contam suas misérias...” (Pg.29)

E quantas misérias, por certo, estas criaturas teriam que desfiar para comover o coração cristão e piedoso de Dona Teodora!

Olhando para o nome dos pedintes, identificamos logo, muito mais que o abandono da criatura pelo Criador, a exclusão econômica dolorosa de um segmento social: mulheres pobres...pejorativamente pobres... analfabetas... desvalidas... bem ao gosto da perversidade que caracteriza as questões de classe, embutidas na piedade cristã.

Assim, Dona Teodora dispunha de oportunidades esplêndidas para demonstrar seu poder de fogo e abastança.

Isso atraía, naturalmente, o séquito religioso de padres e Bispos que não economizavam bênçãos à sua generosidade e, também, à fartura de sua mesa, levando-se em conta os inúmeros leitões assados e vinhos do Porto com os quais eram obsequiados, à revelia dos seus votos de penitência e pobreza.

Se quem dá aos pobres, empresta a Deus, na lógica da menina, “ela já deve ter no céu um dinheirão guardado...” (Pg.29)

Esse espírito agudo a menina vai fortalecendo devagar, na observação e elaboração de seu juízo, às voltas de uma família numerosa, cheia de histórias e acontecimentos que contribuíram para sua formação.



A questão do trabalho era delicada naquela Diamantina, dado o legado escravocrata bastante recente. Fazia somente cinco anos que ocorrera a abolição da escravidão. Helena nos conta:

“...Eu ainda me lembro quando chegou a notícia da Lei de Treze de Maio. Os negros todos largaram o serviço e se ajuntaram no terreiro, dançando e cantando que estavam livres e não queriam mais trabalhar. Vovó, com raiva da gritaria, chegou à porta ameaçando com a bengala dizendo: “pisem já de minha casa pra fora, seus tratantes! A liberdade veio não foi pra vocês não, foi pra mim! Saiam já!” Os negros calaram o bico e foram para a senzala. Daí a pouco veio o Joaquim Angola em nome dos outros pedir perdão e dizer que todos queriam ficar.” (Pg. 211)

Dessa forma, muitos ficaram (ainda que livres) a serviço de seus patrões. Não restava outra alternativa. Em Diamantina, muitos eram os “alugados” que tratavam da execução de tarefas pesadas ou aquelas consideradas menos dignas do cidadão branco.

Coisa que escandalizou deveras as “Cunhas” ocorreu quando a mãe de Helena propôs a contratação dos seus irmãos (Geraldo e Anacleto) para auxiliarem seu marido no trabalho de mineração.

“As mulheres ficaram espantadas e meu pai teve que explicar que mamãe estava distraída e pensou que eles também eram negros” (Pg.48)

Na lógica das “Cunhas”, as mãos brancas de seus irmãos não estariam para bateias de “negros”, ainda que fossem as mãos do ócio.

Continuava a existir o lugar dos brancos e o lugar dos negros e estes não deveriam ser audaciosos a ponto de prescindir deferências. Foi o acontecido com o pobre do Emídio que, ao subtrair a titulação de um “figurão” local, teve sua cabeça quebrada e, ainda por cima, teve que ouvir:



“Gostei de ver. Com mais alguns você aprenderá a dobrar a língua para os brancos, negro sem vergonha.” (Pg.104)

O estrangeiro tem um olhar mais agudo para este ponto.

A família de Helena, apesar das grandes dificuldades pelas quais passava, dispunha de uma análise mais crítica, que corria na contramão da tradição local, através do código protestante e inglês do pai. Este enxergava a questão do trabalho com olhos que a Diamantina daquele tempo não conseguia, ainda, vislumbrar.

3.2. O pai inglês protestante

O protestantismo eclético do pai acha inaceitável a desqualificação do trabalho:

“Meu pai não deixa meus irmãos ficarem sem trabalhar, dizendo que o trabalho só é desonra aqui, porque só os escravos é que trabalhavam e que onde não havia escravos o trabalho é honroso...” (Pg.322)

Muito antes do pai de Helena, Ina von Binzer, em suas andanças por aqui, também disparou, estupefacta, sua crítica ácida, ao pouco caso com que os brancos encaravam a questão do trabalho:

“Todo trabalho é realizado pelos pretos, toda riqueza é adquirida por mãos negras, porque o brasileiro não trabalha e quando é pobre, prefere viver como parasita, em casa dos parentes e de amigos ricos, em vez de procurar ocupação honesta.”

Assim é que vamos encontrar Fifina instalada na casa de dona Teodora vivendo “uma vidinha de ouro” segundo a menina.

Todavia, este olhar estrangeiro rigoroso para as questões do trabalho merece considerações, levando-se em conta outros depoimentos que atestam o contrário. Por



exemplo, em tempo quase paralelo ao de Helena Morley, em outras regiões do Brasil, haverá outros embates nesta questão. O tempo das implantações das lavouras cafeeiras no oeste paulista. O depoimento de Floriza Barbosa Ferraz¹⁰ atesta o trabalho árduo que levava ao campo não só o olhar vigilante do patrão, mas seus braços também. Ainda que a preservação da propriedade fosse o matiz mais importante, há de se ressaltar o papel da mulher empreendedora na implantação da Fazenda do Engenho não só acompanhando os camaradas, mas cozinhando, plantando, protegendo das intempéries o grão precioso, sarando as feridas, lutando com um dia a dia adverso e bruto na lida com a terra. Como ela, deviam existir outras e outros nos engenhos, nas fazendas e mesmo nas cidades.

Portanto, a imagem da indolência que os olhos estrangeiros atribuíam ao perfil do brasileiro talvez carecesse de maiores cuidados. Mas, neste trabalho, ao “pé” das descrições do texto, encontramos esta posição rigorosa do pai da menina a respeito das questões do trabalho; até porque na Diamantina da época poucas eram as opções e poucos os lugares onde exercê-las. Agravando mais ainda a situação, contava-se com a desqualificação das atividades manuais, consideradas inferiores e pouco dignas das mãos brancas.

Por outro lado, na cidade, a vida caminhava na sua modorra e carolice; centrada em mecanismos de cortesias, conversas e agrados entre vizinhos.

Sem médicos que tratassem as pessoas, a prática de purgantes limpava os intestinos, e as rezas e promessas chamavam a atenção de Deus.

O resto era por conta de sua própria resistência e, caso “batesse as botas”, Helena teria ainda uma vantagem a mais: poderia contar com o céu dos ingleses, um céu diferenciado, branco e não africano conforme predissera seu pai no ano de 1893.

O céu dos ingleses... “...é para lá que você também vai, que é o céu dos brancos e não dos africanos.” (Pg. 104)

Ali seria o lugar da glória resplandecente, ao abrigo do Senhor, no descanso eterno das labutas insanas propostas pela Providência na Terra.

Buscando a origem deste pensamento, acerca de uma existência calcada na teoria da recompensa, acabamos por dirigir nossas especulações à ética protestante do pai da menina.

¹⁰ Ver Marina Maluf. Ruídos da Memória. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 230-253



O espírito da vocação, do método, do cumprimento parcimonioso das obrigações, da subordinação às eventualidades se funda na esperança de um reconhecimento, se não nesta, ao menos em “outra” existência.

Por outro lado, acolhe o espírito da menina na segurança do seu lugar garantido, dada sua condição branca de descendência inglesa e, também, acata uma certa desculpa frente às intempéries e pouca elasticidade do pai, no seu papel de provedor.

Se, apesar dos esforços constantes, não conseguisse retirar da terra os diamantes necessários que assegurassem à família a fartura da mesa e o viver “à larga” do seu cunhado, que não se queixassem, pois como dizia a mãe, à vida de sofrimentos sobrepuja-se a recompensa divina.

Neste sentido, vamos encontrar a racionalidade do irmão Renato, em franca desconfiança do sentido da existência:

“Sabem o que eu já estive pensando...Não há esse negócio de céu nem de inferno nada; isso tudo é conversa de padre. Eu penso que a vida é como um punhado de fubá que se põe na palma da mão; quando se assopra vai embora e não fica nada. Nós também depois de mortos a terra come; não tem nenhuma alma.” (P. 122)

A promessa de um céu para brancos ingleses fornece a dimensão exata da discriminação racial e pouco apreço para com as relações de trabalho dos outros.

Ao céu dos ingleses não teriam acesso as negras de tabuleiro das portas do teatro, os “moleques”, o Emídio, a Rosa, todos descendentes de ex-escravos que pululam nas páginas do diário.

Se o trabalho, na lógica protestante (da época) constitui a própria finalidade da vida, o traquejo moral que corrige e apara desvios, ninguém teria tido maior infelicidade do que os negros, no impedimento de sua entrada neste céu de descanso eterno e delícias reparadoras das tragédias terrenas.

Faltaria muito, ainda, para que o pai da menina conhecesse uma maravilha destas (escrita por Manuel Bandeira, *Libertinagem*, 1930)



Irene preta
Irene boa
Irene sempre de bom humor.
Imagino Irene entrando no céu:
– licença meu branco!
E São Pedro bonachão:
– Entra, Irene. Você não precisa pedir licença.

Caso contrário, pensaríamos na existência de um céu de segunda classe que acolhesse também a rotos e desvalidos.

Assim é que acaba-se por naturalizar as diferenças e cada um que persevere na sua posição, dentro dos limites assinalados por Deus. Justifica-se, assim, sem remorsos, a divisão de classes.

Porém a este rigor de linhas protestantes, acrescenta-se o catolicismo materno ferrenho, que atenua a imperfeição do homem, através da absolvição da Igreja. Segundo WEBER (1999), *“o sacerdote era um mágico que realizava o milagre da transubstanciação e que tinha em suas mãos a chave da vida eterna. O indivíduo podia voltar-se para ele arrependido e penitente”*. (pg.81)

Esta era a tônica do lado materno da família, “perdido” na remissão dos pecados em infindáveis comunhões à luz de velas. Ambos, modos pavorosos de justificar a vida.

A tendência ao racionalismo econômico protestante não passa batida pelo diário. Muitos foram os jantares e cortesias com que se obsequiaram os Morley. Porém, a recíproca não foi verdadeira. Em muito subsistiam graças aos favores, às tentativas fracassadas de negócios, às atividades de coleta. De uma forma bastante frugal, conseguiram atravessar os duros anos que antecederam a entrada do pai, como assalariado, numa empresa de capital estrangeiro.

A menina, astuta e observadora, aprende a tirar de situações tão diferenciadas sua crítica, seu juízo, num cotidiano pontilhado de relações.

Assim sendo, toda a trajetória dos Morley está de acordo com os princípios da ascese, pois num final feliz, todas as tormentas e sacrifícios foram reparados e, segundo



SCHWARZ¹¹ o “*equivoco da natureza que fizera moças com talento nascerem numa posição de poucos meios*” fora corrigido pela herança destinada à mãe da menina e, principalmente, pela entrada do pai no mundo real do trabalho, na nova ordem econômica que se iniciava no país.

Somente nos primeiros anos da década de vinte, com um modesto projeto de industrialização, deslocando o eixo dos campos para as cidades, é que as novidades chegariam depressa. Mesmo assim, os sinais da modernização chegam através da instalação do telégrafo, o sorvete, o sonho da estrada de ferro, sem que a população “meio à margem das luzes”, não percebesse direito suas finalidades. Para ela, Helena, aquelas “benesses” soavam mais como vitrine dos ricos para embasbacar os pobres.

Todavia, lentamente, um certo anseio de sair da miséria, fazia a educação depositária da esperança para aquele segmento pobre e desvalido.

4. As marcas da escolarização

Dona Teodora não se admirava da menina contar as coisas com a “boca”. O que lhe embevecia era o traçado da escrita. “De boca” todos, bem ou mal se faziam entender.

No entanto, ao colocar no papel seus registros, diante da avó semi-analfabeta estava, ali, demonstrando todo um sistema de aquisição de conhecimentos e habilidades individuais, que tinham a marca da escolarização e, portanto, não isento totalmente de seletividade, considerando a época e a questão do acesso.

Afinal, o dizer “de boca” redundava nas práticas cotidianas da linguagem que, aos olhos da avó atenta, não tinham o mistério da grafia das letras.

O enfezado Paulo Honório¹² às turras com a escrita pernóstica do Gondim, sobre sua vida, dispara:

“- *Vá para o inferno, Gondim. Você acanhalhou o troço. Está pernóstico, está safado, está idiota. Há lá alguém que fale dessa forma!*”

¹¹ Roberto Schwarz. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1977

¹² Personagem do romance de Graciliano Ramos *São Bernardo*



Azevedo Gondim apagou o sorriso, engoliu em seco, apanhou os cacos da sua pequenina vaidade e replicou amuado que um artista não pode escrever como fala.

- *Não pode? perguntei com assombro. E por quê?*

Azevedo Gondim respondeu que não pode porque não pode.

- *Foi assim que sempre se fez. A literatura é a literatura, seu Paulo. A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, mas arranjar palavras com tinta é outra coisa.*

Paulo Honório cismando: ‘- É o diabo, Gondim. O mingau virou água. Três tentativas falhadas num mês! Beba conhaque Gondim. (P.07)

No Ocidente, a escrita alfabética surgiu na Grécia e Jônia, por volta do século VIII aC mas, somente no século V e VI aC o processo foi difundido e a sociedade grega tida como letrada. (Tfouni, 1995)

Foram quase três séculos de mudanças graduais que impulsionaram a sociedade a outro patamar. Assim sendo, há de se supor que as mudanças históricas, científicas e culturais são alavancas imprescindíveis no deslancar das sociedades, porque “chamam” outras necessidades e registros levando a população, lentamente, a um processo de assimilação de novos tempos.

A escrita, assim, passa a ser incorporada às exigências determinadas para aquele momento. E, neste caso, seu uso esteve a serviço de interesses convenientes ora a um, ora a outro segmento dominante.

Tanto pode ser usada para difundir idéias quanto para ocultá-las. Mas, de toda maneira, *“também pode estar associada ao desenvolvimento social, cognitivo e cultural dos povos, assim como a mudanças profundas nos seus hábitos comunicativos”*¹³.

Assim, não é de se admirar que na Diamantina de Helena já se fazia sentir, como disse anteriormente, novos ares de mudanças.

A mineração que, durante séculos, anexara riquezas à cidade acabou reduzindo-a a um estágio de marasmo e mera atividade extrativista. O tempo “passava” muito devagar na cidade e os costumes ainda eram de tempos antigos.

¹³ id., ibid., p. 13



Todavia, dentro de um contexto maior que acaba encampando o menor, se tomarmos o Brasil da época, as transformações chegavam através do ciclo do café, por exemplo e, bem ou mal, resvalavam suas “modernidades” às terras mais distantes . Junto com elas, a leitura e a escrita passam a ser uma necessidade premente para a sociedade daqueles tempos.

Fosse na Escola de primeiras letras, fosse na Escola Normal, existia já, num determinado segmento da população um certo compromisso em fazer dos filhos indivíduos alfabetizados.

Até porque, com o avanço da sociedade e diversificação dos meios de produção, mudanças profundas acabam requerendo do comércio, da agricultura, da indústria, pessoas capazes de fazerem girar a roda do progresso.

As mentalidades, lentamente, foram sofrendo transformações, ajustando-se às exigências marcadas para aquele momento.

Nos dias atuais, fazendo um parênteses, costuma-se usar o termo Letramento, que se distingue da Alfabetização propriamente dita.

Enquanto a alfabetização preocupa-se com a aquisição da escrita por um indivíduo ou mesmo um grupo, trazendo no seu bojo a marca da escolarização, no sentido individual da obtenção das habilidades necessárias para a leitura e a escrita, o Letramento é mais abrangente pois, está associado aos processos sócio – históricos da aquisição da escrita.

Portanto, é mais amplo: procura investigar as causas e a importância das transformações sociais, naquele dado momento, que fizeram com que a sociedade tivesse, “lentamente”, outras exigências e outros movimentos.

Parte de uma causa histórica. Ao mesmo tempo em que se preocupa com a presença das pessoas “letradas”, não deixa à margem as outras, as “iletradas” que, de uma forma ou de outra, compartilham (ou compartilharam) da mesma existência e sobreviveram – fazendo uso de outras possibilidades no circular das idéias e ações.

Dona Teodora punha tento nas artes da menina ao escrever e, o pai a estimulava em seus registros diários. Para ambos, maneiras diferentes de encarar o fato.

Para ela, a habilidade na representação gráfica e as perspectivas de abertura para o mundo, para ele a disciplina.



Sem querer, tangenciaram duas questões básicas da aprendizagem: não se aprende sem habilidade para lidar com o objeto do conhecimento e não se aprende sem disciplina, método e esforço.

Para isso a sociedade monta instituições “disciplinadoras” (salas, cadeiras, lousas, papéis, lápis, horários, uniformes, professores) e, na mentalidade, constrói a importância que as legitimam perante a população.

Está, pois, feita a junção que justifica, para aquele momento da sociedade, o que, supostamente, poder-se-ia tratar como uma “necessidade básica”¹⁴.

O fato de não saber ler e escrever não fecha a janela para o mundo. Digamos que possa dificultar a passagem por ele ou, até mesmo, levar à contemplação de um tempo, que se desenrola à frente, arrebanhando a uns e deixando a outros como expectadores de sua própria história.

Dona Teodora mal lia seu livro de orações mas sabia “direitinho” calcular seu patrimônio bem como manter a administração de sua casa. E, a sua existência não foi uma mera passagem por uma simples razão: conhecia as “aberturas” que o dinheiro proporcionava.

Diferente de “Siá Ritinha” que, de seu, tinha somente um dente na boca e a sabedoria das ervas que curavam as doenças.

Ambas portadoras de conhecimentos tão necessários para aquele momento, considerando uma cidade sem nenhuma infra estrutura de que valessem seus moradores.

Assim, podemos pensar que muitas das necessidades nascem, coexistem com outras e compartilham do mesmo mundo. Surgem e desaparecem. “Tudo a seu tempo”, como dizia o sábio ditado popular.

“Na escola a gente tem de ficar ruim...” (Helena Morley.)

Todos um dia adentramos o portão da escola pelas mãos de um adulto. Quem não as apertou mais fortemente no momento crucial da separação?

¹⁴ Pedro de Alcântara Figueira, apud Ligia Regina Klein, *Alfabetização: quem tem medo de ensinar*, Cortez, 1996, p. 112-115



O desconhecido... a imensidão de tudo, as grandes proporções que, aos olhos infantis, podem meter medo.

Já na maturidade, buscando o caminho de volta ao passado, quantas surpresas ao verificar a fragilidade do portão e a simplicidade da Escola: o quanto era pequena ali perdida em meio às pobres e empilhadas casas operárias, espalhadas pelas ruas esburacadas... periféricas... pisadas por muitos pés descalços de crianças magrelas, de calções finos e olhos grandes!

“Vais encontrar o mundo”¹⁵

A confiança depositada ali, naquela instituição, era absoluta.

Estava já consolidada ao longo dos processos históricos de desenvolvimento da educação que, a partir de uma certa idade, subtraía à família essa função.

Estavam armazenados ali, por entre aquelas paredes, os conhecimentos da civilização. A Escola como depositária do saber.

Era preciso chegar até ela e, mais ainda, vencer os inúmeros obstáculos criados para jogá-lo de volta à rua, como uma trouxa indesejável.

Os pais, evidentemente, não hesitavam em, chegando a hora, entregar-lhe o filho medroso e tímido para as provações que o conhecimento e espaço escolar da convivência exigiam.

Nos tempos de Helena Morley a legitimidade da Instituição perante a sociedade era não só respeitada como respaldada em seus mecanismos diários de manutenção de saberes, ordem e disciplina.

O mundo do conhecimento abrigado em seus livros, em seus objetos, em seus professores – os únicos habilitados e autorizados a transmitir aos alunos, através de suas cátedras, o que a sociedade burguesa da época, vigiada de perto pelo poder público, julgava necessário conhecer.

¹⁵ Frase do pai de Sérgio, personagem do “O Ateneu” de Raul Pompoéia, diante do portão de entrada da escola



Imbuídos do “espírito educador” imprescindível à formação da turba, não hesitavam, ao ter as rédeas infantis em suas mãos, em aplicar-lhes as normas e sanções que garantissem o retorno trêmulo do que acreditavam ser aprendizagem.

Para isso, adentrava o espaço a representação do professor enérgico. Aquele que desse voz de comando à classe. Que trouxesse “na risca” os “bê-à-bás” e as famigeradas tabuadas repetidas monotonamente, como ladainhas naqueles tempos de escola.

A capacidade de memorização era quesito necessário na escola. Aprender requeria esforço. A própria Helena atesta:

“Quando é de decorar, eu decoro mesmo andando de um lado para outro, em qualquer parte...” (P. 85)

A disciplinarização dos corpos¹⁶, já consolidada há muito no espaço escolar, sobretudo naquele segmento social de poucos recursos, tinha papel de suma importância, considerando-se um Brasil de analfabetos, iniciando um processo de industrialização, em que a absorção de mão-de-obra obediente e conformada (escolarizada), seria recomendável ao bom funcionamento da nova ordem econômica.

Para um professor frouxo no desempenho da profissão, uma classe indisciplinada – uma figura “boazinha” porém desprestigiada.

Tornava-se necessário, então, uma programação eficiente e intensa que mantivesse a ambos (professores e alunos) ocupados em seus papéis. O bom uso do tempo escolar.

Esse referencial transcendia os limites da escola e estava já no imaginário e postura coletiva da população, fosse no campo ou nas cidades.

A utilização desse tempo e o fiel cumprimento das atividades propostas, mediante dura disciplina e rígido horário, ia dos colégios da capital às escolas municipais, e até mesmo às salas de estudo das velhas fazendas paulistas (com supervisão da mãe, irmã mais velha ou mesmo a preceptora).

Maria Paes de Barros nos conta:

¹⁶ Baseio-me aqui na expressão utilizada por Michel Foucault, em seu livro *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987



“As infrações às regras eram sempre punidas. Naquela época os castigos faziam parte integrante do curriculum escolar... Falava-se pouco e castigavam-se irrevogavelmente todas as infrações às normas estabelecidas. Com a mesma severidade se exigia, a hora certas, a presença dos alunos para o estudo e o recreio no quintal.”¹⁷

Charlotte Brontë, registrou as dificuldades de uma preceptora, usando a vida de Agnes Grey no romance *A Preceptora*, nas residências da alta burguesia inglesa – os Blonfield e os Murray; no século XIX.

Podemos encontrar ali também as peripécias do ensino e o profundo desalento (da preceptora) frente às impossibilidades de classe, que impediam o deslanche do controle da disciplina. Diz a preceptora:

“A minha tarefa de ensinar e vigiar (grifo nosso) as crianças em vez de tornar-se mais fácil, à medida que os dias passavam e eu me acostumasse a uma outra coisa, tornaram-se mais espinhosas... a paciência, firmeza e a perseverança eram as minhas únicas armas: resolvi usá-las, o melhor que pudesse¹⁸. Determinei cumprir sempre as ameaças, nem prometer coisa que não fosse possível manter. Procurava, assim, dominar qualquer irritabilidade ou indulgência do meu próprio temperamento.” (p. 35)

Miss Grey não conseguia manter a disciplina de seus pupilos, nem adentrar os códigos que garantissem negociações.

Até porque, neste caso específico, lidava com os filhos de seus patrões, que, já sabiam de antemão o lugar de onde lhes falava a preceptora. Esta, contrariando as disposições do caráter de ensinar, que preconizava um “modo de ser” do professor, procurava adequar-se às instruções dadas pela mãe dos alunos, a senhora Murray.

¹⁷ Conforme Maria Paes Barros apud Marina Maluf, *Ruídos da Memória*, São Paulo, Siciliano, 1995, p.256

¹⁸ “a mãe dos alunos a proibiu de usar o castigo físico: seja terna e paciente... e tudo correrá bem.” p. 67/68



*“... mantenha a sua calma, não se exalte, seja terna, paciente,... ().
E quando algum dos pequenos se portar menos bem, se a sua carinhosa
persuasão não for suficiente, deixe que um dos outros me venha dizer,
que eu lhe falarei com aquela gravidade que não conviria à senhorita”. (p. 67/68)*

As palavras melosas da senhora Murray caíram sobre Miss Grey como navalhas que picotavam qualquer iniciativa mais arrojada de sua autoridade na profissão.

Cansada, chega à seguinte conclusão:

“O trabalho de ensinar era tão difícil para o corpo como para o espírito.”
(p. 35) – o que, para ela, fazia da arte de ensinar um martírio.

Helena Morley tangencia posição idêntica ao “experimentar” uma sala de aula muito tempo após a preceptora do romance inglês.

A escola daquele final de século XIX herdara a tradição da exigência, exames, postura, disciplina rígida – padrões burgueses a serviço de segmentos não totalmente desinteressados, principalmente se consideramos um Brasil de privilégios e pressa na formação de suas elites.

*“Olhe; um conselho; faça-se forte aqui, faça-se homem. Os fracos perdem-se.”*¹⁹

O ser ruim de que fala Helena Morley poderá perfeitamente adequar-se ao conselho de Rabelo. O “ser ruim” significava já o domínio dos códigos dos grupos, a posição ocupada dentro deles e, sobretudo, a afirmação de um papel de liderança que, salvaguardasse uma distância de proteção: os conflitos, as maledicências, as sevícias passavam ao largo, frente às negociações que posições privilegiadas e de comando proporcionavam.

Helena exercia uma liderança “carismática” muito mais pelo espírito irreverente e arrojado do que pela competência nos estudos.

Desde cedo aprendemos, à duras penas, que a escola é um lugar onde urge a necessidade das coligações.

¹⁹Raul Pompéia. *O Ateneu*, citado, p.38 . Conselho do Rabelo ao Sérgio do que poderia encontrar no Ateneu – prevenção.



As identidades grupais, com seus códigos de acesso e as questões de classe social, tornam-se mais agudas dentro dela.

Acrescente-se ainda o olhar astuto do adolescente, que impiedosamente traz a público o que queremos esconder até de nós mesmos!

Os miseráveis apelidos, tão comuns na escola, carregam o lado mais terrível do alijamento: o seu caráter psicossocial.

Torna-se mais perverso ainda quando calcado nos problemas físicos, pois ao confrontá-lo com um tipo considerado ideal (tido como normal), construído pela sociedade, estabelece os estereótipos e preconceitos em relação ao outro.

O adolescente é “mestre” na percepção e captação da diferença física e, principalmente, na ampla e irrestrita divulgação das suas descobertas.

Os “macacos”, “beijo”, “melões” incendiam impiedosamente o espaço escolar, detonando o indivíduo.

Fingimo-nos de indiferentes para que o apelido não tenha aderência, mas por dentro, tememos aquele momento fatal que poderá vir a ceifar nossa dignidade.

Então adotamos uma atitude de superioridade capaz de desdenhar o instante da emersão do apelido, chamando a atenção dos outros.

Contamos não surgir nenhum ataque de risos. Caso contrário está dado o alarme. Humilhados e percebidos como tal, carregamos na escola e fora dela, para sempre, a marca daquela diferença: constrangimento, vergonha, impotência perante a situação – tudo isso também se aprende na escola.

Helena também passou pelo apelido mas no seu caso, viva como era, descobriu uma maneira de vingá-lo: disparava o do oponente rápida como o raio, desconcertando-o.

Assim, os “Ovo de tico-tico” (sardas), “Frutuosa pau-de-sebo” (canela fina), “Aninha de bronze” (briguenta), “Galinha de postura caída” (saia mais curta na frente e comprida atrás) não pegaram e ela conseguiu atravessar ilesa esse período de fragilidade. Além disso, contava com o pacto grupal na escola, que garantia autonomia e determinação.

Disponha ainda de um expediente a mais: a família contava com a edição de um jornalzinho “A Casca”, cuja finalidade de “descascar” os outros despachava, rápida e eficientemente, mágoas e ressentimentos.



Bastava uma matéria no pasquim e estava dado o recado. De ampla circulação na família, sua edição, esperada ansiosamente, fazia o intercâmbio entre os parentes, fornecendo o mecanismo de regulação necessário, que aparava as “farpas” da convivência de um grupo tão numeroso e heterogêneo.

Na Escola, por sua vez, aprende a menina os dotes necessários e marcantes para a formação feminina da época. O Diário é repleto de ensinamentos. A forma escolar²⁰ transcende suas paredes e se espalha pelos lugares, forjando na mentalidade das pessoas um padrão: um modelo de admiração e respeito.

Considerando o analfabetismo da população brasileira, naquele período histórico, os saberes da Escola causavam admiração e respeito. Por isso o embevecimento da avó diante da menina escrevendo, pois aos seus olhos o traçado das letras requeria habilidade especial que talvez mãos calejadas não o pudessem fazer. Os princípios e pressupostos escolares extrapolam os muros da mesma, infiltrando-se nas famílias e na própria sociedade.

A escola exporta seus princípios, seus pressupostos. A sociedade absorve e considera estes processos de produção e reprodução da cultura escolar, pois sabe que assim obterá de volta o indivíduo escolarizado, educado, disciplinado, que tanto valoriza e tanta admiração causa.

Assim é que a bombástica visita da moça de Montes Claros, com suas maneiras educadas de falar e se portar, deixou a todos estupefatos diante da ausência dos “ocês” em suas frases, e dos “s” e “r” sempre que necessários. *“Todas ficamos de boca aberta e com medo de falar perto dela”*. (P.301)

A forma escolar adentra o espaço da família através da Escola. A moça de Montes Claros que tanto espanto causou, ao ponto de estar registrada na memória da menina, acaba representando valores imprescindíveis a uma moça civilizada (escolarizada), pronta a ser admirada através de seu modo de se portar, falar, escrever, olhar, comer...encanta a todos com sua presença modulada.

Transforma-se em referência para meninas espevitadas e serve de exemplo e correção:

²⁰ Sobre o termo “forma escolar” verificar trabalho de G. Vincent e outros. *Sobre a história e a teoria da forma escolar*. Educação em Revista. Belo Horizonte, (FAE/UFMG) nº 33,2001, p.7-47



Vocês não tiveram inveja de ver uma moça de Montes Claros, falar tão bonito como ela? Vocês devem aproveitar a companhia dela para aprenderem... Hoje vocês não prestam atenção a nada, falam tão corriqueiro.” (P.301)

Como se vê, o “sermão” revela certo desconsolo da tia em relação às meninas que, enfronhadas no contexto interiorano, não deslanchavam nos quesitos necessários a uma verdadeira moça.

O conservadorismo arraigado da família, grande aliado de uma cidade entrevada economicamente, acaba contribuindo para a estagnação - uma visão de mundo de pouquíssimo alcance.

Os ecos do processo civilizatório que deslocava o campo para as cidades exigia uma nova postura da sociedade. Os trabalhos de agulha de antigamente já não mais garantiam o prestígio feminino.

As exigências burguesas passam agora por outros padrões: a sociedade requer lustro.

A admoestação da tia endereçada às meninas põe-nas desconfiadas. Já adverte para a importância da passagem pela Escola. É lá o lugar da moldagem, da adequação – um lugar de passagem – onde se aprende ou tenta-se aprender o que a sociedade valoriza e determina para aquele momento.

A moça de Montes Claros representou a anunciação dos quesitos femininos necessários a essa sociedade, nestes “novos” tempos republicanos.

A cultura letrada, além de valorizada, referenda padrões de comportamento e boas maneiras a serem desenvolvidos pela Escola, a serviço da sociedade nos novos tempos.

O mundo das pessoas tais como elas são já não é conveniente à sociedade urbana. É isso que a moça de Montes Claros está mostrando ao apreciar “*sobremaneira um cacho de uvas*”.

A Diamantina de Helena Morley, apesar de herdar certo “agarramento” às tradições do Império (o exercício religioso exacerbado, a forte discriminação dos negros, a



dieta sertaneja dos tropeiros à base de arroz, feijão, toucinho e angu) apresenta, por outro lado, lentas formas de renovação dos costumes.

Segundo SCHWARZ (1997), *“um processo pouco uniforme de redefinição das relações sociais anteriores, sempre envolvendo alguma superação das relações escravistas.”*(P. 72)

Afinal, considerando a época, em quais outras circunstâncias poderíamos encontrar um menino branco, contratado como professor a dez mil réis por mês, para ensinar filhos de *“uma família de negros limpos e bem educados”*?

Os costumes e hábitos estavam em processo inicial de mudança. Ainda que para a decisão do menino a falta de compradores para suas bengalas e vassouras tenha sido o fator principal na aceitação do trabalho.

Mesmo assim, é inegável por parte do segmento discriminado, a crença na função restauradora da educação que, no imaginário, contribuiria, a longo prazo, para o resgate da pobreza analfabeta.

Para isso havia de ter disciplina e controle, até porque o analfabetismo passa a ser motivo de vergonha e mais uma forma de discriminação.

A cultura letrada é valorizada e a *“vontade no estudo”*, assegurada por uma eficiente varinha de marmelo. Assim é que quando Renato (o professor) chegava, *“já encontrava Margarida (a mãe dos meninos) à espera dele, com a vara de marmelo em cima da mesa, e a meninada olhando para os livros sem se mexer.”* (P.332)

“Rastreando” o livro, vamos encontrar vários indícios da mentalidade nascente. Principalmente quando a menina coloca sua inteligência a serviço da crítica questionadora dos costumes herdados da ex-colônia.

Crendices e superstições são facilmente desmontadas pela lógica da menina: se o ladrão ao ser apanhado vira cupim, porque não trancafiá-lo diretamente na cadeia? Assim, quando *“desvirar”* estará no seu lugar. Tão simples! Ou mesmo a desconfiança numa procissão em que as cabeças dos santos foram trocadas: *“mais parecia um carnaval”*.

Como diz Roberto Schwarz, *“quando Helena usa da inteligência para lidar com a estupidez, assistimos encantados a vitória das luzes”* (P.101).



A esperteza de Helena passa pela influência do pai. Filho de inglês protestante, um tanto céptico em relação aos excessos religiosos da família, vai, com sua postura, corrigindo e aparando as “arestas” da menina.

Meio distante, por conta das atividades de mineração que o distanciava do convívio familiar, introduziu em Helena o costume da escrita:

“Escreva o que se passar com você, sem precisar contar às suas amigas e guarde neste caderno para o futuro as suas recordações.” (Pg.68)

O pai, com sua empáfia, permeia a sagacidade da menina através da sua lógica e racionalidade, que se contrapõem, às beatarias e tagarelices de um povo ignorante, supersticioso (descrito no diário), agarrado às batinas dos padres em infindáveis rezas, novenas e pecados. *“Vocês confessam tanto, rezam tanto, que há de chegar um pouco para mim também”*, dizia ele.

Considerando suas ausências prolongadas, quando sugere o uso do diário à filha está discretamente propondo uma forma de controle, prendendo a menina em casa, evitando “bate pernas” e” de certa forma, segurando a menina sob suas vistas de pai.

Mantém a família unida à sua figura. A esposa em estado de permanente paixão pelo homem da casa. Sem um pio, uma queixa que pudesse aborrecê-lo. Sempre contornando as dificuldades e apostando na ajuda divina, para suplantar os sofrimentos da vida.

As mulheres da família de Helena só tinham olhos para seus maridos, numa atitude de entrega e devoção absoluta, justificada pela herança androcêntrica da sociedade patriarcal da época, que serviria ainda, por muitos anos, para conter os impulsos de liberdade feminina.

“Tudo o que sai do natural escandaliza, minha filha” (P.319)

Um modelo de comportamento típico da mulher do século XIX, marcado pelo contexto da época.



Segundo MORENO (1986), a sociedade em que vivemos, dita a imagem que projetamos. É ela que determina como devemos ser, como nos comportarmos, nossas possibilidades e limites e, principalmente, é essa mesma sociedade que constrói modelos diferenciados de conduta para meninos e meninas.

3.4. O diário na formação da jovem mulher

Considerando a época, a mulher foi sofrendo um longo processo de domesticação que a colocou no seu lugar de esposa, zeladora de sua família.

As contribuições para este ajuste não foram poucas. Passaram pela Igreja, para quem os papéis da mulher e do homem sempre estiveram claramente definidos, pelos mecanismos reguladores da sociedade e pela própria mulher, no embalo de seus sonhos “cor-de-rosa” com o casamento.

Assim, vamos encontrar essas diferenças bastante marcadas na sociedade, já quase fazendo parte de um processo histórico de formação, característico da época em que foi escrito o diário.

Neste sentido, o uso do diário pelas mocinhas do século XIX, “cai como uma luva”, clareia a memória e *“dão-nos também, e sobretudo, o testemunho dum tempo e dum meio, somando ao relato de casos pessoais e familiares e de acontecimentos históricos e políticos.”* (ROCHA, 1992)

Por quê o uso do diário? Deixemos Helena contar:

“Cada dia acho mais razão no conselho de meu pai de escrever
no meu caderno o que penso ou vejo acontecer.” (Pg.68)

Helena vai usar o diário como fonte autobiográfica. Ali constarão os relatos de sua vida, os testemunhos que revelarão as condições de existência, não só do seu grupo familiar, mas também de toda Diamantina do seu tempo.

O estilo que marca o diário é o tom da confidência entre o “eu” e o seu “amigo” mais íntimo (o caderno de notas) e o conflito entre o falar e o guardar segredo.



A dúvida de Helena para admitir a surra que levou na escola da colega Lalá atesta a inquietude de tal conflito:

“Eu não devia pôr no meu caderno o que aconteceu hoje. Mas todos os professores viram e é bom que eu deixe aqui escrito tudo o que houve, desde o princípio.” (Pg. 258)

A escritura de um diário parte de uma necessidade de comunicação consigo próprio e com os outros, posteriormente, caso haja a quebra do sigilo e da confiança que o caracterizam.

No caso de Helena, atendendo aos conselhos do pai, teve seus conflitos resolvidos, sem brigas e confusões, no isolamento das escrituras diaristas. Conversou e chorou consigo mesma: de Helena para Helena e de Helena para as netas, muitos anos depois:

“Vocês que já nasceram na abundância e ficaram tão comovidas quando leram alguns episódios da minha infância, não precisam ter pena das meninas pobres.

Nós éramos tão felizes! A felicidade não consiste em bens materiais mas na harmonia do lar, na afeição entre a família, na vida simples, sem ambições – coisas que a fortuna não traz e muitas vezes leva.” (Pg.14)

Com a publicação, o texto que um dia foi privado, passa ao público, ao coletivo. Por isso que ROCHA (1992) nos diz que *“a prática diarista, é, assim o lugar dum duplo movimento de interiorização e exteriorização”*, podendo o diário perder seu caráter intimista pela vontade do autor ou de outrem (justificada por uma ou outra finalidade) ao ser, evidentemente, publicado.

No entanto, caso Helena hesitasse em trazer à luz o sabor de sua infância, como poderíamos, leitores que somos, compactuar daquele cotidiano vivo, colorido, cheiroso, do interior das Minas Gerais?

Mesmo quebrando a intimidade, a narrativa do texto é tão pitoresca que acolhe o leitor num pacto intimista: lemos e “ouvimos” Helena Morley contar suas



histórias, “sentimos” o cheiro do toucinho fritando, “escutamos” suas correrias barulhentas. Provoca, assim, um “efeito de intimidade”, um canal de comunicação que vem dela para nós diretamente.

Segundo Beatrice Didier, a prática e o desenvolvimento do Diário, liga-se a três fatores principais: o capitalismo, o individualismo e o cristianismo.

Liga-se à imagem do capital no sentido do registro metódico da acumulação (de fatos, pessoas, situações...), tornando-se, portanto, um tesouro a ser protegido. (DIDIER, apud ROCHA, 1992, pg.16)

A própria Helena diz: *“Esses escritos, que enchem muitos cadernos e folhas avulsas andaram anos e anos guardados, esquecidos...”*. Na verdade os escritos estiveram, nestes anos todos, rendendo os juro das reflexões e dos valores de uma sociedade os quais, ao emergirem à luz dos novos tempos, puderam proporcionar, através de imagens, contornos bem nítidos daquele período.

É como ROCHA (1992) justifica a questão do “capital” no Diário: *“...Porque o diário é também uma forma de poupar e acumular valores: reflexões, achados literários, recordações pessoais e memória de um tempo coletivo. Todos esses bens podem ser utilizados mais tarde, noutras obras.”*

Além da acumulação, DIDIER (apud Rocha, 1992), aponta o Cristianismo como um dos fatores de influência nas escrituras diaristas. Ora, este matiz religioso, é o que mais se verifica no diário de Helena Morley.

O recolhimento, as contrições, as inúmeras “Ave-Marias”, as comunhões, promessas, procissões, jejuns...um longo purgar.

Tudo isso assentado nos registros do Diário, faz dele um ato de contrição “resgatador” dos pecados cometidos.

A escritura faz uma catarse, é o “bode expiatório”, e se transforma num exercício depurativo do espírito desejoso de purificação e absolvição. Por outro lado, há a influência protestante paterna: se para o catolicismo trata-se de ato de contrição, para o protestantismo trata-se de fomentar a reflexão diária sobre a conduta. Segundo WEBER (1999), para os protestantes cada fiel é responsável por sua salvação. A condenação ou a salvação só dependem de ações próprias. Há que se considerar que para Lutero, o importante não é a absolvição; o importante é não pecar.



E, finalmente, o diário centra-se no “eu” que conta, escreve, interpreta e conclui. Apresenta até uma função terapêutica muito bem observada pelos astutos olhos do pai, quando propôs à menina sua escritura.

É de um individualismo acentuado; “no fundo”, culmina numa necessidade de auto - conhecimento ou reconhecimento. Afinal para quê se escreve um diário, senão para o confronto futuro do que se foi com o que se tornou?

A própria Helena confronta os tempos quando, olhando para trás, vê a alegria pitoresca da pobreza comparando-a com a abundância do “presente”. Destina às meninas em geral e às netas, muitos anos depois, a sua noção de felicidade, ensinando que esta :

*“...não consiste em bens materiais mas na harmonia do lar,
na afeição entre a família, na vida simples, sem ambições...”*

Onde aprendeu Helena idéias tão vigorosas?

Retomemos seu diário. Como dito anteriormente, a menina se constitui no seio intrincado das relações familiares, da devoção exagerada, do trabalho pouco. Neste sentido, a magnitude da figura paterna sofre um certo descrédito por parte da menina, que vê, a todo momento, as sutis colaborações da avó e da “parentada”, com almoços e jantares os quais, por certo, deveriam amenizar os custos da família.

3.5. Casadas e solteiras

Não consta no diário que Helena exercesse alguma atividade remunerada. Ao contrário de seu irmão Renato, que andava pelos matos, armava arapucas, lançava caniço, comercializava, fazia tabuleiro de doces, punha “venda”, enfim aprendia, desde cedo, a dureza para se conseguir o sustento. Como homem que era, ia através de biscates, construindo sua identidade masculina.

Helena lavava, passava, areava e “batia perna” como ninguém. Aprende e tira partido rapidamente (ganhando fama de inteligente, astuta e pertinaz) das carolices, dos ridículos de autoridade, dos preconceitos, da ignorância, das superstições, etc.



Vêm também da família e do seu cotidiano sutis influências na sua formação feminina: o cuidar de casa, o acalento de bebês, as lições das tias inglesas sobre economia e educação de uma moça civilizada, a devoção das mulheres da família pelos seus maridos e filhos:

“Ninguém na família se preocupa consigo. Todas as minhas tias só se ocupam dos maridos e dos filhos. A pessoa delas não vale nada.”(p.225)

Vejamos também o depoimento da mãe de Helena:

“Você verá quando for mãe. Você não sabe o ditado: “Desde que filhos tive nunca mais barriga enchi?” É a pura verdade. Minha vida são vocês e seu pai.” (p.225)

A mulher destinada ao casamento, à constituição e cuidados da sua família, à entrega absoluta do seu “eu” na mais pura devoção. A “Eva-Maria” cumprindo a sagrada missão da maternidade que, na época, segundo LOURO (1997, p.454) constituía a mais autêntica carreira feminina.

Acharemos bem poucas opções de mulheres trabalhadoras no diário, excetuando-se as mulheres negras, cujos resquícios da escravidão ainda permitia o arranjo de doces e salgados em tabuleiros. Com isso podiam angariar alguns cobres para a sua parca existência.

Vamos encontrar uma representação mais forte da mulher e do trabalho na figura da tia inglesa professora.

Ali, a formação protestante e a “solteirice” contribuíram eficazmente para o desempenho de sua função no magistério. A professora solteirona. A que não casou, a que ficou na contramão do processo feminino. Deve ter sofrido bastante a sua tia Madge, na Diamantina daqueles tempos! Imaginemos a sua educação britânica frente às cusparadas no chão, os piolhos na cabeça... Por isso a preocupação constante em dar à Helena noções de civilidade, educação, economia, postura.



“...Ela sempre aproveita para falar na falta de educação dos outros e eu vejo que é só para me ensinar. Falou da gente que cospe no chão, coça a cabeça na sala e interrompe os outros quando falam. No jantar ela disse que a gente não deve empurrar o prato do lugar; a gente bebe a sopa e fica agüentando o prato na frente até a criada tirar. Também não se deve palitar os dentes na mesa.” (p.33)

A propósito da economia, veja-se como Madge administrava e mantinha o controle rigoroso de suas finanças, e até mesmo do sono da empregada!

“...pegou a lamparina de querosene, pôs um pingo dentro e disse: “Se eu puser mais, a Marciana deixa a luz acesa enquanto tiver querosene. Eu pondo pouco, ela dorme e este chega bem.”

Colocou três palitos numa caixinha de fósforos e disse: *“Se eu puser um pode negar, dois também podem falhar, mas três não é possível, por isso eu deixo três.”* (Pg. 33)

E a avó, admiradíssima, aconselha a neta:

“Veja que mulher extraordinária é a sua tia: Por isso é que ela com os oitenta mil réis da escola vive tão bem...É o segredo dela, minha filha: aprenda tudo e não perca nada.”(p.33). E a menina vai aprendendo as lições.

Na verdade a avó chama a atenção da menina para o senso econômico e prático da tia. Lições importantes na administração de uma casa e família. O tom pega a profissão pelo depreciativo e, por outro lado, justifica a existência da pobre mulher que, ao ter sua maternidade negada, como “solteirona”, dedica-se, pacientemente, à educação dos filhos dos outros como se fossem seus. Para LOURO (2000):

“Essa representação de professora solteirona é, muito adequada



para fabricar e justificar a completa entrega das mulheres à atividade docente, serve para reforçar o caráter de doação e para desprofissionalizar a atividade. A boa professora estaria muito pouco preocupada com seu salário, já que toda a sua energia seria colocada na formação de seus alunos e alunas. Estes constituiriam sua família; a escola seria o seu lar e, como se sabe, as tarefas do lar são feitas gratuitamente, apenas por amor. De certa forma essa mulher deixa de viver sua própria vida e vive através de seus alunos e alunas; ela esquece de si.” (p.466)

Dá até para imaginar a professora “solteirona” de vestido sóbrio, cabelo amarrado, postura ereta de comando, disciplina, ordem, varinha de marmelo na mão, impondo logo sua autoridade.

Esse jeito de professora “durona” é que impunha a disciplina. De certa forma, era cultivado na formação das mulheres professoras. Afinal, sua frágil natureza feminina, sujeita a desvarios sentimentais, precisava de um controle eficiente de si mesma, caso contrário não conseguiria manter “no cortado” a disciplina de seus alunos.

Tal procedimento disciplinador era deveras apreciado numa professora, coisa que Helena não tinha, o que, para sua desgraça, acabou conduzindo-a para um retumbante fracasso na tentativa frente a uma classe. Vejamos alguns trechos de sua malfadada experiência:

“Desço a ladeira e entro na escola. Pergunto a um menino dos maiores como devemos começar. Levantam-se todos ao mesmo tempo e dizem que é preciso cantar o hino. Mando cantar. Todos cantam sem ordem e tudo desentoado. Mando parar no meio, batendo com a régua na mesa: Chega! Não precisa mais! Os meninos já vão vendo a professora que têm.” (p.277)

A bagunça toma conta da classe. Helena não agüenta, não tem “pulso”. Foge desesperada em busca da tia professora, buscando consolo: “gosto de trabalhar, de fazer



qualquer serviço, mas obrigações de ensinar menino burro e malcriado e ser escrava da hora, já vi que me é impossível.”

A tia não aceita desculpas nem “choramingação”. Manda a professora de volta para a classe. Afinal, que professora é aquela? Retorna para a sala de aula. Tenta seduzir os alunos com caramelos. Roubam-lhe os doces, num átimo, rápidos como raios! Helena desconsola. Dirige aos céus olhares abnegados de súplicas. Promete, em pensamento terços e novenas pelo silêncio da classe. Nada! Siá Donana sente pena da menina:

“Ela é tão novinha e vir lidar com os meninos mais danados de Diamantina. Estes, só mesmo Dona Madge pode com eles. Ela tem um modo, que a gente tem de ter respeito dela. (p.283)

Que modo era esse que conseguia impor tanta admiração?

O lastro da profissão, mesmo com seu baixo salário, proporcionava à tia Madge o que as outras não tinham: a instrução e recursos para prover seu próprio sustento. Em resumo, a palavra seria independência.

Se, por um lado a representação da professora “solteirona” estava ligada ao seu fracasso como esposa e mãe, por outro lado, dada sua condição profissional, abriam-lhe as portas da rua, alargavam-lhe os espaços e segundo LOURO, “*essa mulher compartilhava de algumas prerrogativas masculinas.*” (1997, p.81)

Vasculhemos um pouco mais a história de Tia Madge e de suas irmãs. Helena nos vai contar:

“A família do vovô inglês é a família mais bem organizada que eu tenho conhecido. Ele teve muitos filhos e depois de criados entregou a cada irmão uma irmã para cuidar e sustentar. ... Quando fizeram Escola Normal aqui em Diamantina tia Madge tinha perto de quarenta anos. Assim mesmo ela entrou para a Escola e tirou o título. Mora com tia Ifigênia e tia Cecília, que são boas modistas e no tempo das frutas vão todas para a fazenda fazer marmelada e goiabada. A “goiabada das



inglesas” é apreciada até no Rio de Janeiro. Tia Neném nunca saiu da fazenda e vive a vida inteira doente, coitada. Madrinha Quequeta também invejou tia Madge, entrou para a Escola depois de velha e já está na Santa Maria ganhando dinheiro...”(p.79-80)

3.6. Casar ou dar escola?

Do motivo que levou o avô inglês a despachar tão prontamente suas filhas, Helena não fala. Podemos apenas levantar suposições.

Quem sabe, com isso já não tivesse selado o destino das criaturas. Talvez, desanimado frente à idade que ainda as mantinha solteiras, cuidasse mesmo de destinar aos irmãos a responsabilidade da sua sobrevivência. Em outros tempos, muito provavelmente, teriam sido trancafiadas num convento.

Não contava o avô com a sagacidade de uma delas, a tia que vislumbrou uma solução, uma saída de existência que a tiraria da condição de fardo a ser carregado por outrem.

Visualizou os estudos: a Escola Normal.

Uma bela prerrogativa para o seu caso. A possibilidade de exercer um trabalho remunerado, bem como as qualificações de uma professora e a legitimidade social atribuída à profissão, abriram para a “quarentona” novas oportunidades de vida.

Não teve que engrossar a fila dos “agregados”, dos “encostos” apenas tolerados pelas famílias de origem patriarcal brasileira.

No exercício da sua profissão, consegue não só a emancipação econômica, mas sobretudo a abertura das “portas” da rua!

A autonomia do magistério dava o lastro que conduzia aos caminhos do mundo exterior, fora dos limites do lar e dos ranços de família. Até porque se não existiam possibilidades de trabalho para uma mulher casada, pior ainda para uma mulher solteira.

Assim é que a Escola Normal vem desempenhar um papel fenomenal numa cidade interiorana como Diamantina. Mais que formar professoras, o estabelecimento vai retirando, pouco a pouco, a mulher da histórica clausura a que estivera submetida até



então. E mais ainda: levando em conta a profissão de ensinar, vamos encontrar outras mulheres, as preceptoras, que largaram, inclusive, suas terras e cruzaram mares, aportando por aqui bem antes de Helena Morley. A profissão abria este precedente e as mulheres souberam aproveitar e tirar partido. Reencontramos então Ina von Binzer, Agnes Grey, e certamente muitas outras.

Não é mesmo extraordinário, se considerarmos a época, suas mentalidades e uma certa astúcia em, discretamente, assumir uma posição de resistência frente a um papel pretensamente determinado?

Helena, entretanto, não teve a “vocação” para o magistério. A Escola era uma mera contingência. Estava ali, era gratuita e as moças estudavam. Enrolava nos estudos, “colava” nas provas, ludibriava um ou dois santos com promessas: era “uma pra lá”, “outra pra cá” e passava de ano, mais pela tolerância de seus professores que pelo esforço do conhecimento. Helena não seria o exemplo adequado para Agnes Grey que, como preceptora, apregoava não se poder ensinar coisa alguma *“sem um mínimo de esforço da pessoa que aprende”*.

“Para ensinar menino burro a ler meu preparo é suficiente”, justificava Helena. Além do mais, *“quem sabe se eu também quando ficar moça, não vou encontrar um rapaz de quem eu goste e não vou ter precisão de dar escola?”*

“Isto é o que vai ser o mais certo”, responde-lhe Júlia (a professora que estava desistindo do trabalho por causa do casamento).

Com este comentário, Júlia assenta o espírito da menina. Arrumar um marido era o certo, o casamento era o certo, ter filhos era o certo. A rota que toda moça deveria almejar em sua vida saía da casa para o altar.

Trabalho fora era coisa para homem. Quando muito, à mulher destinavam atividades mais apropriadas à sua natureza calma e singela. Os trabalhos de agulha, de forno e fogão, costura – os que conduziam ao exercício do lar. Até porque não tinha onde mulher trabalhar, segundo depoimento de uma professora aposentada (D. Elza) dado à pesquisadora Jane Soares de Almeida. (ALMEIDA, 1998, p. 193)

Ser professora para a mulher significava o único trabalho, tolerado pela sociedade, fora dos limites do lar, até o casamento.



Helena não estava disposta aos embates da sobrevivência e também nem um pouco entusiasmada em percorrer a mesma trilha de sua tia inglesa.

Freqüentou a Escola Normal, sim, chegando a formar-se, mas, apenas por contingência. *“A simples obrigação de ficar sentada, sendo indispensável aos estudos, é um sacrifício para quem gosta de bater pernas.”* Helena apostava: caso precisasse exercer a profissão, seria até o casamento! Coisa que não era de se estranhar na época, e que perdurou ainda por muitos anos, contribuindo para aquela representação pejorativa do “espera marido” dada à carreira do magistério.

A professora Noemia Veiga de Barros, aluna da Escola Normal Secundária da capital paulista, entre 1909-1913 (muito tempo após o diário de Helena Morley), diz acerca das moças que frequentavam a Escola Normal de seu tempo:

“A maioria era de classe média, mas nem todas que se formavam foram trabalhar. Algumas se casaram muito bem e não precisavam trabalhar. Ficaram tomando conta de casa” (ROCHA, 1999, p.144)

Essa postura traz à baila, a representação da profissão construída ao longo dos séculos: de caráter essencialmente feminino, voltada ao casamento. Homem não estava na profissão. Historicamente vamos buscar esta interpretação na passagem da economia rural para a industrial urbana, onde as chances de emprego e melhores salários retiraram os homens (sempre a minoria) das salas de aula, deixando-as para as mulheres que, ano após ano, passaram a constituir sua maior expressão.

No entanto, segundo ALMEIDA (1998), os homens ainda continuariam no Magistério por um bom tempo, até porque, segundo ela, o mercado de trabalho, ainda dando seus primeiros passos, não oferecia tantas oportunidades assim, principalmente para alguém intelectualizado, que buscasse certo prestígio e consideração social, dados pela profissão.

Ser professor ou ser professora ainda fornecia algumas prerrogativas vantajosas diante da sociedade, como a admiração e o respeito por exemplo, apesar do salário aquém deste prestígio.

Assim é que vamos encontrar nos homens a maioria dos professores da Escola Normal frequentada por Helena: Teodomiro, Catãozinho, Artur Napoleão, Sebastião, Artur Queiroga, Antonio Eulálio...



A entrada das mulheres no magistério se dá ao longo do século XIX de forma bastante interessante: segundo LOURO (2000), *“pela ampliação da escolarização a outros grupos ou, mais especialmente, pela entrada das meninas nas salas de aula.”*

Mas estes acontecimentos foram bastante tumultuados, e vozes se levantaram contra a presença feminina, baseadas no rígido pensamento científico, segundo o qual “cérebros pouco desenvolvidos”, dada a “limitação” do seu uso, não poderiam estar à frente da educação das crianças.

*“...A luta entre os sexos, na vida pratica, está iniciada. Ao excesso de clausura doméstica, responde agora outro excesso, muito mais grave, muito mais funesto em seus múltiplos consequentes – o do brilho nas carreiras até hoje reservadas ao exercício da actividade masculina. A missão da mulher, missão de carinho, de bondade, de amor, santificada pela veneração geral e pelas bençams divinas da vida affectiva, vae se despojando nessa marcha insensata a pouco e pouco de seus privilegiados attributos... O doutoramento das moças, nas condições actuaes, occasiona serio desequilibrio na organização domestica. Provém esta anomalia de um facto simplicissimo – o esquecimento dos deveres do lar...”*²¹

Todavia, outras possibilidades aparecem para “defender” o exercício feminino da profissão. Aquela que já é dotada pela própria natureza para conceber e criar, já de antemão, abrigaria no seu íntimo as condições necessárias de afeto, dedicação, amor, despretensão, espiritualidade que caracterizariam a vocação inerente à profissão. Era só não deixá-la em nenhuma posição de comando, como por exemplo a direção da Escola. Se a Escola seguia as “pegadas” do lar e, neste, o “apito” final era do homem, não havia porque desobedecer a esta hierarquia.

É impressionante como as representações e mentalidades criadas no social têm forças para atravessarem séculos!

²¹ Artigo publicado no jornal *Cidade de Campinas*, de 12 de junho de 1909



Não raras vezes cheguei a presenciar um certo saudosismo, nos dias atuais, dos famosos diretores homens no comando da escola. Sua presença, sua voz grossa, sua autoridade frente à indisciplina. O mais triste disso tudo é que, pensando assim, acabamos por valorizar um estereótipo, colocando-nos na situação de inferioridade. Entregando os pontos, clamamos por amparo. De quem?

Se considerarmos o período que o diário abrange (1893-1895), poderemos enquadrá-lo nos índices de 1890, segundo os quais 85% da população era analfabeta (SANTOS, 1998). Em 1900 este índice cai para 75% e se mantém até 1920, sofrendo redução em 1925 de 65%. Isso explica a grande admiração da avó de Helena pelo traquejo da pena:

“Vovó é muito inteligente mas mal aprendeu a ler e a escrever e por isso fica pensando que é uma coisa do outro mundo contar as coisas com a pena. Engraçado é que ela não se admira de eu contar com a boca. É que ela pensa que escrever é mais custoso.”

A reforma educacional desse período é de Benjamim Constant (1890). Ela divide o ensino primário em dois ciclos: 7-13 anos e 13-15 anos com a tônica na alfabetização (leitura, escrita e cálculos).

Ao ensino secundário são adicionadas as disciplinas da corrente positivista que se infiltra no pensamento educacional da época. Com isso acabaram criando um currículo muito extenso e propedêutico. Por outro lado, para controlar o acesso de determinados segmentos da população à educação superior, cria-se o ensino profissionalizante, que já nasce excludente e de segunda categoria.

A propósito dos currículos, distantes da realidade social da época, a própria Helena faz a crítica do excesso de “verniz”, tão desvinculado da realidade:

“Acabei de traduzir a fábula de La Fontaine da rã que queria ficar do tamanho do boi e não tive tempo para outras lições. Fiquei pensando porque exigem estas coisas de nós na Escola, se todas ali só estudamos com intenção de ser professora. Que precisão eu teria da fábula de La Fontaine



*se for professora no Bom Sucesso, Curralinho ou mesmo
Diamantina?” (p.228)*

Ela está ali diante do tradicional conflito “currículo versus realidade prática”, tão discutido nos dias de hoje! Afinal, para ensinar “meninos burros” do Curralinho, seu preparo era mais do que suficiente. Ou seja, nivelando por baixo, pois aqueles meninos dificilmente teriam diante de si pouco mais que um par de enxadas para cavucar seu sustento. De que adiantaria, para eles, o lustro das letras?

Vejamos como Helena consegue “passar” em alguns exames da Escola Normal:

*“Se vou fazer um exame, acendo uma vela, queimo a palma e sai
um dos pontos que eu desejo.” (Pg.243)*

*“Eu não sou capaz de me interessar por estudo de Botânica. Prefiro
decorar meus pontos, e entrar em exame sem muito trabalho.” (Pg. 249)*

*“Fiquei no banco de trás, abri o livro e estava copiando o ponto
sossegada; quando olho para a mesa, vejo Dr Teodomiro olhando para
mim e rindo. Levei um grande susto... Ele percebeu meu sobressalto,
tomou um jornal e tapou a cara para não ver.” “Como pode ser tão
bom como o nosso professor Dr Teodomiro!” (Pg. 316)*

*“Só respondo a chamada e passo as aulas fazendo crochê”...sou
considerada a menina dos olhos do Seu Artur Napoleão.”*

*“Catãozinho é outro professor amigo meu. Na prova escrita Clélia me
deu o borrão dela e eu copieei...”*

Apurando o olhar nestes depoimentos, deparamos com a representação do professor indulgente: o Dr. Teodomiro, o Catãozinho, o seu Artur



Napoleão, “amigos” de Helena, - aqueles que “cerram” os olhos para a pouca cerimônia da menina, quer nos exames, quer nas aulas.

O “ser amigo” ou o “ser bonzinho” diante dos alunos oferecendo-lhes facilidades para que se desvencilhassem rapidamente dos desafios propostos nas aulas, não angariariam reconhecimento de sua competência.

A forma escolar, que resvalava na sociedade de então, ainda avaliava o bom professor mediante a seriedade e conhecimento com que conduzia as suas aulas. E não necessariamente taxava de mau professor aquele que usava dos castigos para fazer valer sua autoridade.

O castigo não só era incorporado na prática da escola como também era sinônimo da legitimidade dada ao professor pela sua comunidade, até porque costumava-se dizer, segundo SOUZA (2002), que os professores “desasnavam” crianças ou “desbravavam” as classes.

A classe era vista como uma condição terrível de latente estado de ignorância. Uma irracionalidade total que desprendia enorme esforço do professor, fazendo com que o professor se dirigisse à arena e, bombasticamente, colocasse em prática suas técnicas de luta.

“... a figura (do professor) era, algumas vezes, um papel exercido quase como uma máscara que se coloca e que se retira, de modo a preencher as expectativas da comunidade sobre o que era ser um “verdadeiro” professor numa “verdadeira” escola.”²²

A máscara, o giz e a palmatória personificavam o indivíduo colocando-o no centro, e frente às responsabilidades inerentes à sala de aula, para poder corresponder àquilo que a relação pedagógica da época validava.

Assim é que Tia Madge larga o fazer das goiabadas e vem dirigir sua classe. E a Zinha larga suas panelas no fogo e dá um pulinho na classe de Helena, para por ordem na

²² Maria Cecília Cortez Christiano de Souza, Fontes, Objetos e Perspectivas da pesquisa em História da Educação no século XIX. In: GONDRA, José (org). Dos Arquivos à escrita da História: a educação brasileira entre o Império e a República. 2ª ed., Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p.84



bagunça. Distribui rapidamente uns beliscões, umas lições, dois gritos para lá e um para cá. E tudo se arranja.

Essa imagem impunha respeito e era referendada pela sociedade. Um professor tinha que fazer valer sua autoridade, nem que fosse às custas do terror infantil. Foi tão forte esta representação que a simples possibilidade da chegada de uma professora, punha os mais temerosos em alerta e despertava presságios:

*“Infundia-nos horror a idéia da prisão, dos deveres e dos bolos. Passei a cogitar como seria ela. Para mim devia ser de cor. Chamava-se Germana. Fizemos promessas e rogamos praga, pedindo sua morte. Pegou a maldição... Morreu mesmo. Morreu de verdade, sem nenhuma mentira, de morte natural.”*²³

Ser entregue às mãos de uma professora carrasca não era das melhores perspectivas. Metia medo e insegurança.

Mas fazia parte do protocolo escolar deparar com tipos assombrosos, fosse pelo excesso de violência, fosse pelo excesso de indulgências ou, ainda, pelo clientelismo grudento que desconsiderava o mérito. Todos fatores derivados da própria estrutura com que a sociedade patriarcal brasileira se alicerçara.

Helena, frente a uma situação, fica penalizada com os futuros alunos de uma colega de classe que não admitia sugestões no seu proceder:

“Pensa que sou da sua igualha...Sabe lá você quem é meu pai..., para ter a audácia de vir me aconselhar.. Eu, com este cabelo, valho vocês todas aqui, sua cachorra! Eu sou filha de Dinis Varejão!”

E Helena:

²³ José Américo de Almeida. Memórias – antes que me esqueça. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p.53



“ouvi tudo e fiquei pensando nos pobres meninos que ela vai ensinar. Não haveria meio de impedir os doidos de serem professores.. Há tanto serviço que os doidos podiam fazer.” (P. 227)

Helena, aqui, já antevê a figura da louca regendo a classe aos berros e safanões. A clássica figura da megera percebida, astutamente, pela menina:

“...Parece ter trinta anos, a pele parece escama de peixe, o cabelo duro como rabo de cavalo, dentes do tamanho de um dente de alho grande e toda desengonçada.” (P. 227)

Mais uma figura de professor que perambulou pelas escolas, assombrando as crianças com sua relação pedagógica raivosa. Mais popularmente, “a bisca”:

“Matricularam-me na escola pública da professora Maria do Ó, mulata fosca, robusta em demasia, uma das criaturas mais vigorosas que já vi. Esse vigor se manifestava em repelões, em berros, aos setenta ou oitenta alunos arrumados por todos os cantos (...) Constrangida no espartilho, branqueada de pó-de-arroz fingia humanizar-se lá fora: a voz amansava-se, a carne se reprimia, doméstica, os bugalhos amarementos se ocultavam sob as pálpebras roxas – e a fera metia as garras nos cabelos das crianças, adulando”²⁴

No entanto, não foram só as representações de maus professores que povoaram a memória de gerações passadas. Também encontramos exemplos de sensibilidade e competência. Certas mestras e mestres deixaram saudades; sobretudo pela compreensão que tinham do segmento à sua frente e, também, por dominarem um “saber fazer docente”, que, pela competência e seriedade, dispensava temores.

Vamos encontrar, no Diário, um professor Sebastião que coloca Helena nos trilhos, pondo fim à “vagabundagem”:

²⁴ Graciliano Ramos. *Infância*. 10ªed. São Paulo: Martins, 1974, p. 160



“... até a gente o adular não adianta nada; ele é mau de verdade. Nós teremos de estudar, do contrário não teremos outro jeito a dar.” (P. 111)

A esperteza, a sagacidade e a enganação não “enchiam de folhas” o nariz do professor Sebastião. O negócio era pegar “o touro à unha” – estudar e demonstrar conhecimento caso quisesse passar de ano. O “dar lições” tinha pesos diferentes, conforme o estatuto de cada professor.

A própria Helena se ressentia do pulso fraco dos outros. Contando com isso é que ela podia “bater pernas” e fazer um arremedo de estudo, que satisfazia a ambas as partes. Dizia ela:

“Eu penso que se todos os professores fossem como Seu Sebastião, eu teria coragem de fugir dos primos; mas os outros, não sei se felizmente ou infelizmente para nós, são bem diferentes dele.” (P. 238)

Numa profissão que dá abrigo a tipos tão heterogêneos, vamos encontrar, até hoje, herança dessa mentalidade, que faz distinguir os canastrões. A forma escolar que vem tradicionalmente cultivada por gerações, designa, no imaginário coletivo, o lugar que a Escola ocupa na sociedade e, se tem ainda a aura do conhecimento ao seu redor, muito se deveu ao tradicionalismo que a cerca e às expectativas que a sociedade nela depositou.

Helena, que nunca apostou um fio de cabelo na sua formação escolar, já de antemão sabia não poder trilhar os rumos do Magistério – não queria mesmo. Deparar com professores bonachões, que fechavam os olhos para suas táticas de “cola”, atendia plenamente seus objetivos e facilitava já seus caminhos.

Os meninos do Currallinho, por certo também não teriam tantas exigências em relação às suas professoras. Para um ensino banal, alunos banais. Tudo na justa medida. De modo que a educação, dá sua “modesta” contribuição para a perpetuação de uma situação de desigualdade e exclusão. Ao grosso da população um ensino desqualificado. Somente o “bê-a-bá” necessário, que pudesse atenuar os altos índices do analfabetismo vigente no país daqueles tempos.

As campanhas mais prementes pela educação e desenvolvimento viriam mais tarde, supondo capazes de resgatar o Brasil do atraso que estivera até então.



Aí, sim, a representação de classe pegaria forte na questão da “ascensão” social que levaria mocinhas pobres a sonhar com o diploma – seu passaporte de saída. Mas o Diário não cobre este período.

Se, nos dias de hoje o “desbanque” do professor, como o único habilitado a “desasnar” as crianças, resvala pelas tecnologias e informação de fácil acesso (aos que dispõem de recursos para tal), ainda assim ocorre uma volta, uma “re” captura do seu papel: aquele que, se não detém totalmente o conhecimento de sua causa (difícil frente à velocidade com que a Ciência e o pensamento evoluem), ao menos dispõe de mecanismos capazes de orientar essa busca, que faz o aluno sair da suposta escuridão dos tempos de outrora para as luzes da descoberta com menos temor, mais respeito e autonomia.

Segundo CAMPOS²⁵:

“ o professor será o líder porque mostrará competência. A Escola não será a fonte de todo o saber nem o centro de todas as novidades. (...) Mas a escola será o espaço da construção do saber, do cultivo dos valores individuais, da leitura da informação para sua exegese adequada, do processamento de preciosos dados pessoais. Será, enfim, um espaço privilegiado onde acontecerá a auto-educação... A nova escola e o novo mestre estarão envoltos na mística da eficiência, do saber e da competência. ”

Resta saber, e isso só o futuro dirá, se esta Escola estaria disponível a todos os segmentos sociais ou a serviço de um determinado. Em que pesem as considerações, um erro do qual nos lamentaríamos ainda por muito tempo...

3.7 O léxico de Helena Morley

Falar (escrever) sobre o léxico familiar no Diário é buscar a centelha do divertido, do que caracteriza o fato. Uma situação a tal modo peculiar que um olhar, uma palavra um gesto solto, puxa da memória o seu significado.

²⁵ Kleber Garcia Campos. O Ateneu de Charles Dickens: sociedade e educação em duas obras literárias do século XIX. Bragança Paulista: EDUSF, 2001, p.182



O léxico é a ignição que aciona o tempo arquivado.

É a marca registrada do grupo, da família. Pode ser uma frase, uma palavra, uma careta, um rebolado mais insinuante, um comentário...

Enfim, a essência que, gravada, traz à tona uma mensagem, uma história escondida no recôndito da memória. Resumindo, o léxico é a “tirada” – os “clássicos” que pululam no interior das famílias, sempre “a posteriori” de uma situação, porque requerem uma interpretação, um ajuste a seu tempo.

É o desespero interior diante de uma visita inesperada e a dispensa vazia. É um furo no sapato que o coloca, de joelhos, numa situação humilhante. É o andar desequilibrado de pés calosos no salto alto. É o tropeção em público, que compromete a dignidade.

O léxico está a serviço dos olhos críticos e da língua mordaz. Há que se ter um certo pacto familiar para cultivar esses “clássicos”, durante a vida toda, muitas vezes, incansavelmente diagnosticados e repetidos, até que se transformem num “instante”, capaz de múltiplas associações.

Perceber o léxico requer bom humor. Ele não se liga às situações trágicas diretamente; pelo contrário, ele extrai delas a caricatura que poderá ou não originar um “clássico”, dependendo do código familiar em questão.

Todos sabemos, por exemplo, que velório é um ponto de encontro familiar. Em meio à tragicidade da cena, velhos conhecidos aparecem, “parentes, aderentes e dentes” surgem do nada. Curiosos que entram e saem, vira-latas que circulam soberbamente indiferentes, moscas pouco cerimoniosas...

Situações que representam “tiro certo” para a produção dos clássicos: ali as distâncias se encurtam no contar das histórias – um cafezinho, um chá com bolachas e, para a figura do “bebum” – tradicionalíssimo em qualquer família, sempre tem um boteco na esquina, pronto e eficiente para destravar línguas. Está pronto o cenário. Quem numa situação dessas, não voltou para sua casa cheio de novidades? Passando a limpo os acontecimentos dos arrabaldes familiares. Sobretudo porque numa família as vozes entrecruzadas produzem diálogos, compreensíveis somente para aquele núcleo: é daí que surgem os “clássicos” – as suas marcas.

GINZBURG (1988) explica bem a força do léxico:



“Somos cinco irmãos... e não nos correspondemos com frequência. Quando nos encontramos podemos ser, um com o outro, indiferentes ou distraídos. Mas, entre nós, basta uma palavra. Basta uma palavra, uma frase: uma daquelas frases antigas, ouvidas e repetidas infinitas vezes, no tempo de nossa infância.” (p. 32)

No entanto, a construção dessas marcas requerem malhas de associações, histórias. Como numa colcha de retalhos onde pedaços de vidas entrelaçados, amalgamam-se na constituição de seu maior significado, o que refaz o sentido da vida de cada um. Um vestido velho rasgado em trapos carrega sua história na estampa envelhecida. Preso aos outros pela amarração de pontinhos miúdos, minuciosamente costurados, deixa para os tempos o registro de uma passagem pequena – a nossa única história.

O léxico vem de uma construção. Surge do “*nada*”, no sentido fugaz do instante em que é colocado pelo observador atento. Todavia carrega atrás de si uma trajetória pontuada de histórias, e estas, percebidas pelo contexto biográfico daquele grupo, adquirem significados.

O léxico é jocoso, está mais para o pobre – triste “palhaço” social – do que para o rico. Até porque aquele, de frente à experiências comuns, vivencia maiores oportunidades de se confrontar com situações onde, no coletivo e no folclore das vidas, os “clássicos” podem aparecer.

A um estranho é vetado o acesso ao código. Querer penetrar nele, é fazer papel de bobo. Exceto se a cumplicidade familiar assim o permitir.

Se o léxico “pegar” ele fica. O tempo pode passar, mas basta que o chame para trazer o fato à tona. Sempre agudo na crítica, requer uma cumplicidade na sua descrição.

Sim... porque o léxico é discreto. Só pertence àquele grupo e não pode avacalhar senão perde a graça, o mistério e a surpresa do momento em que vem à público.

O livro de Helena Morley carrega na crônica do léxico. O que nele encanta é justamente o código familiar em questão, além de olhos e ouvidos atentos da menina, aliados a uma aguda observação do cotidiano adjacente ao seu núcleo familiar.



Ao acertar a sintonia da observação para criar o código, ultrapassa-se o sentido imediato para buscar o escondido... aquilo que realmente se quer dizer.

HOGGART (1973), vai “de primeira”:

“O certo é que devemos tentar ver, para além dos hábitos, aquilo que os hábitos representam, ver através das declarações e respostas o que estas realmente significam...” (p. 20).

A própria Helena nos conta como sua avó, Dona Teodora, em situações de aperto, acionava rápido o código:

“Quando ela (sua avó) vê a sala cheia de mulheres esperando o jantar pergunta a Dindinha na vista delas: “Chiquinha, minha filha, como você vai se arranjar com tanto franzido no babado?” Dindinha responde: “Já desfranzi, minha mãe.” Vovó então pode ficar descansada...” (p. 96).

O “franzido no babado” na família de Helena é um léxico. Todos ali compreendem o seu segundo significado – o de providências rápidas.

Ao ser acionado, dá a dimensão do aperto da situação emergente: muitas bocas para pouca comida. O “conversê” esticado na sala...o avançado da hora... a vontade frouxa da despedida... a avó na sustentação do assunto ... A preocupação com as panelas, avolumando, até surgir numa centelha rápida a inspiração , disparando o léxico: “como se arranja com tanto franzido no babado?”

A linha direta é estabelecida através da conexão familiar que condiciona o léxico.

Dindinha não só compreende o código, mas sobretudo despacha com rapidez as providências cabíveis na situação: usando o léxico popular, “põe mais água no feijão” e Dona Teodora, então, pode ficar descansada.



Para um determinado grupo ou contexto, muitas vezes, não se alcança o significado daquele “clássico”. Mas existem os coletivos, cujo alcance é instantâneo, pois, já estão há muito sedimentados no imaginário popular.

Por exemplo, o “filar a bóia” tem o significado do aproveitador – imprevisível na surpresa que faz – mas, “competentíssimo” no “esticamento” da conversa até a hora fatal que o levou ali.

Fica-se agüentando até o final a presença inconveniente.

Por outro lado, a educação em algumas famílias, já treinadas nesse código, capazes de perceber muito bem a figura do “fila”, repreende severamente suas crianças a fim de que não se vejam na situação.

Me lembro bem de minha mãe dizendo: “hora de almoço, esteja em casa” e o medo de me pegar em mesa estranha, numa situação de “fila”. Para quem tem o código, a insegurança é grande frente ao disparate da inconveniência. O código mantém firme a discrição.

Entendimento este que fez com que, quando criança, a escritora Natália Ginzburg, pega de surpresa num horário de almoço com o engenheiro Olivetti (o das máquinas de escrever), pedisse apenas um ovo quente, para que ele não gastasse muito!

Ao ser informado disso, o engenheiro se divertiu com a coisa, e ria dela com frequência: “*e em seu riso havia toda a alegria de ser muito rico, de saber disso, e descobrir que ainda existia alguém que não sabia.*” (GUINSBURG, p.85)

Já podemos imaginar o riso do senhor Olivetti. Abastado... bolso cheio... mesa farta. Usando outro sábio léxico popular “*rico ri à toa*” e, principalmente, das surpresas do pobre.

Aliás, em relação a esta questão, existe no Diário uma passagem em que a menina, com o seu senso crítico da realidade, vai jantar em casa de parentes ricos, com o vestido remendado nas rendas por sua avó, adepta fervorosa da economia controlada – “*Remenda teu pano, que durará um ano. Remenda outra vez, que durará um mês*”.

Fazendo a triste figura da pobre desorientada num ambiente em que não conhecia, apura a observação e cai na real. Tem consciência do exato lugar que ocupa: “*dei prazer aos primos ricos que gostam de me ver mal vestida*” (p.85). Quer dizer: Helena, ali,



dispõe da certeza daquilo que representou naquele momento: a pobre desmantelada, a que serviu de mote para a satisfação dos parentes abastados.

As conversas, as críticas, os risos que surgem de uma situação destas, sempre “a posteriori”, também caracterizam o léxico familiar no seu aspecto mais cruel: o da maledicência. Aquele que vai ficando... e vai apurando o gosto pela ironia fina da constatação.

A figura da menina mal vestida à mesa, respalda o que já se pensava dela e de sua família anteriormente: a pobretona chupista, apenas tolerada na mesa burguesa devido aos laços sanguíneos e a falsa moral cristã.

Assim é que no confronto dos opostos, como por exemplo entre o rico e o pobre, o feio e o bonito, o culto e o atrasado, o sagrado e o profano, surge o ambiente efervescente, propício à criação do léxico.

Se vamos encontrá-lo no Diário, muito se deveu ao misto de situações cotidianas, centradas sobretudo na questão dos opostos.

A devoção apaixonada da mãe Carolina pelo marido que tanto causava admiração e fuxicos na família, o descaramento do santeiro que despacha rápido a procissão com cabeças de santos trocadas pelas ruas da cidade, a mulher que desmaia para chamar a atenção do marido, os ataques de nervos, e o sábio conselho das tias à menina – olhe bem, e aprenda que os homens não fazem caso de mulheres tolas.

O léxico também pode surgir assim, de repente, de tanto contar a mesma coisa, do cansaço que faz surgir o hilário da situação:

“haverá suplicio maior do que este que temos de aguentar todo sábados e domingos? Temos de ficar sentadas à mesa uma hora inteira, ouvindo os casos de meu pai. Já ouvimos todos mais de vinte vezes. E quando ele está contando e Luisinha olha para mim e rimos, já vem a descompostura: “Insuportáveis! Sirigaitas!”. ” (p.52)

O pai, na sua indignação e pulso fraco ante a situação, ajusta a imagem da espevitada, arrebitada e absolutamente insuportável. Apesar das inúmeras repetições do



caso contado, quem conta exige aquela atenção, aquela seriedade do ouvinte e, principalmente, acha que conta sempre pela primeira vez.

O riso à vela solta submete o constrangimento do narrador à emersão do léxico.

Assim é que vamos encontrar no Diário inúmeras situações em que o léxico exercita a língua afiada e faz despontar expressões, das quais o leitor atento aprende, desde logo, a identificar o real significado, incorporando-as ao seu arquivo, destarte passado mais de um século.

“Aprecio sobremaneira um cacho de uvas” transplantado para *“aprecio sobremaneira uma coxa de galinha”* caiu no léxico quando parodiou a moça fina em meio às canhestras, e ligou-se ao acontecimento da vinda da moça de Montes Claros. E mais, confrontou dois ambientes distintos: o rústico e o elegante.

O léxico familiar nasce do imediato das situações. No caso do Diário, se analisarmos atentamente, todo o registro da história passa por ele. Uma menina cresce no ambiente de uma cidade pequena, cheia de resquícios campestres, às voltas de uma família numerosa, governada pela avó matriarca, tentando provar a felicidade dos tempos de outrora, na riqueza dos seus detalhes, na largueza de seus campos, na alegria da mineração e nos tipos caricatos que passaram pela sua infância.

Segundo HOGGART (1973) existe uma certa tendência, ao se rememorar, de romantizar a infância. É como se dissesse: *“vejam, apesar de tudo, uma infância assim é mais rica que a vossa”* (p.22)

Podemos perceber o significado claro do que o autor diz no Diário. Quando Helena Morley dedica às netas os seus escritos *“éramos tão felizes”*, está realmente buscando o que de melhor conseguiu arquivar para os relatos que tanto encantam quando se lê o livro.

Uma vez passado o tempo, talvez mecanismos de auto-defesa sejam desenvolvidos a fim de filtrarem as lembranças desagradáveis ou dolorosas e infelizes.

Pinçamos o que nos agradou e deixamos desvanecer ao longo de nossas vidas as piores lembranças, como se diz, cobrimo-las com o véu do esquecimento.

Mas também registramos o pitoresco, o alegre, o engraçado, as sensações. E basta puxar um fio para que as múltiplas associações se desenrolem às nossas vistas e,



possamos, como que voltando no tempo, ter a sensação de capturarmos de volta aquele instante que um dia foi nosso e que fez parte de nossa história.

Compactua conosco, nos faz sentir saudades, nos faz rir sozinhos, nos faz lembrar o cruzamento de nossas vidas pelas malhas das outras, nos acessa com o tempo passado e nos faz arquivá-lo de novo para outros instantes... em outras paragens...outras situações.

3.8 O Bildungsroman

“Bildungsroman”: “*novel of self-cultivation*”, “*roman des enfances*”, romance de formação²⁶. No Brasil, no “Dicionário de Termos Literários” de Massaud Moisés (de 1978), tem preferência o termo original – o do sentido da formação.

Todavia , na Alemanha, terra onde surgiram as primeiras idéias sobre o que viria a ser este gênero literário, segundo MASS (2000), o termo data de 1810.

Empregado, numa conferência na Universidade de Dorpat, através do professor de filologia clássica Karl Morgenstein, adequou-se de início ao ideário burguês do século XVIII.

Clamando pela formação das novas classes que chegavam ao poder, sedimentou-se ao longo dos outros séculos, acabando por se firmar como um gênero dentro da história da literatura.

Originalmente referia-se aos romances em que os protagonistas, ao longo de suas trajetórias, viam-se subordinados a eventos e situações que contribuíam para o alcance de um patamar de perfectibilidade. Patamar este preconizado e aceito por uma classe social imediatamente superiora deles.

Os “Bildungs” vão no rastro das questões de classe. Seus heróis envolvem-se em peripécias, empreendem esforços e perseveram na absorção de conhecimentos e formalidades, necessários à nova ordem que desejam alcançar.

²⁶ Wilma Patrícia Maas. *O Cânone mínimo: o Bildungsroman na história da literatura*, São Paulo: Unesp, 2000, p. 18



Um indivíduo de classe pobre, inconformado, à procura de uma possibilidade, um “status” que não o seu, mete-se em ambientes, em aventuras, em experiências - como não só para ter o que contar, mas do que se lembrar e o que mostrar.

Então, tudo passa a ser descoberta, aprendizagem e sobretudo, remodelagem: novas formas para novos moldes.

Aprende-se observando, prestando atenção, comparando e, sobretudo, “apareando” as rebarbas daquilo que enxergamos como defeitos.

Gradativamente, e não sem muito esforço, amalgamam-se os moldes da formação: o velho e o novo efervescente que se quer buscar. Daquele, ficam só as reminiscências que atestam a nossa origem.

No “Bildung” a formação passa pelos hábitos, postura em público, cerimonial, modulação – quesitos importantes na constituição do caráter, que acabam atribuindo ao “Bildung” o seu lado pedagógico, escolarizado.

Mas isso traz também o outro lado do “Bildung”, isto é, a transformação em desejo velado do seu objeto de busca. Até porque o retrocesso traz de volta, bruscamente, uma condição de fracasso – condição essa que, desde o início, se quer alijar.

Assim sendo, há de se ter competência e olhar atento para a busca das oportunidades e constante preocupação consigo mesmo no filtrar de outrem. Experiências que venham acrescentar à sua própria e aos seus objetivos meticulosamente traçados.

Segundo MAAS (2000), no desenrolar do “Bildung” existe a *“preocupação do indivíduo com sua história, com os acontecimentos e personalidades que, intervindo em sua trajetória, configuraram e determinaram gostos, tendências e comportamentos.”* (p.66).

Com a criação de possibilidades, aumenta-se o leque de atuação. Por conseguinte, abre-se a carreira ao talento individual e o mérito instaura-se, laureado pelo esforço despendido, tolerando-se então um acesso discreto àquele que trouxe do rés-do-chão a lama seca da pobreza em seus sapatos.

Lembrando que a “ascese social” permeia, no fundo, o desejo secreto do indivíduo, e os quesitos necessários passam pelo ganho de novas posturas e experiências diante das possibilidades que o dinheiro possa oferecer, podemos encontrar “nuances”, que vão do sucesso ao fracasso, na batalha pela construção desse patamar de acesso.



Considerando uma sociedade do século XIX, teríamos um “Bildung” masculino de acesso rápido, via casamento rico, com moças já consideradas “passadas” para os padrões da época.

Este tipo de conduta acelerava o processo, uma vez que colocava o pretendente já defronte do capital. Restava o lustro.

Na verdade, essa formação tão necessária ao novo rico burguês transformou-se em seu passaporte de acesso.

Numa outra situação, encontra-se o indivíduo de poucas posses, falastrão, cheio de desejos e de “faro fino”. Cai, aqui no picaresco. É simplesmente tolerado e vive das poucas deferências que lhe cabem, não impondo um pinga de respeito.

Desempenha-se cordato, aliciando favores, bom ouvinte, sempre finório à cata de uma brecha por onde se infiltrar. É o “popularíssimo” aproveitador.

De forma caricata, vamos encontrá-lo vivendo uma “vidinha de rei” na figura dos agregados, muito comum nas extensas famílias patriarcais brasileiras do século XIX.

Ainda um outro caso é a do, segundo HOBSEBAWM (1977), “parvenu”, ou seja, do indivíduo pobre que alcançou subitamente uma melhoria em sua condição econômica e social. É neste caso que o “Bildung” vai se processar de uma maneira capitalista e furiosa pois, vindo de um meio humilde, *“deviam pouco ao nascimento, à família ou a uma educação formal superior... eram ricos e a cada ano ficavam mais ricos. Acima de tudo, estavam imbuídos da dinâmica e feroz auto confiança daqueles cuja carreira lhes provavam que a divina providência, a ciência e a história se combinaram para servir-lhes a terra numa bandeja.”* (HOBSEBAWM, 1977, p.207)

Restavam então outros canais de acesso, não necessariamente abertos ao olhar das classes menos favorecidas: as artes, a guerra, os negócios e, finalmente, a educação (que ainda se desdobrava em outras opções: o funcionalismo público, a política e as profissões liberais).

Porém, as duas primeiras carreiras já não eram tão atrativas, e os negócios e a educação também não estavam à disposição de todos. Tinham sua seletividade. Mesmo assim, a educação acabava seduzindo até porque *“exigia uma revolução muito menor nos hábitos e modos de vida do homem.”* (HOBSEBAWM, 1977, p.212). E mais, o ensino ainda



representava um privilégio digno de respeito e admiração da sociedade. Ter um padre, um médico, um advogado, um professor, era motivo de sacrifícios econômicos extremados mas também de orgulho para as famílias pobres do século XIX.

Mesmo assim, a educação, enquanto carreira, tinha seus mecanismos de controle e competitividade individual – os exames – que nem sempre levavam ao sucesso a trajetória do indivíduo.

É por aí que Helena vai se agarrar enquanto espera...

Pesquisar elementos no Diário que atestem seu “bildung” não é tarefa difícil considerando a impregnação de situações que lentamente vão atuando sobre a trajetória da menina.

Ainda que o termo alemão “Bildung” esteja estreitamente ligado ao sentido da formação nos romances do século XIX e, mais precisamente, com personagens masculinos na “ponta da cena”, é inegável o caráter formativo da principal personagem do Diário.

Os elementos temáticos do livro (a dinâmica do seu cotidiano, a escola, a cidade, a família, a Igreja), sob o olhar astuto da adolescente, vão agindo lentamente, fazendo-a constituir sua lógica, seu juízo.

Os acontecimentos não têm uma sequência lógica. São episódios do dia – a – dia que a menina vai contando, e sua presença marcante é o princípio unificador da trama.

Encontramos no Diário certos aspectos descritos por MAAS (2000), que levam ao Bildungsroman: a literatura realista burguesa de formação, o romance picaresco que tem sua origem no século XVI e a literatura pietista, fortemente impregnada pela influência religiosa, que serve de mote para tantos acontecimentos descritos.

A literatura burguesa de formação vem ligada ao forte desejo de mudar de vida, presente disfarçadamente, ao longo da trama do Diário.

A literatura pietista que passa, neste caso, pela devoção exacerbada aos rituais religiosos; a uma fé incontida na Providência capaz de sanar todos os males, a uma negociação maluca à base de rezas, novenas, terços. Um depósito constante de créditos no além para as muitas Santas que acreditavam intermediar os cochilos divinos, que lhes fizeram tão pobres!



O picaresco é o mais divertido do Diário e, olhando atentamente, despacha lições de sabedoria que perambulando por ali, atuam na menina provocando a curiosidade e o confronto de valores.

As figuras caricatas do homem sem pernas disposto a se casar, sem trabalho, mas apostando na ajuda divina para sua sobrevivência, a mulher que desmaia para chamar a atenção do marido, a procissão com cabeças de santos trocadas, o bêbado que despacha conselhos, ativa a curiosidade da menina que, atenta, estabelece o desmonte de certas conveniências e aprende a heterogeneidade do mundo e dos valores criados pela sociedade dos homens.

Se o “Bildung” carrega consigo o desejo, o empenho na busca pela construção de um patamar de ascensão, que interessa ao ideário burguês do século XIX, vamos encontrar Helena disfarçadamente conformada com sua condição de pobreza, mas atenta aos episódios de onde possa retirar proveito.

Helena sabe e se reconhece pobre dentro de uma família cuja lassidão para o trabalho a coloca defronte de uma vida campestre em “inocentes” atividades de coleta.

A natureza, estando ao dispor de quem chegar primeiro, oferece gratuitamente seus produtos. Descrevendo-a de uma forma tão bucólica, chega-se a pensar que todas as árvores estão cobertas de frutos e todos os lambaris dispostos a cair em sua peneira. Como ali, fortuitamente, ninguém vê, não é preciso cerimônias.

Situação bastante diferente quando na troca de favores. Os Morleys adoravam ser obsequiados pelos vizinhos e não perdiam uma oportunidade de serem adulados. Todavia não fazia parte de seu código a retribuição.

Aos olhares gulosos dirigidos para os quintais alheios, havia a cerca. Helena vai conhecer o que é ser dono, estando à frente da propriedade. Aí surge o seu lado mais materialista, interesseiro e sarcástico nas negociações dos favores, sob o disfarce de inocentes comentários e “frouxos de riso”.

Para comer as frutas do quintal de seu vizinho, aproveita-se da semelhança física de sua irmã Luisinha com a filha ausente do casal solitário. Negociando a saudade do homem, vai comendo as frutas ...



Aprendendo rapidamente a tirar vantagens de situações que possam lhe trazer proveito, Helena vai aprimorando seu lado materialista burguês de lidar com as coisas práticas da vida.

Fazendo parte de sua observação astuta e de seu aprendizado, Helena não mede esforços ao traçar seus objetivos com o pensamento nas recompensas. Evidentemente, dentro do miúdo da cena e de seu contexto de menina pobre.

Sabia, perfeitamente, de onde vinha o poder – de sua avó rica. É dela que emanava a organização da família: uma mistura de ricos e pobres ciscando à sua volta; à espera da divisão de uma fortuna que só viria (como veio) “a posteriori”, com sua morte colocando a família de volta nos trilhos.

Assim, com enorme paciência, vai articulando o sofrimento das concessões, numa posição de menina boazinha, atenta aos carinhos e prerrogativas que pudesse obter deste afeto.

Um vestido novo, um par de botinas, alguns tostões, faziam parte das conquistas negociadas com sua avó, tendo em vista a pouca importância que sua família dava à transformação de uma menina em mocinha e aos seus desejos.

Helena gostaria muito de que o pai encontrasse os diamantes, a salvação e o resgate de sua condição de pobreza. Seus pés inchados na lavra, faziam a menina desconfiar que a Providência talvez não estivesse ao seu lado.

Inveja é um termo bastante presente no Diário: inveja do vestido, inveja das primas ricas, inveja dos pomares alheios, inveja da pobre Arinda, menina “negrinha” que teve a felicidade de encontrar um enorme diamante, assim no chão, a olhos vistos.

Helena decepçiona-se e põe um “pé” de desconfiança no Deus que tudo vê e que, por um descuido divino, acabou beneficiando uma “negrinha” ao invés dela. Com isso, embutida está uma lógica branca que, dentro do contexto escravista, acha inaceitável a possibilidade de um negro ganhar dinheiro. Aprende rapidamente a maldade burguesa que, para pobre basta ser pobre mesmo.

Seu caráter individualista a conduz para uma vida prática onde se desenvolve com certa folga. Acaba despachando ordens à sua própria família, organizando melhor o trabalho doméstico, mostrando um tino administrativo e gerencial que nenhum deles tinha.



A série de acontecimentos envolvendo suas relações familiares, atua sobre o “espírito” da menina e contribui para sua formação, no sentido de aprender a conhecer os tipos que perambulam pelo mundo.

Um outro lado de sua formação vai passar pela influência poderosa da Escola. Esta sim, vai representar um papel decisivo na “inculcação” dos valores pertinentes à sociedade da época. Aliados ao papel desempenhado pela família, eles estabelecerão de agora em diante os caminhos do seu “Bildung”.

Assim, o *“Bildungsroman apresenta as consequências de eventos sobre o herói, registrando as transformações emocionais, psicológicas e de caráter que ele sofre. Há, portanto, uma ênfase no desenvolvimento interior do protagonista como resultado de sua interação com o mundo exterior.”*²⁷

O mundo exterior, responsável pela formação do “Bildung” feminino centrava-se nos limites do lar e da família. Sua aprendizagem objetiva a preparação de um papel social pré – determinado. Aprendendo os trabalhos domésticos na casa da mãe, põe em prática uma experiência que, futuramente, talvez pudesse ser a sua .

A Escola vai contribuir com uma representação feminina fortemente ideológica: a moça normalista para casar. Disciplinas como o Português, Francês, Inglês, Música, Corografia, Ginástica, História, Artes, davam sua parcela de lustro à formação da moça civilizada, engajada nos novos tempos republicanos.

“Chegou de Montes Claros uma irmã da nora de tia Clarinha e foi visitar tia Agostinha no Jogo da Bola. Ela é bonita, simpática e veste-se muito bem. Ontem fomos todos passar o dia no Jogo da Bola, e foi um acontecimento a visita da moça de Montes Claros. Ficaram as tias todas admiradas da beleza da moça e de seus modos políticos de conversar. Falava explicado e tudo muito correto. Dizia “você” em vez de “ocê”. Palavra que eu nunca tinha visto ninguém falar tão bem; tudo como se escreve, sem engolir um “s” ou “r”. Todas nós ficamos de boca aberta e com medo de falar perto dela. Tia Agostinha mandou vir um bandeja de uvas e lhe perguntou se ela gostava de uvas. Ela respondeu:

²⁷ Cristina Ferreira Pinto, *O “Bildungsroman” feminino: quatro exemplos brasileiros* (São Paulo: 9 Perspectiva, coleção Debates, vol.233, 1990) p.10



“Aprecio sobremaneira um cacho de uvas, Dona Agostinha”. Estas palavras nos fizeram ficar de queixo caído. Uma moça de Montes Claros dizer uma frase tão bonita!” (pg. 301)

Um pouco mais de verniz urbano e menos matutice provinciana poderia impressionar pela distinção de uma conversa empolada e um ou dois volteios no salão, quem sabe, um pretendente mais distante dos inúmeros “ocês”, “inhôs” e “inhás” que circularam por bocas negras e brancas, desde os tempos de colônia.

E foram muitos os fatores que contribuíram para o “Bildung” de Helena:

- 1) As atividades domésticas em suas fainas cotidianas.
- 2) A materialidade objetiva que fizera dela uma competente negociadora de relações.
- 3) A Escola com seu ensino de generalidades e pouca substância
- 4) O ensaio da profissão que, desde o início, se mostrara como uma atividade de fracasso e pouco prestígio.
- 5) A religiosidade excessiva que a fizera desconfiar dos “olhos” atentos da providência.
- 6) O inconformismo com sua condição social e econômica que a fizera uma menina pobre, de poucos recursos.
- 7) A trajetória ascendente que a colocaria de volta no prumo dos economicamente favorecidos.
- 8) O casamento como cura para todos os males.

Está, pois, ligado à sua formação e desenvolvimento. No entanto, o “Bildung” de Helena é interrompido em três anos (período coberto pelo Diário). Isso era comum em romances do século XIX.

Para Ferreira Pinto²⁸ a interrupção do “Bildung” feminino se dá pela aceitação de um papel social que “já de antemão lhe tinha sido destinado, como o de esposa e mãe”, por exemplo.

²⁸ id., *ibid.*, p.



Neste sentido, o Diário assemelha-se a um “Bildungsroman” truncado, pois ao lermos as notas da primeira edição, pelo próprio punho da autora, vamos logo sabendo o resultado da sua novela de formação – o casamento.

Por outro lado, o “Bildung” também pode ser interrompido quando acontece algum fato que leve ao fracasso da protagonista. Por exemplo, o acontecido com a tia inglesa da menina (tia Madge): ao ficar solteira “navegou” na contramão da trajetória feminina.

FERREIRA PINTO²⁹, a propósito do “fracasso” que leva o “Bildung” a um final truncado, faz uma observação bastante interessante:

“Verifica-se então que o final “truncado” de muitos Bildungsroman” pode também representar um modo indireto, mudo, de protesto, uma rejeição da estrutura social que exige da mulher submissão e dependência.”

Todavia, o modo de protesto pode, embora não necessariamente, ter vindo por um estilo mais independente de vida. Aliás, considerando a época, talvez viesse exatamente pela ausência de opção, aliada à idade e ao protestantismo eclético da tia.

Porém, seja como for, aconteceu. E, no caso de Madge, uma vez solteira, tratou de se profissionalizar, ainda que tardiamente, numa carreira que ainda resvalava respeito e admiração por parte da sociedade.

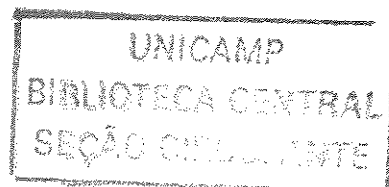
“Matou dois coelhos com uma só cajadada”: apesar de solteira, foi responsável por seu próprio sustento, construindo sua trajetória e identidade profissional de forma bastante admirável, e não teve que agüentar desaforos em casa de família, na humilhante condição de empregada. Deu a volta por cima!

Mas existe, ainda, uma outra face na história dos “Bildungsroman”: sua intenção pedagógica emanada. Aquela que contribui para a educação e formação da pessoa que lê.

E nisso, o Diário pode ser exemplar.

Lendo atentamente os escritos, vamos conhecendo a sociedade da época, através dos intercruzamentos de relações interpessoais da pequena Diamantina. E vamos

²⁹ Id., Ibid, p. 17





acompanhando, também, um lento processo de desenvolvimento urbano, faiscando no telégrafo, na padaria, nos sorvetes, na maquinaria que afinal acabou chegando à cidade, e que bem ou mal introduziria novos hábitos, novas pessoas e sobretudo novas fontes econômicas.

Mais do que isso, o que se aprende mesmo é o que fomos capazes de compreender nas “entrelinhas” do escrito.

É aí que está a questão do “Bildung”, pois uma situação concreta do mundo cotidiano faz, para alguns, mexer na “roda” psicológica que aciona a reflexão, ora criando “novos juízos”, ora matutando na possibilidade de análise crítica. O que pode levar à revisão interior dos valores pré – estabelecidos e considerados corretos para um determinado tipo de sociedade.

Aprendemos, no Diário, a desconfiar (tanto quanto Helena). Certamente aquela vidinha doce, de tão agradáveis perfumes tinha seus desagradáveis odores, já que, como dizia Machado de Assis,

“as violetas, para terem seu cheiro superior, hão mister de estrume de porco.”

3.9 O tempo de algumas mulheres em Minas Gerais:

Helena já dizia que, em sua família, ninguém sabia lidar com outra forma de trabalho que não fosse a mineração.

Estava no sangue o prazer de ver brilhar o ouro, o diamante na bateia ou no solo, depois da luta insana que travava o minerador com a natureza, para arrancar-lhe, na marra, seus mimos mais delicados.

O mesmo ouro que acalentava o sonho da fortuna inesperada para sua família, também o fora, séculos atrás, para a Metrópole detentora de tão rica colônia.

E, neste particular, arrastara, em tempos passados, atrás de si, uma política de perseguições que assegurara o domínio do colonizador, preocupado não somente com o povoamento de tão grande extensão de terras mas, sobretudo, com o destino certo das riquezas em nome de uma corte cobiçosa, endividada e atrelada às suas relações diplomáticas com a Europa.



Sob um cenário de desconfianças e suspeitas terríveis, que assolavam a região do ouro, vamos encontrar a presença feminina às voltas com o trabalho em Minas Gerais do século XVIII.

Mas, que mulheres (e por quais motivos) eram essas que enfrentavam situações tão adversas e marcadamente contrárias à visão masculina da fragilidade, submissão e delicadeza esperadas às consideradas “de família” para os padrões do branco europeu?

À mulher mineira não foram dados papéis de reconhecimento social. O seu lugar, como o de muitas outras em outras paragens, foi o da negação. Não existiam espaços, que lhes fossem abertos, na política, na administração, na Igreja.

Mulheres brancas eram poucas e “os papéis sexuais da Colônia reproduziam o que se conhecia na Metrópole”³⁰.

Aqui como lá, encontraremos mulheres às voltas com o trabalho que, historicamente, lhes competia: costureiras, doceiras, fiandeiras, rendeiras, parteiras. E, nos campos, suas tarefas não eram das mais fáceis. Vamos encontrá-las nas pequenas propriedades, criando gado, plantando gêneros alimentícios, fabricando pães e aguardentes.

Mas, é nas lavras da colônia, que o embate é mais profundo. Pois lá, encontraremos um outro segmento feminino pobre, violentamente explorado, marcado pelo preconceito e perseguições implacáveis: as “negras de tabuleiro”. E, nos arredores das vilas, as “vendeiras” que tanto infernizaram as autoridades locais, com seu comércio de gêneros que, bem ou mal, proviam os trabalhadores (escravos) das minas dos vilarejos e cidades coloniais.

O motivo das perseguições eram os mais variados: fornecimento de aguardente aos escravos das minas, contrabando do ouro, aliciamento e prostituição.

Mas é com as vendas que o comércio parece mais atraente para a presença feminina das mulheres pobres da sociedade mineira desta época.

Os números atestam³¹: no período compreendido entre 1716 a 1773, em Vila Rica, a proporção de mulheres vendeiras salta de 6% para 70% e, em Mariana, de 1725 a 1796, salta de 7% para 61%.

³⁰ Luciano Figueiredo, “Mulheres nas Minas Gerais”, in Mary Del Priore (org.), *História das Mulheres*, São Paulo, Contexto, 2000, p. 142.

³¹ Id., *ibid.*, p. 149



Em se considerando a precariedade das cidades em relação ao abastecimento de víveres e outros produtos, suas presenças angariaram recursos, tornando a atividade bastante atraente àquelas que se viam livres do jugo da escravidão.

A grande maioria das vendeiras eram mulheres forras. A vigilância aguçada das Câmaras Municipais, acusavam-nas, principalmente, de alcovitar romances e aliciar seus estabelecimentos a encontros e batuques, que tanto incomodavam as autoridades locais.

Muitas escravas, tendo de recolher o “jornal”³² aos seus senhores, faziam uso deste expediente.

*“Catarina Sousa, preta forra, acusada de obrigar com castigo as suas escravas [...] que lhe dêem jornal todos os dias de serviço e domingos e dias santos dobrado jornal ainda que sejam em ofensas a Deus porquanto lhe não dá vendagem que valha o jornal que lhe pedem...”*³³.

A prostituição acaba chegando em Minas Gerais nos tempos coloniais em função do ciclo do ouro que trazia, sobretudo, homens e mulheres para o sertão (terra das promessas douradas) e a alta carga tributária imposta aos seus habitantes e proprietários, inclusive os forros – tidos como proprietários de si mesmo e sujeitos à taxação. Dada essa situação, muitas mulheres acabaram empurradas para este caminho.

A consequência maior, motivo das reais preocupações das autoridades, estava nos frutos enjeitados desses encontros, os quais, não havendo quem lhes cuidassem, obrigava a Câmara a desembolsar de seus cofres, os custos mínimos da criação até os sete anos. E, mais ainda, a mestiçagem não era vista com “bons olhos” pela Metrópole.

Por isso o combate ferrenho aos “alcouces”³⁴, às alcoviteiras, às “negras dos tabuleiros”, às vendeiras e outras mulheres não casadas que não relatassem seu estado de prenhez:

³² Quantia assentada pelo senhor de escravos por um dia de trabalho de qualquer natureza

³³ Id. Ibid., p. 152

³⁴ Casas de encontros



“notifique a toda mulher desta cidade que não for casada em face da Igreja que se achar pejada, para que depois do parto a vinte dias venha dar parte a este Senado do feto que teve com a cominação de que não fazendo assim a dita pejada, e não dando conta do dito termo de sua barriga [sic], pagar cinquenta oitavas de ouro para a criação do mesmo enjeitado”³⁵

Não foram fáceis os caminhos trilhados por estas mulheres mineiras cujo Estado via nas “forras” “máquinas de produzir mestiços” (p. 165) mas, não facilitava os trâmites dos casamentos considerados legais, para o estabelecimento do que julgavam ser as famílias constituídas.

O concubinato acabou se tornando uma prática típica da classe menos favorecida em Minas Gerais. E muitos foram os homens que se valeram desse recurso, constituindo suas famílias numerosas e, muitos os que, com ela, estabeleceram relações de afeto, cuidados e responsabilidades divididas com a mulher, mãe de seus filhos, permitindo nas vistas das autoridades a sobrevivência do seu grupo doméstico.

E, muitas foram as mulheres negras, mulatas, forras, solteiras que se viram na administração de suas casas, em pequenos comércios e mesmo na gerência dos negócios dos seus companheiros, à revelia de qualquer julgamento e vigilância e mesmo do estigma da coabitação.

No entanto, a repressão intermitente a essa forma de união (tanto pelo Estado com as penalidades que iam de multas até prisão quanto pela Igreja que disseminava na consciência o peso implacável do pecado), que não atendia aos interesses da época, acabou por minar certas resistências causando a separação das famílias. Muitos homens acabaram por abandonar suas mulheres e outros separaram de casas, mas não romperam suas uniões. Criou-se, o que o autor chama, de “famílias fracionadas”³⁶.

A mulher branca, negra ou mulata que outrora gerenciou, administrou, produziu, começou então a trilhar os caminhos da dependência na dissolução de suas famílias tão condenadas pelos poderes locais.

³⁵ Edital de 26 de setembro de 1748, AHCM, Registro de Editais, Liv. 152, apud Mary Del Priore, *História de Mulheres*, Contexto, 2000, p. 158

³⁶ Id., *ibid.*, p. 182



Se o ouro, motivo das tensões políticas e econômicas, brilhou nos cofres da Coroa, acabou também, às custas dos muitos embates nas relações presentes na Colônia, desafiando os poderes na forma de uma resistência que, se não teve fôlego para avançar, considerando a época, abriu alguns atalhos para aquelas que dispuseram de táticas para tentar suplantar as vicissitudes de viver num período como aquele, nas Minas Gerais.

É no século XIX que a “coisa” vai pegar, com o surgimento de uma vida urbana que obriga a convivência social e mais, a emersão da família burguesa reservada (branca e cristã) aliada à necessidade de “desasnar” o grande contingente da população, em sua maioria, analfabeta.

É mais para o final deste século que a mulher faz sua entrada para o mundo escrito através das Escolas Normais. Em 1871, segundo GOUVÊA³⁷, são duas as Escolas Normais em Minas Gerais, a de Ouro Preto e a de Campanha. Em 1879, são cinco: Diamantina, Paracatu, e Montes Claros. Em 1884, além dessas, aparecem outras: Uberaba, Sabará, Juiz de Fora e São João Del Rey.

Segundo a mesma autora, as disciplinas do currículo desenvolvido, após 1883, em Minas Gerais, eram: Caligrafia e Ortografia, Língua Nacional, Aritmética e Escrituração Mercantil, Prática de Ensino, Trabalhos de Agulha, Música, Pedagogia, Francês, Geometria Linear, Geografia e História do Brasil.

A disciplina Trabalhos de Agulha é bem significativa na questão do alunado que adentrava os espaços das Escolas Normais. Os homens, que compartilharam com as mulheres, ainda por um tempo, estes espaços, foram saindo devagar, levados para outras oportunidades. Nem todos saíram, é claro. Já disse, anteriormente, que a profissão ainda fazia uma distinção bastante respeitável por parte da sociedade. Mas as mulheres foram entrando para ficar.

Nas Escolas Normais, vai ser desenvolvido um ensino mais normatizado, diferente daquele dado pelas Mestras e Mestres das primeiras escolas, levando a crer que já existia uma preocupação, neste século, com a formação dos professores.

Faz emergir o profissional docente e na rabeira do processo, traz, também, os mecanismos de controle (concursos, inspetorias, resultados...) – é o espírito capitalista

³⁷ Maria Cristina Soares de Gouvêa, “A construção de um projeto de formação de professores – as Escolas Normais mineiras no período imperial”, In: *História da Educação em Minas Gerais*, p. 260-264



adentrando o espaço escolar, não sem contar com a resistência de muitos professores, já imbuídos do “sentimento” de categoria profissional que se fazia instalar.

Não só as mulheres de Minas Gerais, mas também as outras, espalhadas pelo Brasil, souberam aproveitar a oportunidade da Escola, mesmo cultivando ainda os papéis de zeladora do lar e da família, marcos imprescindíveis para sua época.

4. CONCLUSÃO

Chegando ao fim deste trabalho, já comecei a sentir saudades.

Fui buscar no dicionário a explicação exata do termo que aperta tanto o coração e nos dá o sentimento de adeus. Encontrei: “lembança nostálgica e, ao mesmo tempo, suave, de pessoas ou coisas distantes ou extintas, acompanhada do desejo de tornar a vê-las ou possuí-las; nostalgia.” (AURÉLIO)

Expressa bem o sentimento tanto de Helena Morley ao escrever seu diário quanto o meu de não tê-la mais no meu pensamento, na forma como me acompanhou nestes anos todos. Foram lindas leituras e momentos que me tocaram o sentimento, e aguçaram meu olhar para as coisas que as letras embaralhadas esconderam.

Como disse anteriormente, ao longo do trabalho, nunca quis fazer dele uma dissecação que lhe retirasse a beleza e tampouco embotasse a descrição do que, para a menina, foi um tempo de felicidade.

Não mais teria aos olhos, as páginas do Diário, objeto de meu estudo segundo o ângulo ao qual me propus a trabalhar. A idéia é um instante, que surge rápido e carece de precisão para sua captura. Tão logo acontece, tão logo acaba. Cabe a nós o trabalhar nas velas do tempo que atropela nossa existência.

Olhamos para o céu na escuridão da noite e nem nos damos conta que temos ali o passado latente em brilho de destruição. As estrelas em suas distâncias imensuráveis, lá estão para nos mostrar que um dia estiveram “vivas” e resplandecentes, mas que nem elas conseguiram sobrepujar a ação pachorrenta do tempo sobre a matéria.

Pensando em Helena Morley e seu Diário, fico cismando...

Tal como sua avó, também acho uma coisa do outro mundo poder dizer as coisas com a pena! Quão maravilhosa é a conquista, na infância, da habilidade de ler e escrever. Aliás, acredito ser a única coisa que vale mesmo a pena nos primeiros anos de escola.



E foi, em função disso, que Helena pôde graças ao registro de suas memórias, nos deixar o legado de sua época e de sua vida de menina. É este o seu brilho de estrela que andou no céu do meu pensamento, já que, como matéria que foi um dia, também vergou-se à ação inexorável do tempo.

Passando uma vista nas histórias contadas, descobrimos um processo de formação que não foi só dela. Gerações femininas inteiras estiveram submetidas às mentalidades poderosas que marcaram época.

E não vai longe o tempo em que a Igreja, a Escola, a Família referendavam o casamento como a única carreira destinada às mulheres – somente através dele, oficialmente, conseguia-se o termo da sagrada missão da maternidade.

Encobertos por essa influência subliminar de extrema força, não foram poucos os treinamentos destinados: as mãos sempre ocupadas nos muitos trabalhos de costura, nas longas tardes de mormaço tropical, a ocupação na cozinha, onde muitas mocinhas de pé em banquinhos, aprenderam a manipular as pesadas panelas de ferro que davam sustento a muitas bocas.

Até hoje, encontramos depoimentos veiculados na mídia. Meninas na linha da pobreza desvalida, à beira de uma lata, mexendo em fogo lento o feijão aguacento que encherá a barriga dos seus muitos irmãos.

Herdaram não só a miséria dos seus antecedentes mas também os restos dessa ideologia que as torna miseráveis, no cumprimento da mesma missão que povoa de “Severinos” os sertões do Brasil.

E se considerarmos as outras, de outro patamar social, também encontraremos resquícios mais sofisticados dessa formação.

O casamento, idealizado pela sociedade burguesa, através da “noiva branca e radiante” no “dia mais feliz de sua vida” serviu também como uma esperança, um resgate da condição infrutífera de se tornar um peso a ser carregado pela família. Agradecimentos em inúmeras Ave – Marias , dirigidos aos céus, louvavam a conquista realizada.

Me lembro bem, em menina, de ouvir a canção gravada por Ângela Maria:

“Branca e radiante, vai a noiva



*Logo a seguir o noivo amado
Dentro sua alma está gritando
Ave – Maria!”...*

Essa, conseguiu o objetivo traçado!

Voltando ao Diário, o próprio avô de Helena Morley despachou a cada irmão casado as filhas que ainda estavam solteiras, desanimado já com o possível desenlace da coisa. Distribuindo as filhas, livrara-se do fardo de tê-las que carregar. E mais, de ter que olhar para a incompetência que não lhes fizera conquistar um marido.

No entanto, Madge e Quequeta, vendo o futuro sombrio que lhes aguardavam, trataram de buscar na profissionalização os recursos que lhes salvaguardariam a existência, negociando com mais folga suas posições em casas alheias.

Não vai muito longe o desprestígio da profissão. Me lembro bem: já na minha época, lá pelos anos setenta, o curso Normal ainda resvalava o estigma do “espera marido”. E mais ainda: era considerado fraquíssimo e banal frente às áreas biológicas, tecnológicas, militares e até mesmo frente às Humanidades.

Aquelas meninas românticas, vorazes leitoras da “Sétimo Céu”, “Grande Hotel”, “Capricho”, sonhavam com o final feliz vivido nas histórias pelo par romântico Sandro Moretti e Michela Roc. Emocionavam-se com os obstáculos do amor, e chegavam às lágrimas, entorpecidas pela esperança da marcha nupcial, que poria termo aos seus problemas afetivos.

“O Pequeno Príncipe”, livro de cabeceira, ditava o famoso “és eternamente responsável pelo que cativas...” tantas vezes dito aos namorados, que não entendiam nada, mas sabiam e concordavam já com o peso a carregar. Tudo em nome de uma época.

A professora e o médico, a professora e o engenheiro, a professora e o militar.

A professora e o pedreiro, a professora e o metalúrgico, vieram depois, já com o desprestígio da profissão.

Devemos nos lembrar de que, não faz tanto tempo assim, um político conhecido justificou os baixos salários da categoria, dirigindo-se especificamente às professoras, em sua pouca eficácia ao “descolar” um casamento vantajoso.



O que estava embutido nas entrelinhas do discurso era o papel de provedor desempenhado pelo marido somente. À professora, o salário pago seria o suficiente às “futilidades” de uma mulher. Não cabendo a ela o sustento da casa, o salário seria o bastante para um ou outro regalo.

E que dizer então da Escola?

Tempos difíceis em qualquer época.

Condição triste para aquelas que tinham suas possibilidades cortadas, ou pela feiúra ou pela pobreza, ou mesmo pela necessidade de adicionar à sua renda os poucos cobres da profissão.

Ainda assim, mesmo na contramão da mentalidade que permeava a carreira do Magistério, muitas moças pobres insistiram no curso e foram até o final. Com isso conquistaram a profissão, que lhes abriu a possibilidade de anexar ao limite do lar o da rua.

E, em se tratando de sair de casa, conheceram pessoas, travaram relações, construíram espaços e, sobretudo, puderam desfrutar das outras sensações do mundo.

E aquela tal felicidade, corolário do ideal burguês do casamento abalou-se, frente ao mundo do trabalho que abria às mulheres outras possibilidades de ação.

A inserção delas, no mundo masculino do trabalho, fora dos limites do lar, acabou pressionando políticas públicas de amparo às crianças, que agora necessitavam de um atendimento mais especializado como creches, escolas infantis. Mas isso veio muito depois dos tempos de Helena.

Ainda que este tema não tenha sido o motor do Diário, os processos de formação inculcados pelas instituições da sociedade estiveram presentes por gerações, e mais firmemente ainda no Brasil patriarcal atrasado dos engenhos, das velhas fazendas e, posteriormente, das cidades, herdeiras da mentalidade dos campos.

Seus ecos perduram ainda hoje em regiões de pouco desenvolvimento, onde a mulher reproduz ainda os sons da maternidade somente.

Helena Morley, como menina, conseguiu perceber as incoerências do seu mundo e pasmou-se, muitas vezes, frente à ignorância que obscurecia o esclarecimento. Mas seu espanto foi sobrepujado pela força das mentalidades do seu tempo.



Se o trabalho, condição necessária à cidadania, nunca fora tratado com a devida seriedade por sua família, como supor que a menina tivesse o lastro que a sustentasse em sua experiência fracassada de professora?

Se as dificuldades que passaram, e não foram poucas, tiveram sempre um “quê” de desarranjo (diga-se de passagem, responsável pela graça e colorido das situações retratadas), muito se deveu à questão de uma forma de trabalho não disciplinado, tampouco planejado, baseado na intuição e na possibilidade de um enriquecimento fácil e rápido, que os resgatasse da condição de pobreza em que viviam. Condição essa que, aliás, o orgulho da tradição e da descendência os impedia de aceitar.

Vivendo atormentados com a sobrevivência, não hesitavam em fechar-se no ciclo familiar, governado por Dona Teodora, de onde emanava o poder centralizador e a respeitabilidade – herdada desde a época da descoberta do “caldeirão” de diamantes que lhe fizera acumular o capital.

“Estou convencida de que, se vovó dirigisse o dinheiro dela, nós não passaríamos necessidade e mamãe e meu pai não ficariam tão amofinados como ficam às vezes, por falta de um pedaço de papel sujo, a que a gente tem de dar maior valor do que muita coisa boa na vida. Meu pai vive sempre esperando dar num cascalho rico: mas é só esperança, esperança, toda a vida. Quando ele dá no lavrado, como desta vez, lá se vai todo o dinheiro e ainda fica devendo.” (p.71)

Se analisarmos atentamente o trecho acima, vamos logo identificando uma esperança, sim, mas uma esperança no auxílio que pudesse vir de Dona Teodora. Ela, sim, era a depositária dessas esperanças. A perspectiva muda, agora, frente ao dinheiro. A coleta já não basta e não provê a família, e os tempos já sinalizam outros ares.

O nome “Teodora”, por si só, carrega o peso da responsabilidade de uma monarca. Teodora, esposa de Justiniano I, rainha do império bizantino, nascida em Constantinopla entre 527 e 548, foi a “alma” do governo de seu marido cuja personalidade e influência muito contribuiu para a conservação de seu trono e poder. (cf o Dicionário “Nouveau Petit Larousse”, 1970)



Dona Teodora governava a família com pulso firme. Estando na chácara ou na cidade, mantinha todos à sua volta, sabendo que sua herança cedo ou tarde lhes seria destinada. Como dizia, “era senhora de sua vontade”, e aí estava a marca do seu poder.

Rica e bajulada por todos, mantinha-se atenta ao seu clã e distinguia perfeitamente os “chupins” que a rodeavam.

Acostumada a ser servida, dispunha ainda de negros em sua casa, que com ela permaneceram mesmo após a Abolição.

Conhecendo muito bem a índole de toda a filharada, olhava mais atentamente para a família de Helena. Sabia de suas dificuldades, e pingava de vez em quando uma pequena ajuda. Mas nada tão sério quanto a administração financeira dos seus bens nas mãos de seu filho Geraldo, que também se fizera rico e muito menos voltado a favores e sentimentalismos. Condição necessária para quem mantém as rédeas do capital.

Dona Teodora, apegada a esse filho, reconhecia nele o que faltava aos outros: a seriedade com o mundo do trabalho. Era de longe o seu favorito, e o único a contar com sua admiração e respeito.

Seu leme, conduzia a todos. Sua figura prestigiosa tolerava às vezes com bondade, às vezes nem tanto, dependendo da situação de sua sua prole desconjuntada.

Helena, espertíssima, soube como ninguém tirar proveito de sua condição de poucos recursos e como disse Roberto Schwarz, “lutou pelo apadrinhamento certo”; sempre exibindo sua magreza, suas roupas de remendos, sua fome exagerada.

De qualquer forma, deixando seus relatos escritos, legou ao tempo o folhear de sua vida. Um mundo de recordações que, quem sabe, talvez pudesse dar sentido à sua existência.

No relembrar dos tempos de infância emergiram suas recordações. Aquela Diamantina de outrora não se descortinaria jamais para a Helena mulher, no presente, como fora para Helena menina, no passado. Até porque, como disse anteriormente, o tempo inexorável passa como um vento sobrepondo os dias tão curtos de nossas vidas.

Se serviu como resgate de uma etapa de sua vida, ainda que os olhos de menina se turvassem para as vicissitudes do cotidiano; se foi sobretudo um conselho de que o pobre pode ter momentos de felicidade, e que as trajetórias podem contemplar uma ascense que, lá do alto, emana raios de conforto para uma ideologia dos capacitados, bem houvera dizer



que a vida poderia então ser um ledão engano, já que os raios nunca iluminam a todos propriamente.

Mas, menina ainda, não tinha olhos para as desgraças reais do pobre que, aguçariam ainda mais nos tempos que viriam a seguir, com a gana da industrialização e as lutas operárias que se desencadeariam algumas décadas depois.

Se o mundo do trabalho e o mundo da escola não foram capazes de fisgar seus interesses, não há porque julgá-la.

Legítima representante do seu tempo, com espírito travesso e interesseiro, soube descartar os inconvenientes do esforço.

Não há razão para negar que a passagem pela escola nada mais foi que um período de engodos e “sem gracioses”. As marcas da escolarização costumam bater forte e a herança de uma escola autoritária durou ainda muitos anos.

Há ainda quem sinta saudades de uma boa varinha de marmelo nas pernas magras da criança pobre.

E se, no Diário, encontramos a professora Zinha pondo ordem na classe, torcendo a orelha dos meninos levados aos gritos e safanões, eu mesma passei por várias situações destas no meu período de alfabetização. Não havia como retrucar a autoridade imposta. Mas sabia me vingar também. Apanhava, sim. Todavia quando a professora virava as costas, disparava baixinho os nomes mais obscuro que minha mente infantil havia gravado: “biscate”, “biscate”, “biscate”. Três vezes e estava vingada!

Tempos difíceis estes de escola!

Como disse num trabalho que fiz para a graduação, o “bê-a-bá” às custas dos safanões, a truculência professoral, o roncar dos estômagos infantis, a insensibilidade, as humilhações, as longas horas roubadas à infância, merecem da minha parte, hoje, um sentimento de escárnio e indiferença. Dos meus primeiros professores não ficaram lembranças e, “olhando para trás não quero nem o pó”.

A força e a malícia vêm depois, com as articulações que somos obrigados a fazer no mundo, para aprendermos a lidar com os canastrões à nossa frente.

Helena, velhaca, sabia conduzir bem um crochê nas aulas do Catãozinho, que muita graça achava na sua irreverência. Já vai aí a semente da mediocridade que sempre perambulou nas rebarbas da profissão.



Tirou partido e fez muito bem!

Se a distinção em Música não lhe dera o prestígio de uma aluna aplicada, pouco lhe importou. Música de nada valia. O bom mesmo eram as Matemáticas da vida. Ali, sim, media-se a capacidade e a inteligência, porque as contas disciplinavam. Mas, como pensar em disciplina tendo os campos, os rios, o mato cheiroso, a pesca, a rua chamando por ela. A menção honrosa não tinha força para sobrepujar um temperamento livre e ao sabor da natureza.

E, se também sonhou com um marido que a poupasse das intempéries naturais do trabalho, considerando a época de sua formação, não estava em desconformidade com o papel da mulher de seu tempo.

Escrevendo suas anotações, destina ao futuro sua memória e se não fora tal e qual, ao menos parte dela encontramos no seu texto.

Como já foi dito anteriormente, o resgate da memória passa pela imaginação e essa faz desconfiar do tempo.

Helena foi um modelo no seu grupo, orientada pelo pai, cuidada e admirada pela avó. Os que à sua volta estavam, com suas histórias e procedimentos, serviram para evidenciá-la ainda mais.

Ocupou o centro da narrativa, consciente do lugar de destaque que obtivera na roda familiar.

Mais interessante ainda no seu processo de formação, é que a sede de viver, o espírito curioso para as cenas do cotidiano, seu trato fácil nas relações, aparava a dramaticidade das situações mais difíceis de sua família.

O “estouro de riso”, tão praticado por ela, corta logo o constrangimento, aliviando as tensões de um grupo tão heterogêneo.

Não havia dramas em ter as botinas furadas, em estudar pouco, em ser ludibriada por Santo Antonio, que lhes ceifara a possibilidade da riqueza repentina.

Pelo contrário, o bom humor da menina sobrepõe-se à concepção da “vida de sofrimentos” que conformara sua mãe, trazendo à tona a prontidão da sua personalidade, sempre atenta ao lado prático da vida.

Muito provavelmente a Escola Normal tivera alunas de outro naipe de Helena. Estudiosas, esforçadas e que deram em boas professoras, é claro.



É evidente que, no tempo de Helena, final do século XIX, outras mulheres dispersaram por este país outras posições, outras idéias e lutaram por suas profissões, bem como por suas vidas.

Trabalharam duro nos sertões, nas fazendas, nos vilarejos e nas cidades – as mestras de nossas lembranças.

Lançaram as sementes da “desconstrução” daqueles papéis sexuais definidos pela sociedade de seu tempo.

E suas lutas provavelmente não foram fáceis naquele final de século, cujas bases estiveram alicerçadas no século anterior.

As Escolas Normais, neste sentido, tiveram uma importância fenomenal pois, *“onde quer que surgissem, atraíam grande quantidade de moças, pois foram durante anos, uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e de carreira”*³⁸.

Graças a elas o exercício da profissão, para as que a ele se dedicaram, abriram novas possibilidades de ação, tanto no exercício docente quanto no das escrituras.

Muitas se dedicaram às letras, foram professoras, escritoras, poetisas, cujas palavras criadoras permaneceram no tempo. Como artífices de suas obras, espertamente, fizeram das palavras suas ferramentas. E, do “poder da palavra”³⁹ entende melhor a professora de todos os tempos.... Sherazade, que consegue amansar o coração rancoroso do sultão Shariar. Por mil e uma noites o cobriu com uma chuva de palavras, que caíram sobre ele como uma bênção, resgatando-o da ira patológica contra as mulheres. Acalmando-lhe o espírito, Sherazade reconcilia-o consigo mesmo, oferecendo-lhe a possibilidade do futuro. Despertaram, as escritoras, a estupefação de muitos críticos da época para quem o lugar das escritoras era *“era bem definido e se situava bem longe da esfera pública”*⁴⁰.

Encontramos Narcisa Amália de Campos (1852-1924) lutando, através de seus versos, pela liberdade educacional e artística da mulher⁴¹, Maria Benedita Camara Bormann (1853-1895) que, segundo TELLES (2000), foi das primeiras a tratar sobre a sexualidade feminina⁴², Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), jornalista e autora de livros

³⁸ Norma Telles, “Escritoras, escritas, escrituras”, in: Mary Dell Priore (org), *História das Mulheres no Brasil*, São Paulo, Contexto, 2000, P. 411

³⁹ Adélia Bezerra de. Meneses, *Do poder da palavra*, Caderno Mais, Folha de São Paulo, 1994

⁴⁰ opus cit. P. 422

⁴¹ opus cit. P. 422

⁴² opus cit. P. 434



de sucesso e a revista literária “Mensageira”⁴³, cujas páginas se abriram para a divulgação de obras femininas, no exterior, artigos e conferências.

Mas encontramos também, nas pesquisas realizadas por Hilsdorf (2001), como nas décadas de 1830 e 1840, na cidade de São Paulo, as mestras se recusavam ministrar às suas alunas as prendas domésticas, então recomendadas à educação feminina. A autora cita a mestra Benedita da Trindade do Lado de Cristo (1828-1858) que, mesmo não ensinando os trabalhos de agulha, era considerada boa mestra. Cita também a mestra Agostinha Leme da Silva Prado, professora da Sé, em 1859, que ensinava os trabalhos de agulha apenas ao final do dia, enquanto esperavam companhia para o seu retorno (p. 76). Esse dados vêm mostrar, segundo a autora:

“...que a imagem da mulher doméstica/domesticada foi constituída em meio a resistências exercidas, durante muitos anos, no interior da própria instituição criada para modelar e uniformizar um certo feminino, nem sempre inteiramente percebidos pela literatura” (Hilsdorf, 2001, p. 76-77)

Portanto, o último quartel do século XIX não fora tão inosso assim. As mudanças profundas, lançadas nele, se fariam sentir no outro – século XX.

Se, no princípio, o campo de atuação feminino estivera restrito aos limites do lar e da criação de filhos e, se respaldados até mesmo por concepções que iam da psicologia à medicina da época de que a natureza, singela e dócil das mulheres, não seria contrariada no exercício da profissão docente, foi, exatamente, por este atalho que se deu a grande virada.

As mulheres, colocadas diante dos livros e dos saberes, passaram a dar expressão às suas vozes, gestos às suas atitudes e palavras às suas memórias.

A própria Helena usou dos mesmos recursos ao escrever seu Diário.

Reconstruindo um período “ingenuamente” despretensioso, o da sua adolescência, escreve muito. E quanto mais escreve, melhor conta.

Se o “retrato” do tempo vivido, pode não ter sido exatamente um retrato, por não termos como capturar a fidelidade incontestável dele, também não temos como adentrar no tempo passado para apurar a veracidade inexorável dele.

⁴³ opus cit. P. 427



Trabalhamos apenas com a verossimilhança no tempo presente. E, se o tempo presente nunca é exatamente presente, pois a cada fração de segundo se torna passado, tudo o que resta, se torna futuro⁴⁴. E deste, talvez, não possamos dar conta.

Porém, em se tratando de futuro num tempo passado, notamos um aprendizado e tanto! Se, para ela, a força que impulsionou sua escrita foi a sensação nostálgica de um tempo passado dedicado, posteriormente, às suas netas, não podemos nos esquecer que, por trás, dessa avó tão generosa despontou surpreendentemente a escritora, ciente do tempo futuro e do lugar que sua memória, tão pitoresca, ocuparia nele.

Enfim, Helena sobrepuja um tempo de dificuldades e passa por ele incólume. E, da maturidade, depois de casada, lança o olhar para trás e vê outra possibilidade: se torna escritora de uma obra só, conhecida no Brasil inteiro e até no exterior, traduzida que foi para o inglês e o francês por Elizabeth Bishop e Marlyse Meyer respectivamente.

E, retornando ao Diário, o que importava, era a mudança de vida, que afinal acabou acontecendo com a morte da avó e a divisão da herança que recolocou a todos no rumo certo.

Com dinheiro na mão, as coisas se abrem e o Diário chega abruptamente ao fim, deixando o leitor com uma vontade imensa de tornar a virar mais uma página para saber daquela Diamantina, daquela menina adolescente, apimentada e irrequieta, que teve uma cidade inteirinha e, leitores como eu, a seus pés. Mas aí perderia a graça!

⁴⁴ Ver Santo Agostinho, livro XI, "O homem e o tempo", *Confissões de Magistro*, coleção Os Pensadores, Abril Cultural, 1973, P. 234-257.



5. BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Flávio et alii. Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997.
- AGUIAR, Joaquim Alves de. "Sob as Ordens de Mamãe: Aspectos da Pedagogia Doméstica em Dom Casmurro". In: BOSI, Viviana et alii. Ficções: leitores e leituras. São Paulo: Ateliê, 2001, p. 151-173.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulher e Educação: a paixão pelo possível. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998
- ANDRADE, Carlos Drumond de. "Rosário dos Homens Pretos". In ANDRADE, Carlos Drumond de. Poesia e Prosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 975-981
- ASSIS, Machado de. Melhores Contos. 14 Ed. , São Paulo: Global, 2002
- BASTOS, Maria Helena Câmara. "O diário de Cecília de Assis Brasil (1916-1928): práticas de leitura de uma moça gaúcha." In: VENANCIO, Ana Chrystina [et al] (org.) Refúgios do Eu: educação, história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000, pp.145-157
- BILAC, Olavo e BONFIM, Manoel. Através do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goes. Longos Serões do Campo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, 2v.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994
- BROCA, Brito. Horas de leitura. Campinas: Editora da Unicamp, 1992
- BRONTE, Charlotte. Jane Eyre. Trad. Sodré Viana, Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956
- CAMINHA, Adolpho. A Normalista. São Paulo: Ática, 1978
- CAMPOS, Kleber Garcia. O Ateneu de Charles Dickens: sociedade e educação em duas obras literárias do século XIX. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Escola e a República. São Paulo: Brasiliense (Coleção "Tudo é História", 127), 1989



- CATANI, Denice Bárbara [et al] (org). Docência, Memória e Gênero: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 1997
- CUNHA, Maria Teresa Santos. “Diários íntimos de professoras: letras que falam”. In: VENANCIO, Ana Chrystina [et al] (org). Refúgios do Eu: educação, história e escrita autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000, pp. 159-180
- DEL PRIORE, Mary. Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. 2ªed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1995
- _____, História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri e ANTUNES, Fátima Ferreira. “Magistério Primário: profissão feminina, carreira masculina”. In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza e SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Feminização do Magistério: vestígios do passado que marcam o presente. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- FIGUEIREDO, Luciano. “mulheres nas Minas Gerais”. In: DELL PRIORE, Mary, História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000, p. 141-185
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964
- _____, Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 5ª Ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Escola e Cotidiano: uma história da educação a partir da obra de José Lins do Rego (1890-1920) – Tese de Mestrado. Faculdade de Educação, UFMG, 1994
- GINSZBURG, Natália. Léxico Familiar. Trad. Homero Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HILSDORF, M.L.S. Cultura Escolar/Cultura Oral em São Paulo (1820-1860). In: VIDAL, D.G. e HILSDORF, M.L.S. Tópicos em História da Educação. São Paulo: EDUSP, 2001, P. 67-96
- HOBSBAUM, Eric J.. “A carreira aberta ao talento”. In: A Era das Revoluções: Europa 1789-1848. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 203-220.
- KLEIN, Ligia Regina. Alfabetização: quem tem medo de ensinar?, Cortez, 1996
- LEITE, Miriam Moreira. A condição feminina no Rio de Janeiro, séc. XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC; [Brasília]:INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984



LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães, FARIA FILHO, Luciano Mendes de, XAVIER, Maria do Carmo (org.). História da educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002

LOURO, Guacira Lopes. "Mulheres na sala de aula". In: DEL PRIORE, Mary (org) História de Mulheres. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 443-481

MAAS, Wilma Patrícia Marzari Dinardo. O Cânone Mínimo: o Bildungsroman na história de literatura. São Paulo: Editora Unesp, 2000

MALUF, Marina. Ruídos da Memória. São Paulo: Siciliano, 1995

MOLIÈRE. Escola de Mulheres. Trad. Millor Fernandes, Rio de Janeiro: Nórdica, 1974

MORENO, Montserrat. Como se ensina a ser niña: el sexismo en la escuela. 2ªed., Barcelona,: Icaria Editorial, 1993

MORLEY, Helena. Minha vida de menina. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro [et al]. Memórias da educação: Campinas (1850-1960). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999

PAULA, Tanya Pitanguy de. Abrindo os baús: tradições e valores de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PINTO, Cristina Ferreira. O "Bildungsroman" feminino: quatro exemplos brasileiros. São Paulo: Perspectiva (coleção Debates, vol. 233), 1990

POMPEIA, Raul D'Ávila . O Ateneu. Porto Alegre: L&PM, 1998

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998

RAMOS, Graciliano. São Bernardo. Rio de Janeiro: Record, 2001

RAMOS, Graciliano. Infância. São Paulo: Martins, 1974

ROCHA, Clara. Máscaras de Narciso: estudos sobre a literatura autobiográfica em Portugal. Coimbra: Almedina, 1992

ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. "Entrevista com Noemia Veiga de Barros (Moura Campos) – ex aluna da Escola Normal Secundária da Capital entre 1909-1913". In: Ensino Normal em São Paulo (1846-1963): inventário de fontes. Campinas, SP: graf. Central/Unicamp, 1999, pp. 139-157

SCHWARZ, Roberto. "Outra Capitu". In: Duas Meninas. São Paulo: Companhia das Letras, 1977, pp. 45-144



- SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. "Fontes, objetos e perspectivas da pesquisa em História da Educação no século XIX - Professores e Professoras: retratos feitos de memória (Brasil, final do século XIX e início do século XX)". In: GONDRA, José (org). Dos Arquivos à Escrita da História: A educação brasileira entre o império e a república. 2ª ed., Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 73-95.
- TELLES, Norma. "escritoras, escritas, escrituras". In: DELL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001, p. 411.
- TFOUNI, Leda Verdiani. "Escrita, alfabetização e letramento". In: TFOUNI, Leda Verdiani, Letramento e Alfabetização. Cortez. 1995.
- TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Infância, Escola e Pobreza: ficção e realidade. Capinas, SP: Autores Associados, 2002.
- VECHIA, Ariclê e LORENZ, Karl Michael (orgs). Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951. Curitiba: Ed. Do Autor, 1992.
- VIÑAO, Antonio. "Autobiografias, Memorias y Diarios como fuente historico-educativa: tipologia y usos". In: BERRIO, Julio Ruiz (ed.). La cultura escolar de Europa: tendencias historicas emergentes. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000, pp. 169-204
- VINCENT, G., LAHIRE, B., THI, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. Educação em Revista, Belo Horizonte, (FAE/UFMG), nº 33, 2001, p. 07-47
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Trad. De M. Irene de Q.F. Szmrecsányi, Tamás J.M.K. Szmrecsányi, 13ªed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- WILLIAMS, Raymond. O Campo e a cidade na história da literatura. Trad. Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- ZAMUNER, José Alaercio. "Tradução Oral e Literatura Acadêmica: A Recuperação do Narrador". In: BOSI, Viviana et al (org). Ficções: Leitores e Leituras, São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.



ANEXOS¹

¹ Todas as reproduções deste Anexo foram fotocopiadas do livro de Aires da Mata Machado Filho – *Arraial do Tijuco: cidade Diamantina*, 3ª Ed., Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; SP: EDUSP, 1980, p.232, 54, 80, 182, 246, 190, 248, 242, 134, 68, 267, 44, 174, respectivamente.



OS LUGARES DA MEMÓRIA:

IGREJA DO ROSÁRIO: “Como é bom vovó morar na Chacara! A casa é tão perto da Igreja do Rosário que Senhor Bispo, vendo como ela é gorda e pesada, lhe deu licença de ouvir a missa da janela do quarto, e quando é para comungar o padre leva a comunhão para ela.” (p. 51)

SÉ: “O padre sempre traz a comunhão para vovó na Chácara sem ela estar doente, mas sai da Igreja do Rosário. Desta vez foi o Santíssimo que veio e saiu da Sé.” (p. 31)

IGREJA DO AMPARO: “Na sacristia da Igreja do Amparo as paredes estão cheias de milagres: cabeças, braços e pernas, e até meninos inteiros de cera, tão bem feitos e cheios de feridas que parecem de verdade.” (p. 56)

ESCADAS DO BONFIM – “Nunca tinha visto ninguém dar ataque e achei tudo tão divertido. Gostei tanto de ver a pressa com que Chiquinha se levantou do meio da igreja, pegou Quita, jogou no ombro, desceu as escadas do Bonfim e foi pô-la na casa de Américo de Matos, na cama deles.” (p.153)

BIRIBIRI – “Chegamos hoje do Biribiri, onde passamos três dias de gozo completo. Eu não teria pressa de ir para o céu se morasse no Biribiri.” (p. 54)

PALÁCIO EPISCOPAL - “Ontem, Quarta-Feira de Trevas, Iaiá Henriqueta leu em voz alta a Paixão de Cristo para nós todos ouvirmos. Como era dia de bacalhau, vovó mandou abrir três garrafas de vinho do Porto para o jantar. Todos comeram e beberam a faltar; tia Carlota bebeu mais do que as outras e ficou com o nariz vermelho como lacre e os olhos pequeninos. Depois do jantar fomos todas para o Palácio confessar.” (p.40)

RUA DO CARMO – “Felizmente ela (a irmã, Luizinha) já está boa e Sexta-feira poderemos ir juntas à Escola. Mas não tenho esperança desta Segunda lição servir a Luisinha. Sei que ela achando goiaba, comerá mesmo escondido. Por isso vou dar volta pela Rua do Carmo para não passarmos pela casa de Chichi, pois a goiabeira dela tenta deveras.” (p. 100)

LARGO DA CAVALHADA – “Na Cavalcada só os homens têm relógio. Quem mora no meio da cidade não sente falta porque quase todas as igrejas têm relógio na torre. ...Durante o dia não precisamos de relógio porque chegamos em casa ao mesmo tempo para o almoço e o jantar. ... Depois dessa hora o relógio de mamãe é o galo...” (p.101)



RUA DIREITA – “Vovó foi passar a Semana Santa na rua Direita, em casa de tio Geraldo, que é em frente da Sé, e ainda não voltou. Ela não vai à igreja mas gosta de ver, da sacada do meu tio, a entrada e a saída dos bispos e padres e o movimento do povo nas ruas. (p. 140)

O BURGALHAU – “Hoje mamãe tia Agostinha combinaram irmos visitar Dona Elvira, no Burgalhau. O marido dela foi sócio de tio Justino num negócio de bois e ela ficou amiga de ti Agostinha, e quando mudou para aqui vai sempre ao Jogo da Bola. (p. 211)

RUA DA ROMANA: “Hoje tia Madge passou em casa, depois do jantar, para me levar com ela à casa das Amarantes, na Rua da Romana. Foi visitá-las e lá estiveram conversando sobre uma irmã delas, chamada Biela Neto, que veio a Diamantina há uns cinco ou seis anos e se hospedou na chácara de D. Nazaré, no alto da Gupiara... (p. 212)



Igreja de N. S. do Rosário.



Procissão descendo a rua Direita, hoje rua Tiradentes, entre a velha Sé e a casa que pertenceu ao Padre Rolim.



Entrada do Largo da Sé.



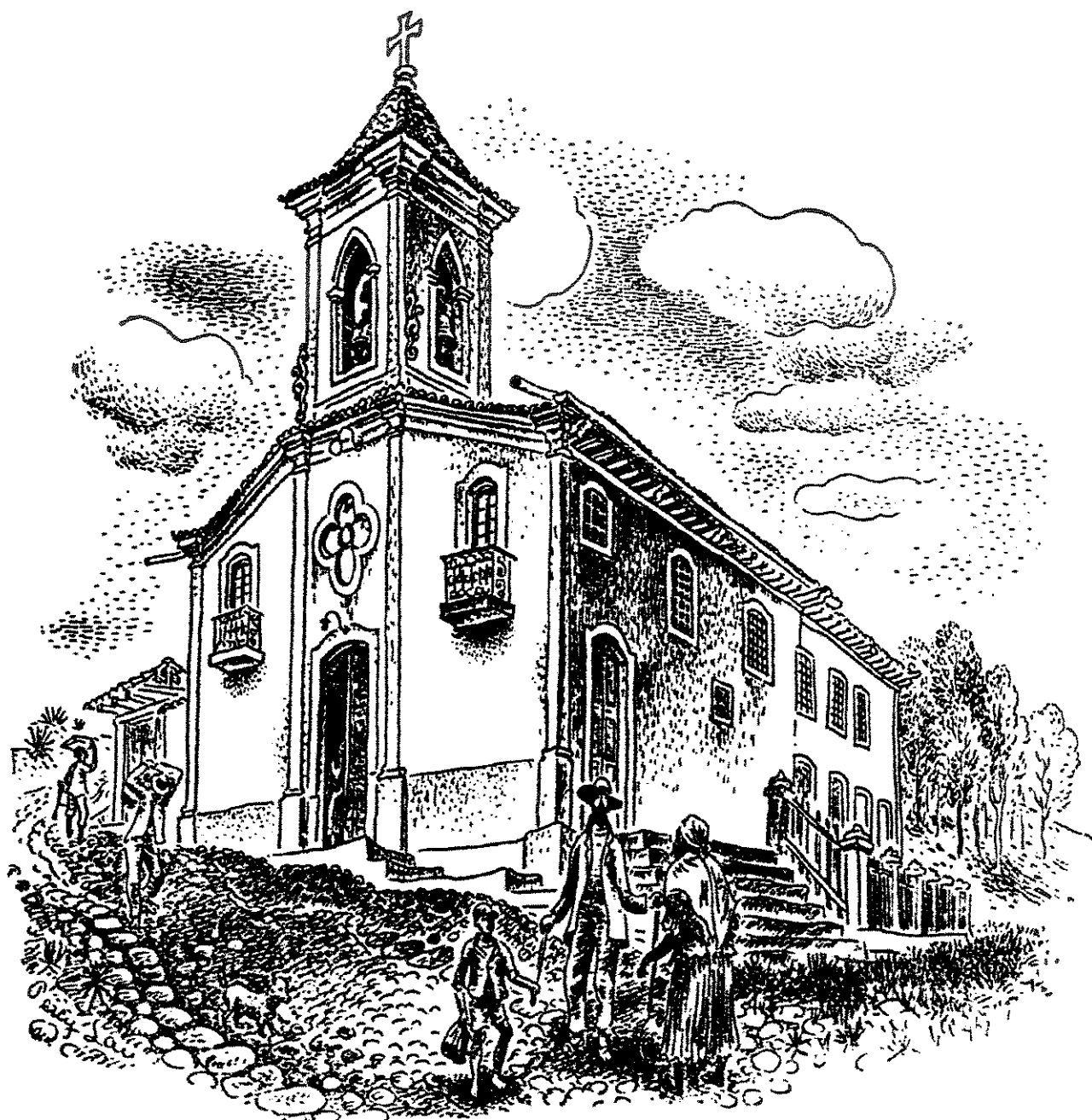
Imagem da padroeira da antiga Sé.



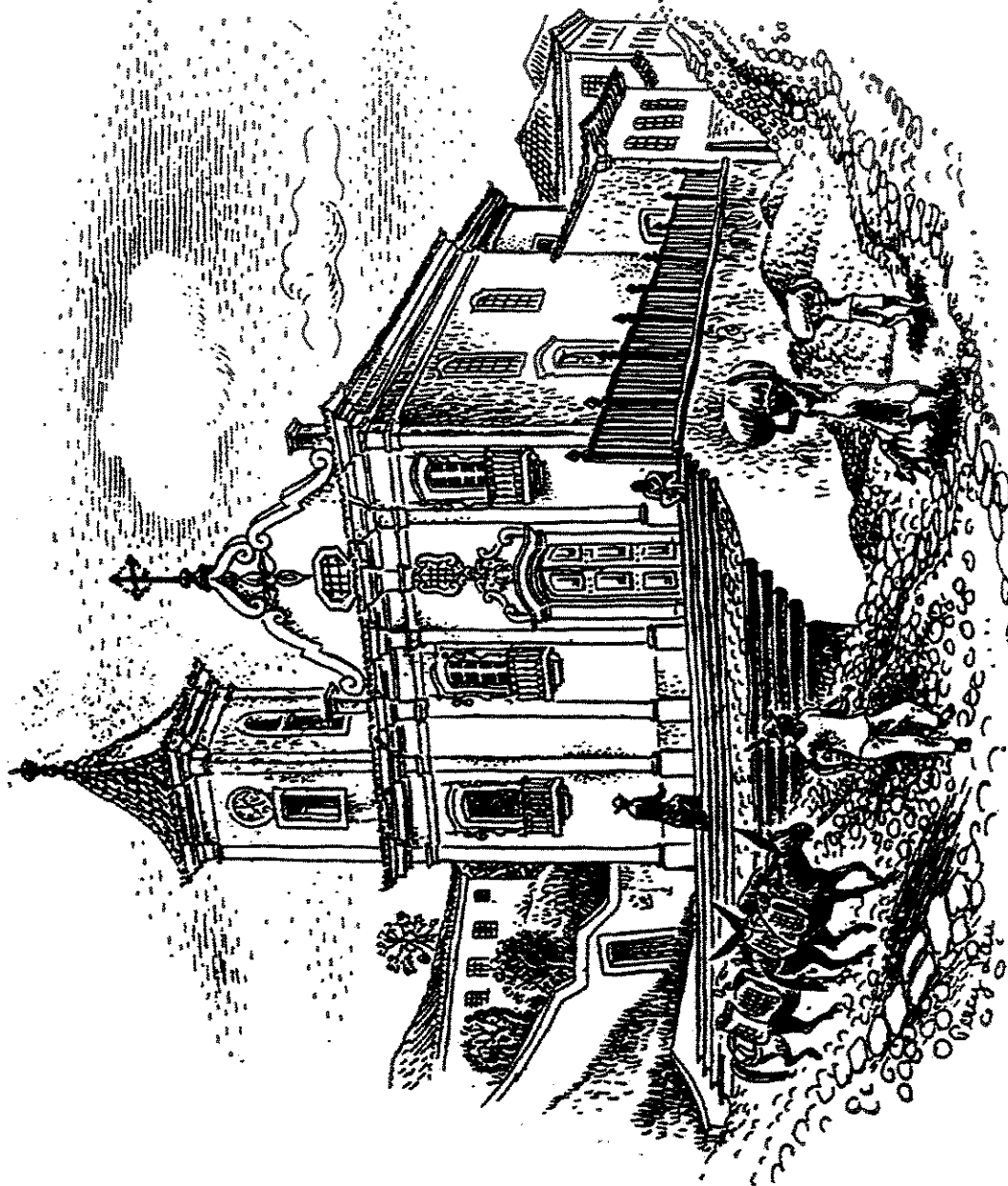
Igreja de N. S. do Amparo.



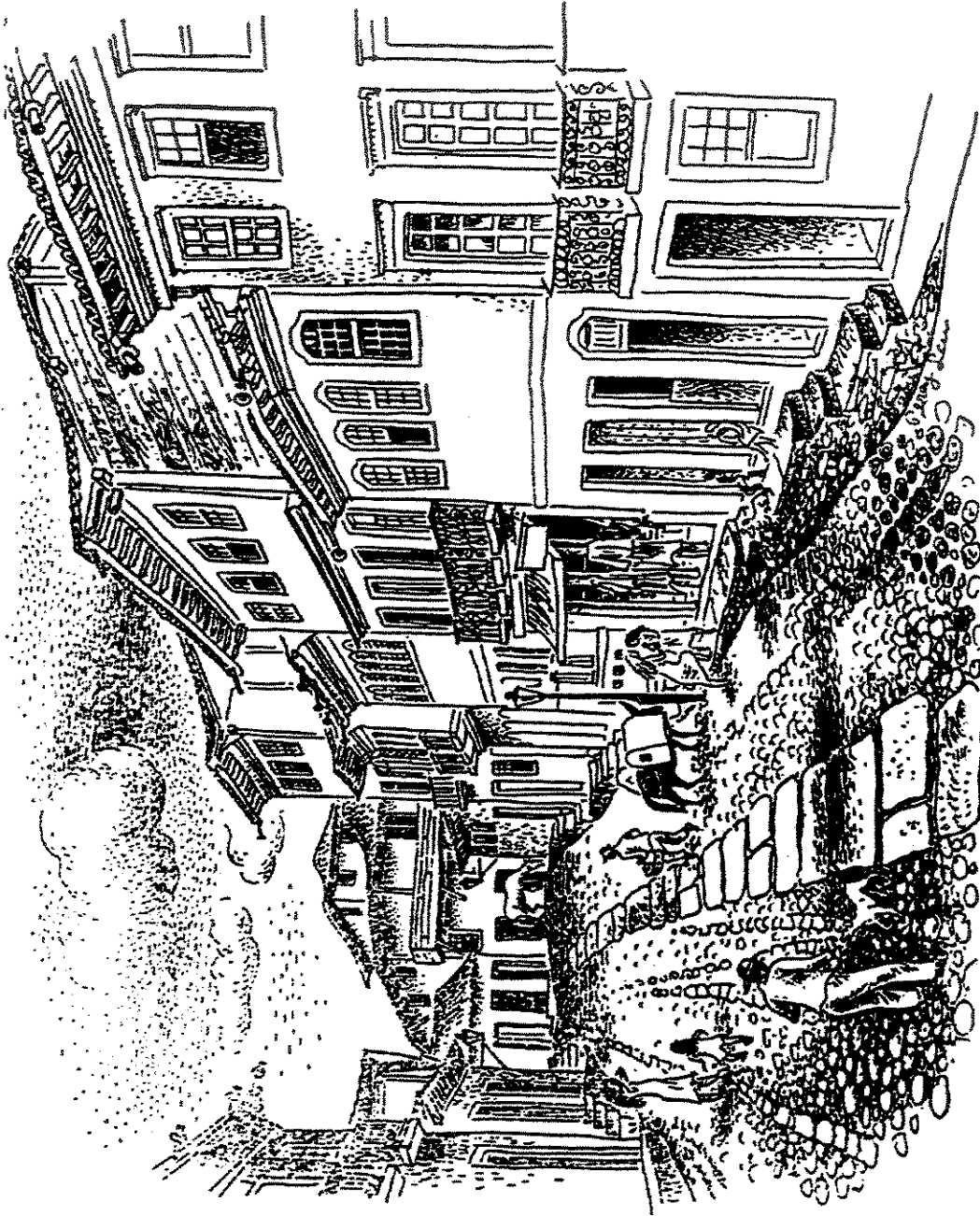
Imagem da Senhora Sant'Ana pertencente à Igreja do Amparo.



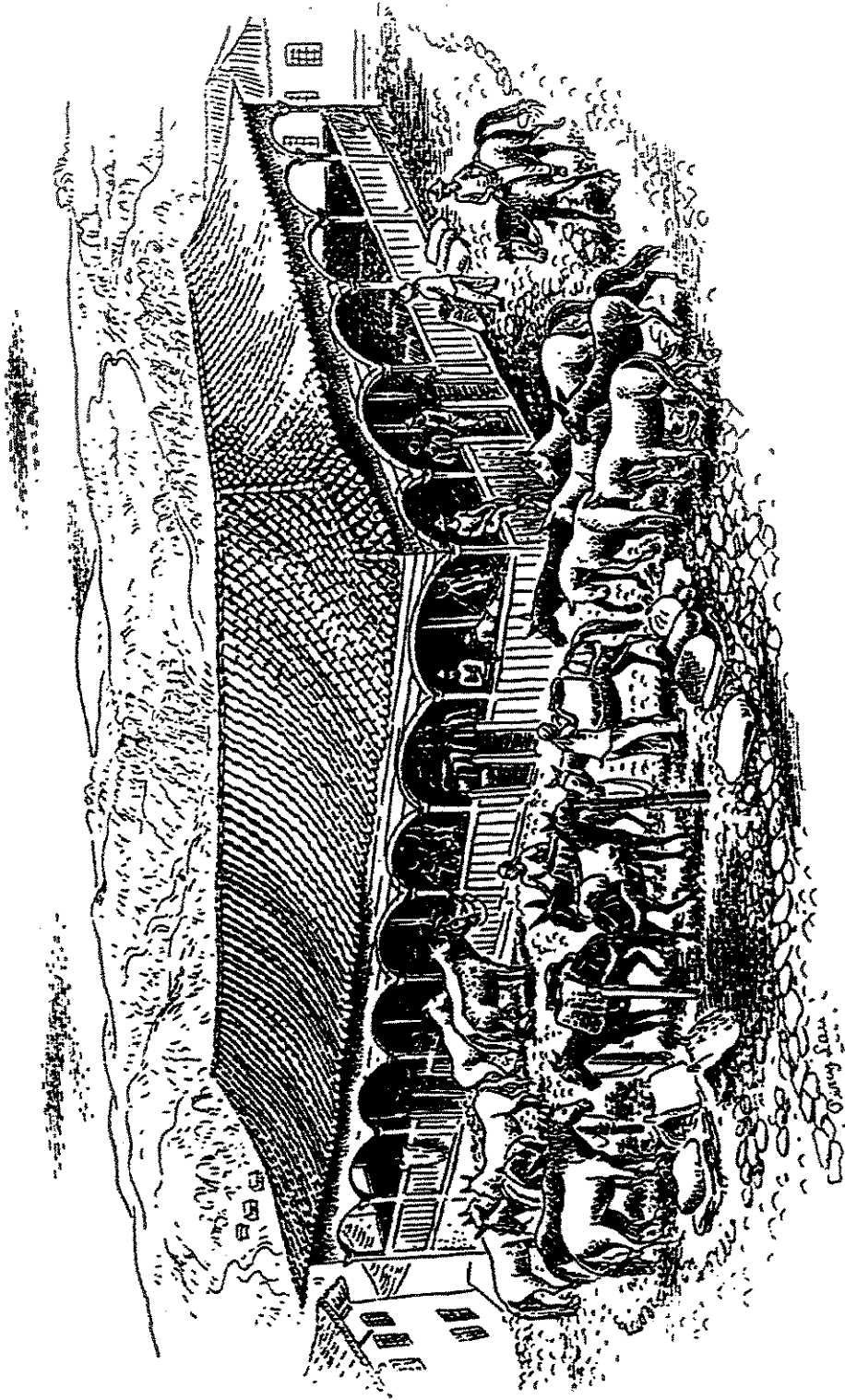
Igreja de N. S. das Mercês.



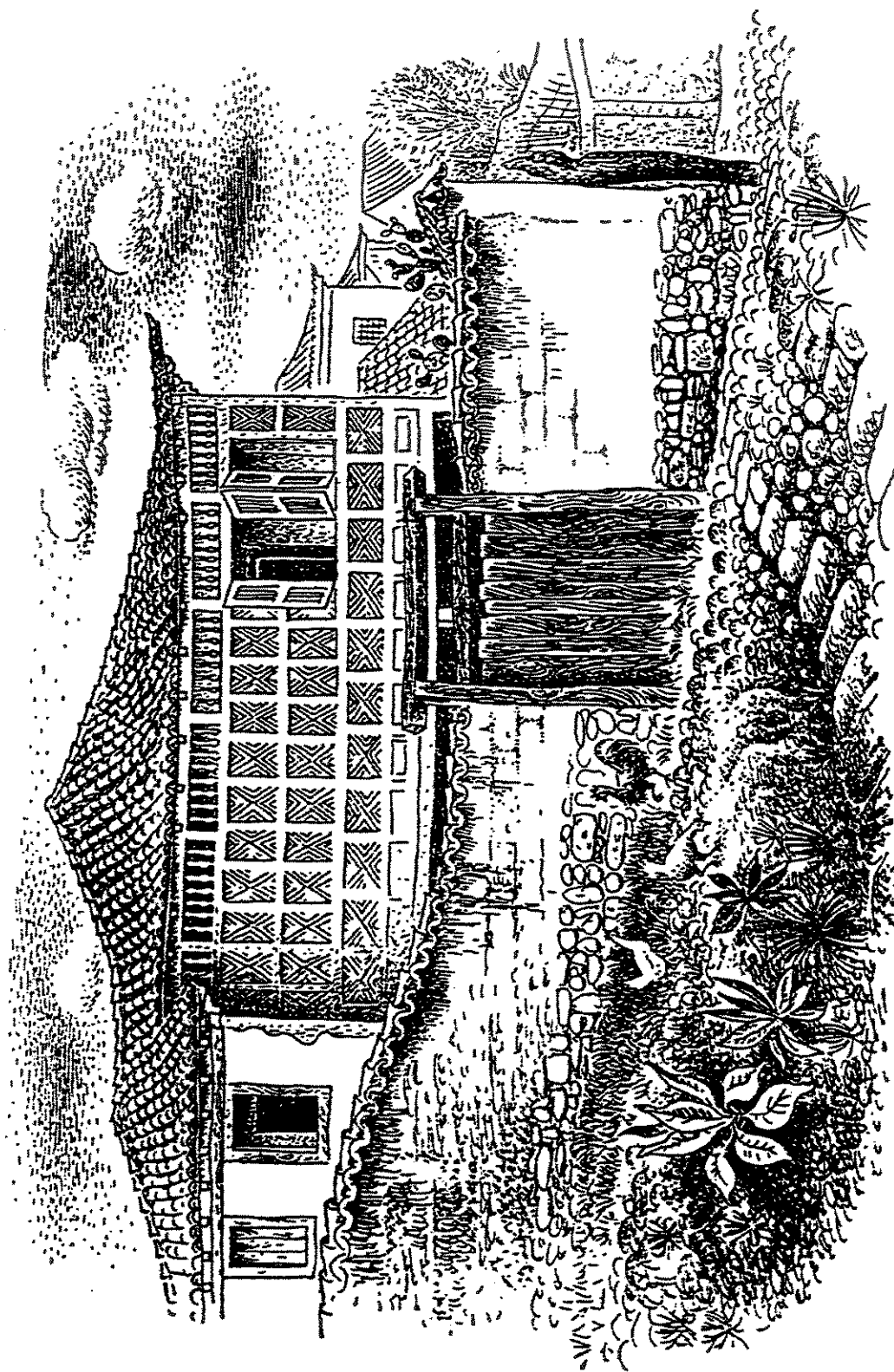
Igreja de São Francisco de Assis



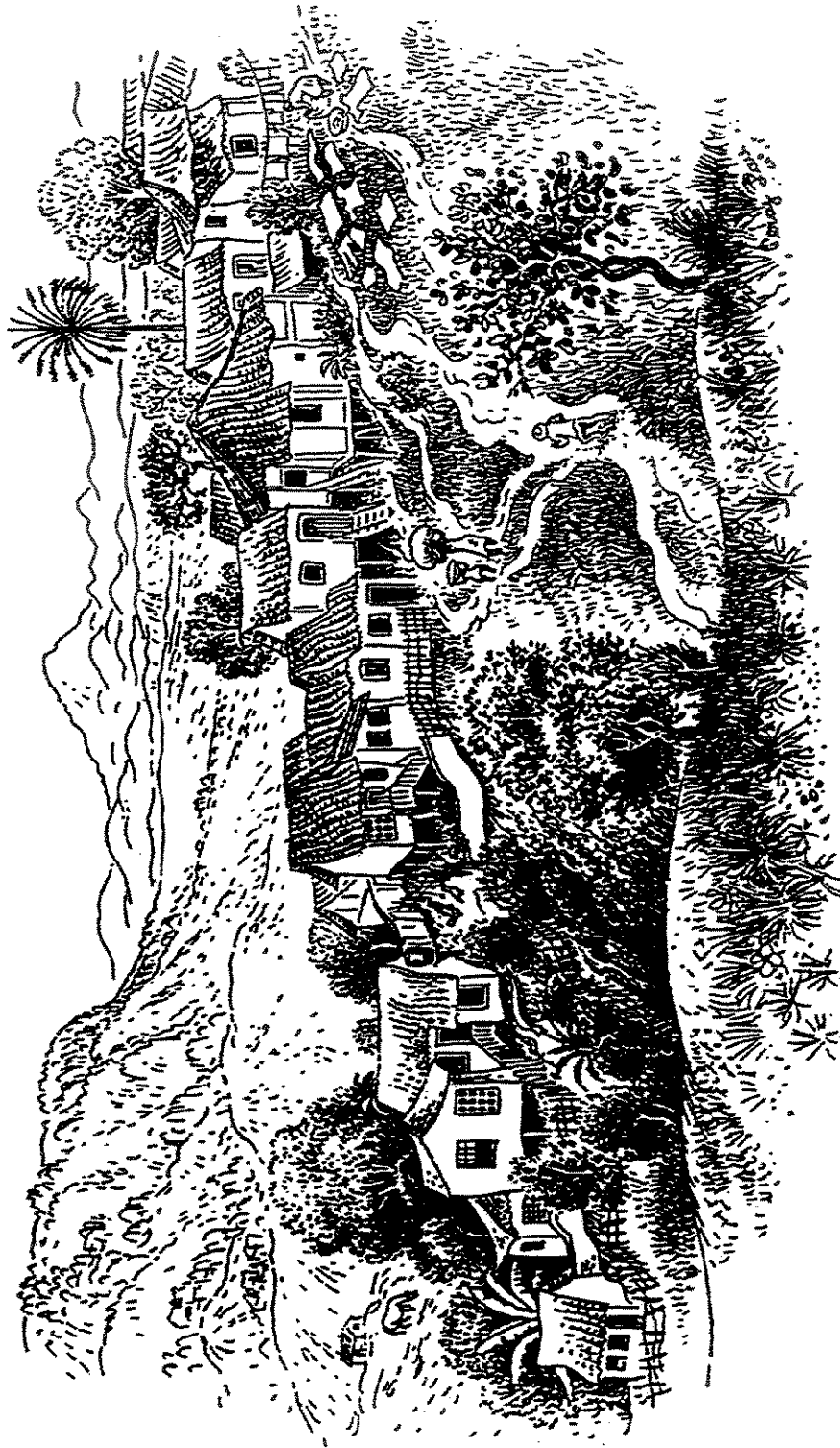
Aspecto antigo da rua da Quitanda, hoje Francisco Sá.



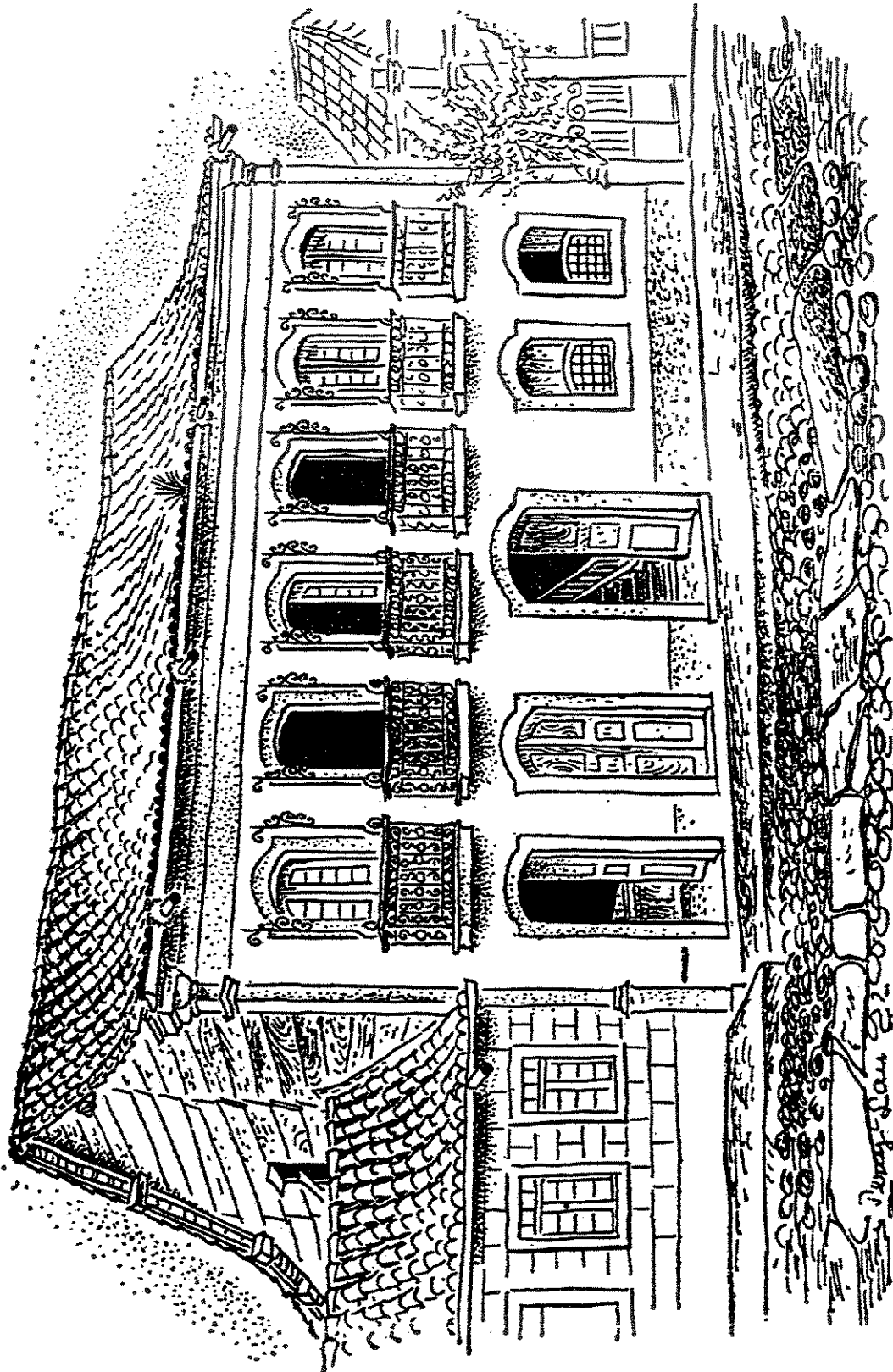
Mercado Municipal.



Casa que teria sido do Desembargador João Fernandes de Oliveira.



O Burgalhau.



Sobrado na rua do Bonfim (Antigo Correio).